

COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA INTERNACIONAL

do Programa de Pós-Graduação
em **Ciência da Informação**
da **Universidade Federal da Bahia**

FERNANDA MARIA MELO ALVES

Organizadora



O livro é uma coletânea organizada por uma docente, investigadora e professora visitante no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência de Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA), em Salvador, Bahia, em coautoria com diversos investigadores nacionais e estrangeiros. As diversas contribuições possibilitam uma reflexão sobre temas atuais, teóricos e práticos, debatidos e investigados em Ciência de Informação, e, em especial, sobre as atividades efetuadas pela mesma organizadora, que lhe deram a oportunidade de integração na comunidade acadêmica do programa, no instituto, na universidade, no contexto acadêmico brasileiro e no país. Considera-se útil a sua divulgação para promover experiências e práticas resultantes da política de cooperação acadêmica internacional da UFBA, instituição pioneira em diversas áreas docentes, investigadoras e de extensão. Além disso, o conteúdo desta coletânea possibilita uma forma de prestação de contas à sociedade brasileira da aplicação de financiamento nacional, divulgando práticas efetivas de cooperação interuniversitária nacional e internacional, efetuadas através do estabelecimento de vínculos institucionais e da criação de redes entre centros, docentes e discentes do ensino superior, com o propósito de contribuir para o compromisso social, permitindo o acesso e a transferência do conhecimento em benefício do desenvolvimento e bem-estar social.

COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA INTERNACIONAL

do Programa de Pós-Graduação
em **Ciência da Informação**
da **Universidade Federal da Bahia**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Vice-reitor

Penildon Silva Filho



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Susane Santos Barros

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Maria do Carmo Soares de Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo

COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA INTERNACIONAL

do Programa de Pós-Graduação
em **Ciência da Informação**
da **Universidade Federal da Bahia**

FERNANDA MARIA MELO ALVES
Organizadora

Salvador
Edufba
2022

2022, autores.
Direitos para esta edição cedidos à Edufba. Feito o Depósito Legal.
Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
em vigor no Brasil desde 2009.

Analista editorial *Mariana Rios*

Coordenação gráfica *Edson Sales*

Coordenação de produção *Gabriela Nascimento*

Projeto gráfico *Rodrigo Oyarzábal Schlabitz*

Capa *Miriã Araújo*

Imagem da capa *Freepik.com*

Revisão e normalização *Tikinet Edição LTDA*

Sistema de Bibliotecas – SIBI/UFBA

Cooperação universitária internacional do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
da Universidade Federal da Bahia / Fernanda Maria Melo Alves, organizadora. – Salvador :

EDUFBA : 2022.

218 p.

Possui bibliografia

ISBN: 978-65-5630-421-2

1. Ciência da Informação – Pós-Graduação. 2. Educação – Estudo e ensino (Pós-Graduação).
3. Cooperação internacional. I. Alves, Fernanda Maria Melo.

CDU – 025.12

Elaborada por Jamili Quaresma CRB-5: BA-001608

Editora afiliada à



Editora da UFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n – *Campus de Ondina*
40170-115 – Salvador, Bahia – Tel.: +55 71 3283-6164
www.edufba.ufba.br/edufba@ufba.br

SUMÁRIO

9 **PREFÁCIO**

Armando Malheiro da Silva

13 **APRESENTAÇÃO**

Fernanda Maria Melo Alves

**PARTE I – A COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA INTERNACIONAL:
O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

19 **A PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DESAFIOS:
O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira

35 **EXPERIENCIAS DE COOPERACIÓN UNIVERSITARIA EN
BIBLIOTECONOMÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN: ACTIVIDADES
DESDE LA TRANSFERENCIA ACADÉMICA Y SOCIAL**

José Antonio Moreiro González

57 **RELATÓRIO DE ATIVIDADES NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
(JUNHO DE 2018 A MAIO DE 2020)**

Fernanda Maria Melo Alves

**PARTE II – PRÁTICAS DE COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA
INTERNACIONAL NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

- 73 **CONTRIBUIÇÃO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PARA OS ESTUDOS
DE PROSPECÇÃO DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA**
Maria do Carmo Oliveira Ribeiro e Fernanda Maria Melo Alves
- 97 **ESTUDO DE USUÁRIOS E BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS:
CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS
EM INFORMAÇÃO**
Glacínésia Leal Mendonça e Fernanda Maria Melo Alves
- 115 **A EVASÃO NO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**
Camila Ferreira Campos e Fernanda Maria Melo Alves
- 141 **AS COMPETÊNCIAS INFORMACIONAIS DAS ORGANIZAÇÕES
NÃO GOVERNAMENTAIS: O CASO DA ONG ARTIGO 19**
Luciana Bomfim Terra, Fernanda Maria Melo Alves e José Antonio Moreiro González
- 165 **NADA MAIS HAVENDO A TRATAR: A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NO CURSO
DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA
BAHIA E A TEORIA DA COMPLEXIDADE DE MORIN**
Joselito Manoel de Jesus e Fernanda Maria Melo Alves

187 **A PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E OS
DESAFIOS DO SÉCULO XXI**

Mônica Izabele Jesus e Fernanda Maria Melo Alves

215 **SOBRE OS AUTORES**

PREFÁCIO

Basta ler o sumário deste livro, organizado por uma portuguesa, doutorada em Espanha e que rumou ao Brasil, mais concretamente a Salvador, Bahia, para contribuir como docente e investigadora na área da Ciência da Informação na Universidade Federal da Bahia, para percebermos que estamos diante de um conjunto de resultados de pesquisas do respetivo campo, bem como perante um misto em que pesquisa e testemunho de um contributo de cooperação internacional se enlaçam, tornando bastante singular esta meritória iniciativa.

Sempre considerei e estou cada vez mais convicto de que a cooperação científica ibero-americana, que conta agora com um espaço promissor formado em torno do Círculo Ibero-Americano em Ciência da Informação (Cibercid), surgido na sequência da ação desenvolvida na Universidade Autónoma do México (UNAM) pelo professor Miguel Rendon Rojas e informalmente secundada por colegas brasileiros, portugueses, espanhóis, colombianos e de outros países da América do Sul, pode e deve envolver instituições, mas tem de assentar na vontade e no empenho das pessoas e na empatia que elas conseguem criar entre si. Sem esse ingrediente básico, é impossível mobilizar projetos de docência e de pesquisa entre países e alargar além fronteiras o desenvolvimento de um campo disciplinar específico, sempre pautado, naturalmente, por objetivos interdisciplinares.

A professora Fernanda Maria Melo Alves, doutorada e docente na Universidade Carlos III de Madrid soube levar seu conhecimento e sua matriz formativa para o contexto brasileiro, estabelecendo laços entre colegas e alunos, enriquecendo os cursos da Pós-Graduação em Ciência da Informação de forma profunda e indelével. Seu papel e exemplo encaixam no modelo de cooperação que defendo e pelo qual me disponho a prosseguir, bem como missão a cumprir. Mas uma só andorinha não faz a primavera. Logo, também temos de reconhecer que a cooperação ibero-americana no campo da Ciência da Informação é um desafio difícil e quase desanimador.

A análise profunda das dificuldades e das ameaças a esse crucial desafio não cabe em um prefácio, nem em um texto maior, como capítulo de livro, porque o tema é vasto e complexo. Mas, mesmo assim, ousarei condensar o essencial. Antes do aparecimento da *Information Science* entre as décadas de 1950 e 1960, a organização, a seleção, a conservação, a recuperação e a disseminação/acesso amplo da documentação/informação eram objetos de disciplinas práticas que emergiram com a Modernidade e com o florescimento do Estado-nação e do Estado cultural – a biblioteconomia, a arquivística, a museologia e a documentação – esta um pouco mais tardia e gerada na Segunda Revolução Industrial, também conhecida pela “Era do Imperialismo”. Essas disciplinas assentaram em lugares – designados com propriedade por Pierre Nora de “lugares de memória” – e em profissionais encarregados de garantir o acesso, a fruição – através de exposição pública – e a rigorosa preservação, que, quando levada ao extremo, constituiu-se em uma espécie de dogma político-ideológico do patrimonialismo custodialista, e do “recheio” desses lugares. Pela via formativa, primeiro em ação ou em formato de especialização profissional prática, e depois superior ou universitária, elas se mantêm e sobrevivem enfrentando as mudanças tecnológicas que a Revolução Tecnológica Informacional provoca de forma irreversível. Chegamos assim à atual encruzilhada em que o passado, o presente e o futuro do campo profissional ou se fundem e o campo se renova de forma evolutiva ou acaba por mudar de forma intempestiva.

Na Era da Informação ou na Era Digital em que estamos, conceitos como “cultura erudita” ou “cultura livresca”, “bibliofilia”, “originais únicos e valiosos”, “fruição do belo em espaços convencionais” perdem a pertinência que tiveram até agora, embora ainda sobrevivam dentro de conceitos operatórios mais abrangentes e adequados à realidade tecnológica em que estamos imersos. Ser culto e erudito hoje não será mais um apanágio de alguns eleitos ou privilegiados, mas um desígnio que se cumprirá democraticamente através do incentivo e da expansão das competências informacionais – tema sobre o qual a professora Fernanda Maria Melo Alves tem centrado o seu múnus de investigadora e docente. A literacia, letramento ou alfabetização informacional – como se usa no mundo hispânico – tornou-se uma urgência do cidadão comum, consumidor dos meios de comunicação atuais e se deixa levar pela voragem e vertigem das “redes sociais”, onde a informação de todos

os tipos e formatos – da verbal escrita à verbal falada, bem como da imagem ao audiovisual – tornou-se também um foco de pesquisa e de soluções da Ciência da Informação, entendida além do segmento de conhecimentos disciplinares ancorados na computação e na instrumentalização informática.

Pelas contribuições que nos traz, este livro se inscreve em uma perspectiva de Ciência da Informação além do movimento das *iSchools* ou *Information Schools* nascido na América do Norte e intimamente associado a uma formação profissional de atores cada vez mais dissolvidos na pulsão tecnológica e empresarial dos *big data*, dos *data science* e da Inteligência Artificial (IA). Trata-se de uma perspectiva em construção, complicada, e que precisa ser clara tanto epistemologicamente quanto ao objeto que abarca: o fenômeno humano e social da infocomunicação. Ao mesmo tempo, ele é capaz de abraçar o repto lançado em 1958 por Charles Snow das “duas culturas” – a científico-natural e as humanidades –, separadas em meados do século XX, mas que tinham de voltar a se unirem e a se nutrirem mutuamente.

Um passo certo nessa direção está a afirmação da natureza da Ciência da Informação como uma ciência social aplicada que elege como objeto de estudo o processo de gênese contextual, de organização – do “arsenal” técnico ao tecnológico – e das práticas de acesso e uso da informação – comportamento informacional, como o da literacia e o das competências informacionais –, abordado especificamente nesse encadeamento cíclico. Nenhuma outra disciplina social ou natural e tecnológica assume para si esse tipo de objeto de estudo. Uma singularidade que lhe confere um risco delicado: cada fase do ciclo não pode ser isolada ou ficar em separado. Atualmente, o modo de organizar e recuperar a informação é feito com metadados digitais e com o recurso à AI, que aparentemente exclui dessa etapa o processo da Ciência da Informação. Mas isso é um equívoco. Essa dimensão tecnológica é absorvível pela Ciência da Informação e articulável com as outras etapas ou facetas do objeto em foco.

Enfim, estas considerações breves brotaram do que este livro representa e pode significar para todos os que se abeirarem dele e com ele se adentrarem no invisível, árduo, mas essencial campo da documentação/informação.

Armando Malheiro da Silva

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea tem como ponto de partida a estadia da professora visitante Fernanda Maria Melo Alves no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), durante o período de junho de 2018 a maio de 2020, e como base a sistematização de dados para elaboração do relatório correspondente às atividades efetuadas.

Dita estadia veio dar continuidade ao trabalho desenvolvido entre 2015 e 2017, derivado de um estágio de pós-doutorado na mesma instituição, como bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que resultou ser produtivo e motivador, dando oportunidade à docente e investigadora de integração na comunidade acadêmica do programa, do instituto, da universidade e do país.

O lançamento do “Edital de contratação de professor visitante 2017-2018: processo seletivo simplificado para contratação de professores visitantes” foi uma das iniciativas do magnífico reitor da UFBA de estratégia institucional de internacionalização, visando o aprimoramento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* e dos respectivos grupos de pesquisa e a contratação de professores visitantes, nacionais e estrangeiros. Esse marco legal possibilitou à docente e investigadora desenvolver suas atividades em sintonia com o contexto acadêmico supracitado e aportar conhecimento e inovação advindos de práticas profissionais experientes, acumuladas noutros contextos internacionais e que contribuíram de forma efetiva para o desenvolvimento da produção científica dos grupos de pesquisa do PPGCI-UFBA.

A obra possibilita uma reflexão sobre as atividades efetuadas, tanto investigadoras como docentes, e considera-se útil sua divulgação para promover a continuidade de experiências e práticas no contexto do programa referido.

Os resumos dos currículos dos dez autores, entre docentes, investigadores e estudantes, correspondem aos responsáveis de 11 contribuições, divididos em dois eixos, que abarcam diversas temáticas da Ciência de Informação e que demonstram complementariedade e interdisciplinaridade entre eles.

O prefácio, elaborado pelo professor doutor Armando Malheiros da Silva, da Universidade do Porto, Portugal, abre a coletânea, e é seguido pela Apresentação, da responsabilidade da organizadora, Fernanda Maria Melo Alves, em que se explica a gênese e conteúdo da publicação.

A primeira parte – A cooperação universitária internacional: o caso da Universidade Federal da Bahia –, foca as políticas e práticas de cooperação universitária internacional, abrangendo três capítulos: “A pós-graduação em Ciência da Informação e desafios: o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação na Universidade Federal da Bahia”, da autoria de Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira, apresenta o programa com conhecimento aprofundado resultante de sua atividade como professora e coordenadora; “Experiencias de cooperación universitaria en Biblioteconomía y Ciencia de la Información: actividades desde la transferencia académica y social”, da responsabilidade do professor José Antonio Moreira González, exemplifica práticas de cooperação exitosa entre universidades espanholas e brasileiras, em especial entre a Universidad Carlos III de Madrid e a UFBA; e “Relatório de atividades no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (junho de 2018 a maio de 2020)”, assinado por Fernanda Maria Melo Alves, relata suas contribuições como professora visitante, entre as quais se destacam a produção científica, resultantes de orientação científica de mestrandos e doutorandos e de projetos de investigação, e um conjunto de variadas atividades acadêmicas.

A segunda parte – Práticas de cooperação universitária internacional no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia – permite conhecer a produção científica resultante das práticas de orientação entre a professora visitante e seus orientandos, mestrandos e doutorandos, apresentada em seis capítulos: “A contribuição da Ciência da Informação para os estudos de prospecção de informação científica e tecnológica”, de Maria do Carmo Oliveira Ribeiro e Fernanda Maria Melo Alves; “Estudo de usuários e bibliotecas universitárias: contribuição para o desenvolvimento de competências em informação”, de coautoria de Glacínésia Leal Mendonça e Fernanda Maria Melo Alves; seguido do capítulo “A evasão no curso de Biblioteconomia e Documentação na Universidade Federal da Bahia”, de Camila Ferreira Campos e Fernanda Maria Melo Alves; “As competências informacionais das organizações não governamentais:

o caso da ONG Artigo 19”, assinado por Luciana Bomfim Terra, Fernanda Maria Melo Alves e José Antonio Moreiro González, que resultou de uma coorientação internacional de tese doutoral; o capítulo intitulado “Nada mais havendo a tratar: a gestão da informação no curso de licenciatura em Geografia da Universidade do Estado da Bahia e a Teoria da Complexidade de Morin”, de Joselito Manoel de Jesus e Fernanda Maria Melo Alves; e, por fim, “A Pós-Graduação em Ciência da Informação e os desafios do século XXI”, da responsabilidade de Mônica Izabele Jesus e Fernanda Maria Melo Alves.

Além do mais, a publicação desta coletânea é uma oportunidade de a UFBA e, em especial, do PPGCI prestarem contas à sociedade brasileira, divulgando práticas efetivas de cooperação interuniversitária nacional e internacional através do estabelecimento de vínculos institucionais e da criação de redes entre centros e professores e estudantes do ensino superior, com o propósito de contribuir para o compromisso social, permitindo o acesso e a transferência do conhecimento em benefício do desenvolvimento e bem-estar social.

O Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) da Universidade Federal da Bahia possibilitou o financiamento para a publicação desta coletânea, com a chancela da Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba), através de aprovação institucional, registrada na ata de reunião ordinária do Colegiado do PPGCI do Instituto de Ciência da Informação (ICI) da UFBA, efetuada em 9 de novembro de 2020.

Fernanda Maria Melo Alves

PARTE I

**A COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA
INTERNACIONAL: O CASO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

A PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DESAFIOS

O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira

INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação (CI) emerge no contexto de profundas transformações sociais e tecnológicas, cujos primórdios retomam a Revolução Industrial do século XVIII, momento em que as inovações técnico-científicas foram responsáveis por grande produção de conhecimento. Nesse contexto, o mundo assiste a diferentes fases do processo de tecnologiação das atividades humanas, que repercutiram significativamente no avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), modificando a relação até então existente entre os meios de produção, disseminação e uso da informação em contextos distintos da sociedade.

Os acontecimentos do fim dos séculos XIX e XX demarcam a trajetória da CI, especialmente aqueles que prenunciam a necessidade de sua existência: o surgimento da bibliografia e documentação, a criação de institutos relacionados à área da documentação, bem como os encontros realizados por profissionais para discutir as questões relacionadas à informação documental no contexto anunciado. (HERNANDEZ; COLUMBIÉ, 2005) Não se pode olvidar de que a segunda metade do século XX, período em que as consequências decorrentes do grande conflito mundial afetaram os diferentes segmentos da sociedade, foi também decisiva para que a CI se tornasse uma ciência

voltada aos problemas decorrentes do aumento exponencial da informação produzida pelos organismos que compunham o tecido social.

Assim, na constituição do campo da CI é essencial compreender que a Biblioteconomia e a Documentação, áreas em ascensão desde os séculos anteriores, têm contribuição significativa nesse processo, ainda que ambas apresentem perspectivas distintas para organização e disseminação da informação produzida, com vistas a atender públicos distintos. Nesse sentido, a incorporação das inovações tecnológicas se soma a esses campos do conhecimento, ampliando seu escopo de abrangência para facilitar o acesso, a recuperação e o uso da informação.

O cenário do pós-guerra carrega consigo uma multiplicidade de tecnologias intelectuais (LÉVY, 1998) que reverberarão em todo o desenvolvimento científico que marca essa época, tendo em vista que “a ciência, a tecnologia e a informação tornaram-se os motores propulsores da sociedade e base do progresso econômico” (SIQUEIRA, 2010, p. 60), seja relacionado às áreas tradicionais como a física, a matemática, as engenharias, ou aquelas oriundas de suas derivações, a exemplo da cibernética, a automação, a teoria da informação, entre outras, especialmente em países que se consagraram potências mundiais como os EUA. É no contexto norte-americano, cujo desenvolvimento científico e tecnológico aliado à agregação de valor estratégico da informação, que surgem ideais relacionados à criação de modelos de recuperação da informação, desencadeando assim as bases para o surgimento da CI.

A denominação atual para o termo “Ciência da Informação” hoje utilizado não se constituiu a princípio como uma unanimidade, haja vista que a Europa, em especial a União Soviética, adotou o termo “informatika” para designar a área de conhecimento, cujo objeto de estudo era a informação em sua estrutura e suas peculiaridades, conforme salienta Siqueira (2010), enquanto os EUA adotaram a terminologia atual. No entanto, o conceito adotado pelos americanos prevaleceu e influenciou os demais países europeus, ganhando *status* de cientificidade, a partir da perspectiva da recuperação da informação nos anos 1960, de acordo com Seracevic (1996) e Oliveira (2005).

Na atualidade, dentre os diferentes conceitos utilizados para delinear o escopo da CI, se destaca o de Capurro e Hjørland (2007, p. 186), que a compreendem como área que “se ocupa com a geração, coleta, organização,

interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação, com ênfase particular, na aplicação de tecnologias modernas nestas áreas”. A perspectiva apresentada pelos autores envolve todo o processo relacionado ao tratamento da informação no contexto das TICs do século XX, com repercussão em diferentes países do mundo.

A PÓS-GRADUAÇÃO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA

No Brasil, a CI se encontra, em seus primórdios, ancorada em um cenário de transformações sociais profundas, decorrentes do término da Segunda Guerra Mundial, bem como do fim das imposições de uma ditadura militar que dominou o país por longos anos. É nesse ambiente que o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) foi criado nos anos 1950, precisamente em 1954, constituindo-se um marco para o desenvolvimento da área no território brasileiro, cujas ideias estavam intrinsecamente concatenadas com organismos internacionais como a Federação Internacional de Documentação (FID) e a Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA). O papel desempenhado pelo IBBB em uma sociedade marcada por conquistas sociais importantes e em franco desenvolvimento educacional, científico e cultural é incontestável. Cabia a esse instituto a convergência da produção bibliográfica, fornecendo produtos e serviços bibliográficos à comunidade científica e tecnológica como um todo. Para além disso, o IBBB exercia as atividades de ensino e pesquisa, qualificando profissionais quanto ao trato da informação.

A experiência acumulada por quase duas décadas do IBBB refletiu positivamente e influenciou a criação, em 1970, do primeiro curso de mestrado em Ciência da Informação da América Latina. Esse curso, cujo corpo docente era composto por professores norte-americanos e ingleses, foi o responsável pela formação de professores-pesquisadores que, no futuro, criariam novos cursos da área (MARTELETTO, 2009), marcando definitivamente uma nova realidade para o estudo da informação no Brasil.

O percurso da CI no Brasil evidencia que, decorridas quatro décadas da instalação do primeiro curso, sua expansão é notória, pois de acordo dados da Plataforma Sucupira, o Brasil tem atualmente 27 programas de pós-graduação *stricto sensu* (Quadro 1) avaliados e reconhecidos pela Coordenação

de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), distribuídos entre as cinco regiões brasileiras, sendo que desse total, seis têm apenas mestrado acadêmico, oito são de mestrado profissional e 13 englobam mestrado e doutorado acadêmico, contando com 40 cursos avaliados e reconhecidos (19 de mestrado acadêmico, 13 de doutorado acadêmico e oito de mestrado profissional). Ressalta-se que esse número é maior se considerarmos que há cursos novos a serem avaliados na quadrienal 2017-2020, não estando, portanto, contabilizados na referida plataforma.

Quadro 1 – Cursos avaliados e reconhecidos pela Capes

Instituição de ensino	UF	Total de programas							Total de cursos				
		Total	ME	DO	MP	DP	ME/DO	MP/DP	Total	ME	DO	MP	DP
Fundação Casa de Rui Barbosa	RJ	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0
Universidade Federal de Sergipe*	SE		0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0
Universidade de Brasília	DF	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
Universidade de São Paulo	SP	2	0	0	1	0	1	0	3	1	1	1	0
Universidade do Estado de Santa Catarina	SC	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0
Universidade Estadual de Londrina	PR	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília	SP	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
Universidade Federal da Bahia	BA	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
Universidade Federal da Paraíba	PB	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
Universidade Federal de Alagoas*	AL	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
Universidade Federal de Minas Gerais	MG	2	0	0	0	0	2	0	4	2	2	0	0
Universidade Federal de Pernambuco	PE	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
Universidade Federal de Santa Catarina	SC	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
Universidade Federal de São Carlos	SP	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0

continua...

	Total de programas							Total de cursos					
Universidade Federal do Cariri	CE	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0
Universidade Federal do Ceará	CE	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
Universidade Federal do Espírito Santo*	ES	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	RJ	2	0	0	2	0	0	0	2	0	0	2	0
Universidade Federal do Pará	PA	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
Universidade Federal do Rio de Janeiro	RJ	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	RN	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0
Universidade Federal do Rio Grande do Sul*	RS	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
Universidade Federal Fluminense	RJ	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
Universidade Fumec	MG	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
Totais		27	6	0	8	0	13	0	40	19	13	8	0

Fonte: Plataforma Sucupira (2021). Ver: <https://bit.ly/3jxLK0I>. Acesso em: 22 fev. 2021. ME: Mestrado Acadêmico; DO: Doutorado Acadêmico; MP: Mestrado Profissional; DP: Doutorado Profissional; ME/DO: Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico; MP/DP: Mestrado Profissional e Doutorado Profissional. *Sem avaliação.

Os dados do Quadro 1 demonstram que o processo de formação do quadro de pesquisadores e docentes de ensino superior na CI alcançou significativo avanço, tendo em vista que há clara distribuição dos programas *stricto sensu* pelas universidades públicas, com destaque para as federais, em diferentes estados do país. Nota-se que ainda é necessário envidar esforços para que haja uma divisão mais equitativa entre as regiões, especialmente as do Norte e Centro-Oeste do Brasil, que contam com apenas um programa para cada uma delas.

A realidade das avaliações dos programas *stricto sensu* em CI também apontam para um cenário de crescente evolução, tendo em vista a melhoria de notas atribuídas na avaliação última quadrienal da Capes, ainda que persista um número significativo de programas com as notas 3 e 4, conforme apontam os Quadros 2 e 3. Dentre os 19 programas acadêmicos elencados (Quadro 2), 16 deles passaram por processo avaliativos anteriores e três serão avaliados pela primeira vez em 2021. Do total dos avaliados, 50% foi avaliado

com nota 4, 25% com nota 5, enquanto quase 19% mantêm-se com a nota 3. Resta salientar que dentre os programas acadêmicos da CI, a maior nota alcançada é 6, numa escala com máxima de 7.

Quadro 2 – Conceitos dos programas acadêmicos em Ciência da Informação

Universidade	Área	Nível	Conceito
Universidade Estadual de Londrina	Ciência da Informação	Mestrado/doutorado	4
Universidade Federal da Bahia	Ciência da Informação	Mestrado/doutorado	4
Universidade Federal do Ceará	Ciência da Informação	Mestrado	3
Universidade Federal Fluminense	Ciência da Informação	Mestrado/doutorado	4
Universidade Federal de Minas Gerais	Ciência da Informação	Mestrado/doutorado	5
Universidade Federal da Paraíba	Ciência da Informação	Mestrado/doutorado	4
Universidade Federal de Pernambuco	Ciência da Informação	Mestrado/doutorado	4
Universidade Federal do Pará	Ciência da Informação	Mestrado	3
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Ciência da Informação	Mestrado/doutorado	4
Universidade Federal de Santa Catarina	Ciência da Informação	Mestrado/doutorado	5
Universidade Federal de São Carlos	Ciência da Informação	Mestrado	3
Universidade de Brasília	Ciência da Informação	Mestrado/doutorado	5
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília	Ciência da Informação	Mestrado/doutorado	6
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Museologia e Patrimônio	Mestrado/doutorado	4
Universidade de São Paulo	Ciência da Informação	Mestrado/doutorado	4
Universidade Fumec	Ciência da Informação	Mestrado/doutorado	4
Universidade Federal de Alagoas	Ciência da Informação	Mestrado	A
Universidade Federal do Espírito Santo	Ciência da Informação	Mestrado	A
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Ciência da Informação	Mestrado	A

Fonte: Plataforma Sucupira (2021). Ver: <https://bit.ly/3jxLK0I>. Acesso em: 22 fev. 2021.

Em face dos dados, prospectam-se melhorias nas avaliações futuras, se considerarmos que 25% dos cursos da CI (Quadro 2) já detêm a nota 5. Essa tendência tem relação direta com o amadurecimento da CI, aliada às políticas públicas e institucionais que fomentam a formação de pesquisadores e conseqüentemente o desenvolvimento da ciência nacional.

Ainda na perspectiva de entendimento da evolução da CI no Brasil, os cursos *stricto sensu* profissionais emergem da necessidade de contemplar um segmento profissional da área, cuja realidade de mercado demandava a formação voltada para aprimorar as atividades relacionadas ao tratamento, organização e disseminação da informação e seus vieses, de acordo com as exigências de uma sociedade que tem a informação como vetor essencial para o desenvolvimento de diferentes espaços sociais, econômicos, educacionais, culturais etc.

A previsibilidade para criação dos cursos profissionais remontam ao Parecer Sucupira de 1965 (Parecer CFE nº 977/1965), porém as discussões em torno da implantação dos cursos de *stricto sensu* para formar profissionais afeitos às demandas do mercado ocorrem nos anos 1990, período em que as avaliações dos programas de pós-graduação realizadas pela Capes apontavam que algumas áreas tendiam para uma prática cuja orientação era voltada às atividades profissionais, fato que impactava a avaliação meramente acadêmica de programas dessas áreas. (BRASIL, 2001; MELO, 2002) Em razão dessa constatação, a Capes instituiu uma comissão para realizar um estudo sobre a realidade já demonstrada pelas avaliações, cujo resultado evidenciava a necessidade de implantação dos cursos de mestrado profissionais. (MELO, 2002) A ação da referida agência propiciou, por meio da Portaria nº 47, de 17 de outubro de 1995, “[...] a implantação na Capes de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado dirigidos à formação profissional [...]”. (BRASIL, 1995, p. 1) A partir de então, uma sequência de atos normativos, a exemplo da Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998, da Portaria Capes nº 131, de 28 de junho de 2017, e da Portaria Capes nº 60, de 20 de março de 2019, reafirma e amplia os cursos profissionais no âmbito nacional, sendo as duas últimas relacionadas ao doutorado profissional.

Na CI, a maioria dos cursos profissionais na área são implantados a partir da segunda década do século XXI, sendo que o primeiro mestrado voltado ao público não acadêmico foi criado em 2008 pela Universidade Estadual de Londrina, intitulado de Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação.

O Quadro 3 elenca os cursos reconhecidos pela Capes até 2017, mas seguramente na próxima avaliação esse elenco será ampliado.

Quadro 3 – Conceitos dos programas profissionais em Ciência da Informação

Universidade	Área	Nível	Conceito
Fundação Casa de Rui Barbosa	Memória e Acervos	Mestrado profissional	3
Fundação Universidade Federal de Sergipe	Gestão da Informação e do Conhecimento e Sociedade	Mestrado profissional	3
Universidade do Estado de Santa Catarina	Gestão da Informação	Mestrado profissional	3
Universidade Federal do Cariri	Biblioteconomia	Mestrado profissional	3
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Gestão da Informação e do Conhecimento	Mestrado profissional	3
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Biblioteconomia	Mestrado profissional	3
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Gestão de Documentos e Arquivos	Mestrado profissional	3
Universidade de São Paulo	Gestão da Informação	Mestrado profissional	4

Fonte: Plataforma Sucupira (2021). Ver: <https://bit.ly/3jxLK0l>. Acesso em: 22 fev. 2021.

A realidade exposta denota um crescimento importante na área da CI no Brasil, seja com cursos que objetivam a formação de pesquisadores e/ou docentes, seja com aqueles destinados a qualificar profissionais para atuarem no mercado exponencial da informação. As pesquisas oriundas dos programas da CI têm uma amplitude que abarca os diferentes segmentos da sociedade da informação, perpassando por organização, tratamento, disseminação, gestão, tecnologias da informação, competência, mediação, uso da informação, bem como comportamento, memória, acervos, documentos, cultura, política e todas as nuances que envolvem a temática informação.

O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI-UFBA), criado em 1998, nasce como uma

possibilidade para capacitar profissionais em nível de mestrado acadêmico na Bahia e nos diferentes estados das regiões Norte e Nordeste, tendo em vista a carência de cursos dessa natureza nas localidades mencionadas. Na configuração inicial, o PPGCI foi organizado com base nas normativas internas (Regimento Geral da UFBA, normas do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade, Normas Complementares para os Cursos de Pós-Graduação da UFBA, Regimento PPGCI) e externas (Ministério da Educação, Capes e demais órgãos subordinados).

A trajetória do PPGCI-UFBA é marcada por uma curva ascendente de crescimento, na qual ao longo de 22 anos de existência qualificou profissionais de diferentes áreas do conhecimento do país e do estrangeiro, demonstrando de forma inequívoca a interdisciplinaridade característica da área. No interstício mencionado, a capacitação foi ampliada em 2011, com a implantação do doutorado no referido programa, se tornando o primeiro de toda região Norte e Nordeste do país. Essa nova condição contribuiu na formação de quadros docentes, de pesquisadores e extensionistas para atuarem no ensino dos cursos de graduação da área, em diferentes instituições de ensino e pesquisa, além de expandir cursos e programas de pós-graduação. Desse modo, desde 2004, ano de conclusão da primeira turma de mestrado até primeiro semestre de 2021, foram titulados 155 mestres e 36 doutores (primeiros egressos em 2013), oriundos de diferentes estados brasileiros e da América Latina, América Central e África. Esse quantitativo repercute positivamente no cenário regional, nacional e internacional, e demonstra que o Mestrado Acadêmico e o Doutorado em Ciência da Informação da UFBA vêm cumprindo a missão de qualificar pesquisadores, professores e pessoal técnico-profissional com competências para atuar nos mais diferenciados ambientes, utilizando os conhecimentos oriundos do processo formativo para intervir na realidade laboral e/ou social. Nessa perspectiva, é significativo o número de alunos que ingressaram na carreira docente após concluírem seus respectivos cursos, fato que confirma a vocação do programa para formar professores para atuar no terceiro grau.

A realidade configurada tem evidenciado que os egressos do PPGCI-UFBA têm se destacado no cenário brasileiro da CI, seja no exercício docente, na implantação e coordenação de curso *stricto sensu*, seja como cientistas desenvolvendo pesquisas, assumindo cargos de relevância na área, formando grupos

de pesquisas, entre outras atividades propiciadas pela qualificação recebida. Vale salientar que o quadro docente qualificado (conforme Quadro 4), atrelado às condições ofertadas pela UFBA, fez que o PPGCI se tornasse um programa reconhecido e respeitado pela comunidade acadêmica-científica da CI e de áreas afins.

Quadro 4 - Docentes do PPGCI-UFBA

Total de docentes	Docentes por linha de pesquisa*	Docentes com pós-doutorado	Docentes de produtividade
18 permanentes 4 colaboradores	Linha 1 - 9 permanentes 3 colaboradores Linha 2 - 8 permanentes 1 colaborador	8 permanentes 1 colaborador	3 permanentes

Fonte: adaptado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (2021). Ver: <https://bit.ly/3M0blvn>. Acesso em: 21 abr. 2022.

Do corpo docente permanente que atua no programa, cerca de 88% têm mais de cinco anos de doutoramento, percentual que revela que o PPGCI se encontra num patamar promissor para o alcance da maturidade daqueles programas já sedimentados na área.

Na conformação atual, o programa se encontra ancorado na área de concentração “Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea”, sendo dela originada duas linhas de pesquisa, das quais decorrem todas as ações que norteiam o percurso do programa (projetos de pesquisa e extensão, disciplinas, conteúdos curriculares, produção científica), conforme informações disponíveis no *site* do programa.¹

Nesse sentido, a linha 1, “Políticas, tecnologias da informação”, versa sobre estudos teóricos e aplicados sobre a infraestrutura e políticas de acesso e controle da informação, do documento e das tecnologias intelectuais. Contempla a identificação e o monitoramento de necessidades, assim como a avaliação de padrões de funcionamento e gestão de redes e sistemas de informação. Abrange pesquisas sobre identidade e memória cultural, incluindo o exame de metodologias e estratégias de preservação documental. Envolve ainda o estudo das tendências e dos indicadores de produção e comunicação científica.

1 Ver em: <https://ppgci.ufba.br/>.

Por sua vez, a linha 2, “Produção, circulação e mediação da informação”, trata dos estudos teóricos e aplicados sobre produção, disseminação, transferência, mediação e apreensão da informação em vários contextos. Contempla os ciclos, processos, fluxos, hábitos e comportamentos informacionais em diferentes meios e ambientes, incluindo leitura e escrita, com enfoque na circulação da informação, recepção e produção de sentidos. Abrange estudos e pesquisas das redes sociais e humanas na produção, intercâmbio e uso de informação. Envolve também a análise de competências informacionais e de programas de letramento e inclusão digital, comportamentos e hábitos informacionais.

A produção advinda da atividade acadêmico-científica sempre esteve alinhada com as linhas de pesquisa, conforme apontam as avaliações contínuas realizadas pela Capes. Ademais, se pode depreender que as pesquisas realizadas pelos discentes e docentes do programa mantêm afinidade estreita com os assuntos registrados nas linhas, conforme aponta pesquisa de Barreira (2016) ao estudar as tendências da produção científica do PPGCI-UFBA 2010-2014. Nesse estudo, o levantamento realizado das temáticas abordadas nas teses e dissertações do PPGCI entre 2010 e 2014 confirmou a intrínseca relação entre as linhas de pesquisa e as investigações oriundas das teses e dissertações produzidas em cada uma delas no período em análise, demonstrando que na linha 1 os temas convergiram para gestão de documentos, preservação digital, memória, gestão de unidades de informação, arquivos, tecnologia da informação, redes sociais, política de informação, enquanto que na linha 2 a produção está relacionada à mediação, representação da informação, formação, competência/literacia em informação, comportamento informacional, mercado de trabalho, entre outras. Na atualidade, outras temáticas têm sido acrescentadas à medida que o corpo docente é renovado e traz novas perspectivas relacionadas com a referidas linhas.

O conhecimento produzido pelo corpo docente é um dado significativo, pois resulta da atividade de pesquisa desenvolvida pelos professores, de acordo com suas áreas de interesses, para além dos projetos de mestrado e doutorado sob a orientação deles. Assim, nos últimos quatro anos (2017-2020), o corpo docente do PPGCI-UFBA elaborou e desenvolveu 48 projetos (42 de professores permanentes e seis de professores colaboradores), envolvendo 67 alunos de iniciação científica, quantitativo que evidencia uma dimensão

positiva para a pesquisa em CI no Brasil, tendo em vista que a produção reverbera na literatura da área. Esses dados representam, além do aumento da produção científica, a formação de uma consciência voltada à pesquisa nos futuros pesquisadores advindos dos cursos de graduação.

DESAFIOS E PROSPECÇÕES DO PPGCI-UFBA

Ao longo de sua história, o PPGCI-UFBA buscou, a cada avaliação a que foi submetido pela Capes, superar os limites e as dificuldades apontados pela referida agência em seus sucessivos julgamentos, a fim de minimizar e/ou superar as lacunas apontadas, concentrando esforços para sanar os problemas existentes. Para tanto, delineou estratégias que resultaram em ações com o propósito de fortalecer a identidade do programa com base nas orientações adotadas pela área da Comunicação e Informação. Dentre as práticas adotadas com esse objetivo, destacam-se algumas que resultaram em iniciativas positivas, a exemplo da criação do doutorado em 2011 (após conquista da nota 4), inserindo o PPGCI no rol do seletor grupo dos programas com esse nível de ensino. A partir de então, novas conquistas foram implementadas: a ampliação do número de docentes e consequente aumento de vagas ofertadas; crescimento de recursos oriundos da Capes, destinados a efetivar ações voltadas à publicação; aumento no número de bolsas concedidas pela agência de fomento; ingresso de alunos para o pós-doutoramento pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD-Capes); participação de docentes e discentes em eventos científicos; melhorias na infraestrutura; participação de docentes externos/visitantes em bancas para avaliação teses e dissertações, bem como para ministrar aulas e palestras no âmbito do PPGCI.

As realizações mencionadas implicam a crescente responsabilidade para com a área e impõem aos programas novos desafios, sendo que um dos mais almejados é o alcance da nota 5. Para tanto, faz-se necessário reduzir as lacunas ainda presentes, exigindo, portanto, a adoção de medidas, dentre as quais se destacam: 1. ampliar a produção qualificada do corpo docente permanente; 2. manter a produção discente, ampliando as coautorias (orientador × orientando); 3. aumentar os intercâmbios com outras instituições nacionais e estrangeiras; 4. incentivar a produção qualificada em outros idiomas etc. Essas são algumas ações mais imediatas, porém há outras, de caráter mais pontual, que exigem planejamento a curto e médio prazo.

Diante do exposto, o PPGCI-UFBA prospecta ampliar seu desempenho a partir do planejamento sistemático e contínuo de suas atividades, ainda que o cenário nacional para a ciência brasileira se apresente inseguro e pouco animador. Nessa direção, a melhoria pela qualidade de sua produção, de sua visibilidade no âmbito da CI, dependerá da crença e persistência da comunidade científica da área e de seus aliados. Assim, busca-se no futuro próximo o melhoramento da infraestrutura física e tecnológica em razão do aumento do número de discentes; o aumento da qualificação do corpo docente com pós-doutoramento; a ampliação de docente com bolsas de produtividade; o alargamento das relações científicas por meio das redes de colaboração, a fim de visibilizar a produção do programa; a atualização contínua das redes sociais do PPGCI (Facebook, Instagram e Twitter); a manutenção dos encontros promovidos pelo programa, como meio de ampliar a interlocução da área entre os pares e discentes de graduação e pós-graduação; o aprimoramento de processos seletivos para ampliar o ingresso de grupos minoritários; a criação de instrumento de gestão; a melhoria da qualificação da revista *Ponto de Acesso*, a fim de que possa se tornar um veículo de excelência para divulgação da produção da área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CI brasileira mostra, desde seus primórdios, uma sintonia com a realidade social, enquanto área de conhecimento que trata de estudar as questões afetas à informação. Sua evolução, evidenciada pelo aumento gradual dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil e dos cursos *stricto sensu* acadêmico e/ou profissional nas últimas quatro décadas, traz repercussão importante na produção literária, colaborando no desenvolvimento científico e fazendo dessa área um referencial no contexto da América Latina. Nesse sentido, destaca-se não somente por sua expansão, mas também pelo quantitativo de profissionais qualificados por esses programas oriundos de diferentes campos do saber (caráter interdisciplinar), para atuarem nos mais distintos espaços da sociedade, seja no território nacional ou em outros países.

No tocante ao PPGCI-UFBA, seu caminhar segue a tendência nacional, ao demonstrar que após duas décadas de existência alcançou um nível de

reconhecimento importante, por colaborar de forma interdisciplinar com a formação de mestres e doutores (191), em especial os da região Nordeste do país, que exercem diferentes funções no mercado laboral, seja como docentes, pesquisadores ou como técnico-administrativos, entre outras. O referido programa também tem buscado adequar seus cursos às transformações sociais e tecnológicas para atender as demandas informacionais que emergem da sociedade da informação. Para tanto, tem desenvolvido ações que repercutem diretamente nas atividades voltadas ao processo formativo de seus discentes, seja do ponto de vista científico, social ou cultural, a exemplo do incentivo para melhorar a qualificação do corpo docente, o estímulo à produção dos corpos docente e discente, a ampliação de vagas no processo seletivo destinada ao ingresso grupos minoritários. Essas e outras ações vão se constituindo um todo, com vistas à sedimentação de um *corpus* de saberes que permitirá à CI o *status* das grandes áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, M. I. J. S. Tendência da produção científica do PPGCI-UFBA 2010-2014. *In: SEMINÁRIO ESTUDANTIL DE PESQUISA*, 35., 2016, Salvador. *Anais* [...]. Salvador: UFBA, 2016.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 10 jun. 2001.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria nº 47, de 17 de outubro de 1995. Determinar a implantação na Capes de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado dirigidos à formação profissional [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 17 out. 1995. Disponível em: <https://bit.ly/3KK276s>. Acesso em: 21 abr. 2022.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria nº 60, de 20 de março de 2019. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissionais, no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 26, 22 mar. 2019.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998. Dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados

profissionais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 14, 11 jan. 1999.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria nº 131, de 28 de junho de 2017. Dispõe sobre o mestrado e o doutorado profissionais. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 17, 30 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior*, Brasília, DF, 8 mar. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer nº 977/1965, aprovado em 3 de dezembro de 1965. Define os diferentes tipos de pós-graduação, informa sobre o contexto histórico de seu desenvolvimento no Brasil e em outros países, além de outras considerações. *Infocapes*, Brasília, DF, v. 7, n. 3, p. 37-51, 1999. Disponível em: <https://bit.ly/3rmS9jE>. Acesso em: 21 abr. 2022.

CABRALES HERNÁNDEZ, G.; LINARES COLUMBIÉ, R. Origen y formación de la ciencia de la información (1895-1962). *Biblios*, Lima, v. 6, n. 22, p. 84-98, jan./ago. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3LZhHeC>. Acesso em: 21 abr. 2022.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CARVALHO, J. A ciência da informação na avaliação quadrienal da Capes: a realidade nas modalidades acadêmica e profissional na última avaliação quadrienal. *Biblioo Cultura Informacional*, Rio de Janeiro, 5 out. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3KFt3E3>. Acesso em: 21 abr. 2022.

LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na Era da Informática*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1998.

LINARES COLUMBIÉ, R. El proyecto interdisciplinario de la ciencia de la información y sus primeros pasos (i). *Bibliotecas: Anales de Investigación*, Havana, v. 13, n. 1, p. 75-81, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3M0sjd7>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MARTELETTO, R. A pesquisa em ciência da informação no Brasil: marcos institucionais, cenários e perspectivas. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 19-40, set./dez. 2009. Suplemento.

MELO, K. V. A. *Origem e institucionalização da pós-graduação stricto sensu profissional: um estudo de casos*. 2002. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

OLIVEIRA, M. (org.). *Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SIQUEIRA, J. C. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 52-66, set./dez. 2010.

EXPERIENCIAS DE COOPERACIÓN UNIVERSITARIA EN BIBLIOTECONOMÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN

ACTIVIDADES DESDE LA TRANSFERENCIA ACADÉMICA Y SOCIAL

José Antonio Moreiro González

RAZONES PARA IMPLICARSE

Desde luego, lo deseable es que la cooperación académica interuniversitaria esté proyectada de punta a cabo, planificada con detalle, avalada por convenios institucionales y apoyada en recursos de convocatorias competitivas. (TIANA, 2001) Incluso existen foros y exposiciones en los que se ofrece la posibilidad de intercambiar acciones y estancias en el extranjero. Este panorama institucionalizado de la cooperación universitaria no puede ocultar que en ocasiones los acuerdos y el programa de actividades común se inician en circunstancias más contingentes. Suelen surgir de oportunidades en las que coinciden, y luego convergen, compromisos nacidos de la voluntad de participar, del ofrecimiento individual y hasta de la simpatía personal y de la compenetración académica.

Por supuesto que las actividades de cooperación internacional suponen una inversión en recursos humanos y en bienes del conocimiento, pero no se puede olvidar que el conocimiento es una de las formas decisivas de producción e innovación social. (OSTROM, 2012) La cooperación interuniversitaria favorece la participación académica mediante el establecimiento de vínculos institucionales y la creación de redes entre centros y profesores de educación

superior, con el propósito de permitir el acceso y la transferencia del conocimiento. (NACIONES UNIDAS, 2000) Además, su circulación puede hacerse universal por causa de las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC) que a su vez favorecen el contacto, el planteamiento y el desarrollo metodológico de los proyectos, así como su ejecución en cualquier parte del mundo. Sin olvidar que la cooperación internacional, en especial cuando es cooperación al desarrollo con países y centros de otras culturas, supone una responsabilidad ética y una aspiración a la inexcusable equidad y al respeto de sus singularidades y diferencias. De modo que las instituciones participantes en la investigación y el acceso a la educación superior realizan un servicio público al intentar que el crecimiento económico y social sea integrador y perdurable.

Siguiendo las sugerencias de la invitación cursada por la editora de esta monografía, dr^a. Alves, y ante las características del contexto de producción y editorial en cuanto surgida en el seno de la Universidade Federal da Bahia (UFBA) y por extensión en Brasil, esta parte del texto va a ofrecer comentarios y actividades participados dentro de la cooperación interuniversitaria en los que predominan los proyectos de investigación y la docencia universitaria vividas con mayor cercanía personal. Mientras que las actividades y proyectos de cooperación al desarrollo se han realizado en participación colectiva, de modo que los datos que se ofrecen suelen referirse a compromisos de grupo. De modo que se va a abordar, por un parte, la cooperación universitaria al desarrollo de un pequeño grupo de profesores del departamento al que pertenezco. Mientras que, por otra, se refiere a la cooperación especialmente con Brasil en compromisos de investigación más individual, conforme señalado por la editora. Luego se atiende a la ejecución de actuaciones por parte de un pequeño grupo de cooperación como reflejo del compromiso y la función de una misión institucional universitaria. Mientras que, al mismo tiempo, refleja intervenciones más individuales en cooperación internacional.

La descripción de las actividades no pretende exponer exhaustivamente la actuación de los profesores del Departamento de Biblioteconomía y Documentación de la Universidad Carlos III de Madrid (UC3M) en cooperación interuniversitaria y en cooperación internacional al desarrollo. Si no responder a una petición concreta centrada en las acciones ejecutadas por el grupo de cooperación universitaria al desarrollo CUIDEA y de sus integrantes, siempre desde una perspectiva principal de recepción (*incoming*)

precisamente para evitar que el papel del grupo limite la amplitud de las acciones emprendidas. Por ello debe de entenderse que el Departamento de Biblioteconomía y Documentación ha realizado otras acciones y que incluso los componentes de CUIDEA cuentan con proyectos de investigación, dirección de tesis y dirección de estancias que no aparecen aquí.

PRÁCTICAS DE INTERCAMBIO INTERNACIONAL: TEORÍA DE LAS COINCIDENCIAS

Cabe detenerse algo en la suma de coincidencias de las que surgieron la cooperación interuniversitaria y la cooperación al desarrollo, que se diferencian en el texto. El convencimiento personal hacia la internacionalización de las actividades docentes, investigadoras y de transferencia fue consecuencia, en gran parte, de las experiencias vividas durante una estancia en la Escola de comunicacões e Artes (ECA) de la Universidade de São Paulo (USP) entre abril y septiembre de 1989. Lo hizo posible una ayuda complutense postdoctoral en el extranjero para estudiar los usos del análisis de contenido en la Comunicación social. Si bien su origen fue el convite y la persuasión del recordado profesor José Marques de Melo, que en 1988 realizaba una estancia en la Facultad de Ciencias de la Información de la Universidad Complutense y que me invitó a visitar el centro que dirigía. Atravesaba entonces la universidad española un intenso proceso de impulso. La perpetua reforma del sistema universitario había decidido mejorar su eficiencia y calidad dotándose de capacidad para contender con las propiedades necesarias en un mundo cada vez más abierto. Por consiguiente, las universidades apoyaban con decisión la salida al exterior de sus profesores, así como la llegada de colegas foráneos. Otra apreciada profesora brasileña, Leilah Santiago Bufrem de la Universidade Federal do Paraná (UFPR), a la sazón en estancia postdoctoral en la Universidad Autónoma de Madrid durante el curso 1994-95, buscó en la UC3M a profesores del Departamento de Biblioteconomía y Documentación que quisieran colaborar en proyectos de intercambio y que impulsaron a iniciar las participaciones enumeradas en el Cuadro 1. En la apertura de colaboración con la UFPR actuó también como antecedente una estancia de la profesora Eva Méndez en 1996, siendo aún estudiante becada por la Agencia

Española de Cooperación Internacional (hoy AECID), que contribuyó a fijar los inicios de la colaboración y la declaración de intenciones.

Esas primeras ocasiones sirvieron para valorar mejor el alcance del intercambio de ideas y conocimientos más allá de las fronteras nacionales. Reforzaron el convencimiento de que la comunicación y la difusión del saber deben de estar abiertas a otros escenarios culturales. En definitiva, favorecieron el proceso simultáneo de emisión y de recepción de personas, proyectos y conocimientos que se tradujo en el enriquecimiento académico y personal de numerosos participantes.

Los restringidos comienzos de la cooperación internacional en materia de I+D+i se ampliaron con la llegada al departamento de nuevas hornadas de profesores dentro de unos intercambios menos inducidos y más formalizados. En muchas ocasiones acogidos a las propuestas del Espacio Europeo de Investigación (ERA), con extensión a la cooperación científico-técnica con terceros países a los que se anima a participar. Otras veces mediante participaciones interinstitucionales españolas, en general a la sombra de las convocatorias de acciones investigadoras dispersas entre varios ministerios, así como promovidas por las comunidades autónomas o por diferentes entidades y corporaciones. Reflejar bien esta situación excede los límites de estas hojas, que se limitarán a atender, en claro destaque, los intercambios continuados con universidades brasileñas o con las de países cultural o geográficamente cercanos, siempre producidos en el ámbito de la cooperación.

Cuadro 1 - Proyectos internacionales de investigación

Título	Contraparte	Programa	Entidad financiadora	Fecha
Avaliação dos repertórios brasileiros em Ciências Sociais	UF Paraíba-Br	Auxílio para o Programa básico de Ciência da Informação	CNPq	1998
Análise de conteúdo de textos e imagens	Un. Estadual de São Paulo-UNESP	Auxílio visitante exterior Responsável: José Augusto Guimaraes	FAPESP	2001
Sistema de definición de perfiles profesionales y de competencias para estudiantes de CI: estudio comparativo Brasil - España	Univ. de São Paulo; Univ. Complutense de Madrid (UCM)	Programa hispano-brasileño de cooperación interuniversitaria	Mº Educación y Ciencia. E.	2008-2009 Renovación 2010-2011

continua...

Título	Contraparte	Programa	Entidad financiadora	Fecha
Perfiles profesionales y competencias de formación para estudiantes de CI: metodología para su medición automatizada	Escola de Comunicações e Artes-ECA/USP	Programa de Movilidad de profesores e Investigadores Brasil-España	Fundación Carolina. E.	2010
Ofertas de trabalho na Web para os profissionais brasileiros da B-CI. Análise das competências e habilidades exigidas pelas empresas e instituições	Escola de Comunicações e Artes-ECA/USP	Programas Regulares/ Auxílios a Pesquisa Resp.: Waldomiro Vergueiro	FAPESP	2010-2011
Competências e habilidades digitais na formação e nos perfis profissionais da CI no Brasil. 2013-2018.	ECA-USP	Programas Regulares/ Auxílios a Pesquisa Resp.: Francisco Paletta	FAPESP	2019-2020

Fonte: preparado por el autor.

Desde una mirada somera a este cuadro se aprecia ya que los intercambios más relevantes, por volumen, duración y compromiso, se han mantenido a través de las actividades de investigación realizadas con el Departamento de Biblioteconomía y Documentación (ahora de Información y Cultura), de la Escola de Comunicações e Artes de la USP. Los cuadros sucesivos profundizan y corroboran esta afirmación. Igualmente, se observa que las agencias financiadoras son brasileñas en la mayoría de las ocasiones. Las que se muestran aquí reinciden en tener una aparición casi constante a lo largo de este texto. Son la Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) y el Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A las que luego se añadirá, en intercambios formativos y estancias postdoctorales, la Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Estancias de investigadores extranjeros en la UC3M.

Cuadro 2 – Estancias en la UC3M financiadas por la AECID u otras agencias de cooperación

Tema	Universidad	Nombre	Fecha
<i>Elaboración de registros bibliográficos</i>	Nacional de Asunción-Paraguay	Lorenza Gavilán Viera	1995
<i>Análisis documental</i>	Nacional de la República Oriental del Uruguay (Montevideo).	Adriana Normey Rico	1996
<i>Lenguajes documentales automatizados</i>	de Antioquia (Medellin-Colombia)	Bertha Nelly Cardona de Gil	1996

continúa...

Tema	Universidad	Nombre	Fecha
<i>Gestión automática de tesauros</i>	Nacional de Córdoba-Argentina	Rosario Tissera de Cabral	1997
<i>Lenguajes documentales</i>	Pontificia Universidad Católica del Perú (Lima)	Marivel Ariza Cárdenas	1997
<i>Análisis de contenido</i>	Federal de Minas Gerais- Brasil	Pedro Richardson Oliveira	1998
<i>Biblioteconomía- Documentación- Ciencia de la Información</i>	Federal de Rio Grande do Norte-Brasil	Rildeci Medeiros	2000
<i>Introducción a la Información</i>	Nacional de Mar del Plata-Argentina	Laura Montagna	2000
<i>Técnicas de Índización y Resumen</i>	Santo Tomás de Aquino-Argentina	María Leticia Ovari	2001
<i>Estudios de postgrado/ Formación en la Unión Europea, ALBAN</i>	Pontificia Universidade de Campinas	Adilson Luiz Pinto	2004
<i>Estudios de doctorado-CAPES</i>	Universidade Federal da Bahia	Nidia Lienert Lubisco	2004
<i>Erasmus mundus</i>	ECA-USP	Erica Saito Lauivaldo Cardoso de Oliveira	2005
<i>Erasmus mundus</i>	UFPR	Juliana Lazzarotto Freitas	2007
<i>Estudios de doctorado</i>	Universidad Autónoma de Nicaragua	Erick Tardencilla Marengo	2014-2015
<i>Estudios de máster universitario</i>	UEM (Mozambique)	Delfina Lázaro Mateus	2017-2018

Fonte: preparado por el autor.

Curiosamente, la actualización profesional y científica de profesores y profesionales de la información se inició al amparo de las becas financiadas por los Programas de la AECID: Intercampus y de Cooperación Interuniversitaria que permitieron estancias de duración mensual en la UC3M y que abrieron otras posibilidades de intercambio. De modo que se debe de considerar como un movimiento inicial, inmediatamente anterior a actuaciones de mayor calado en la docencia y la investigación.

Tanto por su temática como por la duración demuestran que se trataba, con excepción de las tres últimas del listado, de estancias breves cercanas a la transmisión de estados conceptuales o técnicos de alguna cuestión, pero muy interesantes para la evolución académica y profesional de quienes las disfrutaron. Mientras que las estancias de Adilson Luiz Pinto, Nidia Lienert Lubisco, Erick Tardencilla Marengo y Delfina Lázaro Mateus estuvieron financiadas respectivamente por una Beca ALBAN, por la Capes y las dos últimas por la AECID. Permanecieron en la UC3M todo el tiempo de confección de las tesis o el curso completo para hacer el Máster Universitario en Bibliotecas, Archivos y Continuidad Digital. Sobre estos cuatro casos se

establece la bisagra que articula ese tipo de estancias financiadas con otras posteriores de carácter prolongado y notorio empeños, que terminaron con el desarrollo y la conclusión de una tesis doctoral que realizaban fuera de la UC3M y cuya relación se muestra en el Cuadro 3. Se trata de estancias con objetivos más perentorios que las breves antes comentadas y que vienen posibilitadas por las “Bolsas sanduiche” otorgadas por la Capes mediante su Programa Institucional de *Doutorado sanduiche no exterior* o por alguno de los diferentes programas de fomento análogos de los estados brasileños. En todas ellas, las tareas relativas a la tutorización y supervisión recaen sobre profesores de la UC3M.

Estos programas facilitan la realización de una parte de la investigación y los estudios de doctorado en una universidad extranjera que ofrece su acceso a recursos, materiales y personas. Se trata de abrir perspectivas, observar y seguir el compromiso y el progreso de la investigación, cooperar a distancia con el director de tesis en la universidad de origen y, tal como ocurre en el caso siguiente, presenciar al crecimiento diario en su afecto por otro país, cultura y lengua.

Cuadro 3 – Estancias postdoctorales en la UC3M y bolsas “sanduiche” de profesores brasileños

Tema	Nombre	Universidad/ Orientador	Financiación	Fecha
<i>O potencial das histórias em quadrinhos na formação de leitores: busca de um contraponto entre os panoramas culturais brasileiro e europeu</i>	Valeria Aparecida Bari	USP Waldomiro Vergueiro	Capes (Doutorado Sanduiche)	01/2007-06/2007
<i>O Modelo Europeu do Centro de Recursos para el Aprendizaje y la Investigación (CRAI) e as Bibliotecas Brasileiras: convergências e divergências</i>	Claudio Marcondes de Castro	USP Waldomiro Vergueiro	Comissão de Cooperação Internacional da USP	02-03/2007
<i>Estudio epistemológico de los orígenes teóricos del profesorado español que imparte Lenguajes Documentales</i>	José Augusto Guimarães	UNESP	FAPESP	08/2008-02/2009
<i>El perfil del profesional de la información en la gestión de información jurídica: estudio exploratorio del mercado de trabajo brasileño y español</i>	José Fernando Modesto da Silva	USP	Capes	08/2008-02/2009
<i>Competencias y habilidades adquiridas en la formación del grado en el sector de la información: comparación entre Brasil y España</i>	Brasilina Passarelli	USP	FAPESP	10/2008-02/2009

continua...

Tema	Nombre	Universidad/ Orientador	Financiación	Fecha
<i>Competencias demandadas por el mercado del sector de la información en empresas españolas con actividad en Brasil</i>	Miriam Vieira da Cunha	UFSC	Capes	08/2009-02/2010
<i>Perfil del profesional de la información en el área de la salud y red de colaboración entre instituciones</i>	Vânia Funaro	USP Dinah Aguiar Población	Capes/DGU (Doutorado Sanduiche)	10/2009-02/2010
<i>O papel das relações semânticas na organização e representação do conhecimento em ambientes digitais</i>	Carlos Henrique Marcondes	UFF	Capes	07-12/2011
<i>Abordagem da linguagem na comunicação científica do campo da organização do conhecimento (KO): análise do capital social e capital científico</i>	Elaine Rosângela de Oliveira Lucas	USP Marilda Lopes Ginez de Lara	Capes/PDSE (Doutorado Sanduiche)	10/2012-02/2013
<i>Referenciais de linguagem na organização e representação do conhecimento na produção espanhola</i>	Marilda Lopes Ginez de Lara	USP	CNPq	03-08/2012
<i>Estudo comparativo da produtividade em KO entre Brasil e Espanha</i>	Gercina de Oliveira Lima	UFMG	CNPq	07-12/2014
<i>O processo de trabalho em biblioteca universitária em tempos de crise: comparação Brasil, Espanha e Moçambique</i>	André de Souza Pena	UFMG Helena M. Crivellari	Capes/PDSE (Doutorado Sanduiche)	03/2013-02/2014
<i>Mediações socioculturais da informação: tecnologia, inclusão e políticas culturais</i>	Marco Antonio de Almeida	USP	FAPESP	09/2013-02/2014
<i>Museu como espaço informacional: memória e patrimônio nas coleções de arte de Florianópolis – SC</i>	Aline Carmes Kruger	UNIRIO- Lena Vania Ribeiro Pinheiro	Capes/PDSE (Doutorado Sanduiche)	09-12/2014
<i>La cultura de la información en España: un estudio de los aspectos teóricos y aplicados en el subsector de la tecnología y componentes del sector electrónico</i>	Luana Maia Woida	FATEC-Garça	FAPESP	09/2017-06/2015
<i>Ontogênese intelectual: o potencial pedagógico da revisão pelos pares no desenvolvimento da competência científica de pesquisadores em diferentes áreas do conhecimento</i>	Claudio Nei Nascimeno da Silva	UNB Susana Mueller	Capes/PDSE (Doutorado Sanduiche)	02-09/2015
<i>Indización automática y recuperación de objetos de aprendizaje. Un abordaje semántico basado en agentes</i>	Luciana Maria Vieira Pottker	UNESP Edberto Ferneda	Capes/PDSE (Doutorado Sanduiche)	02/2015-01/2016
<i>Dimensões metodológicas da pesquisa em Estudos Métricos de Informação no Brasil</i>	Juliana Lazzarotto Freitas	UNESP-Leilah Santiago Bufrem	FAPESP	01-07/2016
<i>Estudo epistemológico do papel da cultura nas ações realizadas em torno das atividades de mediação</i>	Nadi Helena Presser	UFPE	Capes	10/2015-10/2016

continua...

Tema	Nombre	Universidad/ Orientador	Financiación	Fecha
<i>Formação e mercado de trabalho nas profissões do campo da informação no Brasil e na Espanha: um balanço</i>	Helena Maria Tarchi Crivellari	UFMG	Capes	10/2015-09/2016
<i>Identificación de las iniciativas españolas de gestión de los datos de investigación, los procesos de organización y representación de estos datos</i>	Fernanda Moreno	UNB	Capes	02-07/2017
<i>Curator-E: custodia y gestión digital para la reutilización de datos abiertos en humanidades y ciencias sociales</i>	Elaine Ros. de Oliveira Lucas	UDESC	Proyecto Curator-e	05-07/2017
<i>Ciência da Informação e Ciência de Dados: análise comparativa do processo semântico de interpretação e representação de dados</i>	Sergio de Castro Martins	UFF	Capes/PDSE (Doutorado Sanduíche)	09/2017-09/2018
<i>Estudos métricos em Arquivística: proposta de métricas para o gerenciamento de arquivos</i>	Ana Paula Alves Soares	UFSC Adilson Luiz Pinto	Doutorado Sanduíche. UFSC-SINTER	05-10/2018
<i>Fontes de informação no ecossistema de startups de Florianópolis: segmento de tecnologia e inovação</i>	Priscila Machado Borges Sena	UFSC Ursula Blattmann	Capes/PDSE (Doutorado Sanduíche)	09/2018-08/2019
<i>Avaliação de impacto dos parques científicos e tecnológicos no desenvolvimento da região onde estão inseridos</i>	Marilei Osinski	UFSC Rogério Cid Bastos	Capes/PDSE (Doutorado Sanduíche)	11/2018-04/2019
<i>Dados científicos abertos: recomendações e exigências das políticas de agências de fomento</i>	Gabriela Monteiro	UDESC	Capes/PDSE (Doutorado Sanduíche)	2019
<i>Direitos autorais nos repositórios de dados científicos</i>	Elizabete C. de Souza Monteiro	UNESP	Capes/PDSE (Doutorado Sanduíche)	09/2019-08/2021
<i>Medios sociales y bibliotecas: análisis de dominio en el contexto español</i>	Maira Nani França Moura Goulart	UNESP Angela Maria Grossi-Ana Reyes Pacios	Capes/PDSE (Doutorado Sanduíche)	01-07/2020
<i>Dados científicos abertos: gestão baseada nos princípios FAIR</i>	Jane Recardelli	UDESC	Capes/PDSE (Doutorado Sanduíche)	08/2019-01/2020

Fonte: preparado por el autor.

De igual forma son muy convenientes y enriquecedoras las estancias postdoctorales realizadas por profesores brasileños en la UC3M. Es un tipo de permanencia que anima y aviva la convivencia académica con colegas de otro país al venir acompañada de una evidente compensación racional. La promoción y el seguimiento del intercambio entre los estudiantes de doctorado, antes y durante sus estancias en el extranjero, les permiten conectar

con sistemas educativos competitivos y ampliar sus perspectivas. Por lo general, su realización se ha hecho posible al disfrutar de una *Bolsa Especial de Estágio sênior pós doutoral*, o mediante una *Bolsa Especial de Estágio Sênior no Exterior* (ESE) del CNPq. Ambos programas de intercambio y movilidad internacional quieren contribuir a consolidar, expandir e internacionalizar el conocimiento. En todo caso, durante los meses pasados en Madrid, la cercanía colaborativa permite compartir a diario los proyectos en desarrollo, preparar asistencias a congresos o visitas a centros de información, dialogar acerca de la situación académica y profesional o establecer oportunidades de colaboración perdurable. En consecuencia, impulsa la progresión personal y profesional del beneficiario, a l tiempo que ayuda a internacionalizar los programas de postgrado y los grupos de investigación de proveniencia. Mientras sirven para progresar respecto a los fundamentos culturales, geográficos y costumbristas, planear viajes y visitas, hasta para degustar la comida como elemento de identidad de la tierra que les acoge.

Cuadro 4 - Elaboración de tesis derivadas de colaboraciones o financiación internacional

Título	Nombre del doctor	Universidad	Fecha
<i>Representación de la información sobre la infancia: creación de un tesoro mullingüe y de un repertorio internacional de instituciones</i>	Giselia Maria Martins Felicio.	Complutense	2006
<i>La Biblioteca Pública y la Sociedad de la Información: su contribución al desarrollo económico local.</i>	Vanda Ferreira dos Santos	UC3M	2006
<i>Articulación y complementariedad de las políticas de la lengua portuguesa, de cooperación y de información en los países lusófonos: guía metodológica para la implantación de la Biblioteca Digital Lusófona</i>	Fernanda Maria Melo Alves	UC3M	2007
<i>Análisis de la producción científica en Biblioteconomía y Documentación (1995-2004): estudio en los principales programas españoles y brasileños.</i>	Adilson Luiz Pinto	UC3M	2007
<i>La evaluación en la biblioteca universitaria brasileña: evolución y propuesta de mejora</i>	Nidia Lienert Lubisco	UC3M	2007
<i>Cine y literatura, soportes distintos, misma información: estudio de la novela brasileña Memórias Póstumas de Brás Cubas y su adaptación</i>	Tatiane Mendes de Souza	UC3M TFM	2008
<i>Gestión de la información zootécnica y biotecnológica en proyectos de mejora genética de las razas de carne taurinas y cebuínas en Brasil</i>	Alexandre Oliveira de Meira Gusmão	UC3M	2012
<i>La aplicación de la nube en bibliotecas universitarias públicas en Brasil</i> <i>La situación de la gestión de desastres en bibliotecas iberoamericanas</i>	Erica Saito	UC3M.TFM UC3M. TFM	2012 2014
<i>Análisis del impacto Social de las bibliotecas digitales en países en desarrollo: estudio de casos de África Subsahariana y América del Sur</i>	Martins Fernando Guambe	UC3M	2013

continua...

Título	Nombre del doctor	Universidad	Fecha
<i>Ontologías semánticas aplicadas a la interpretación textual</i>	Orlando Martínez Montoya	Pontificia de Salamanca	2013
<i>O medievalismo português na viragem do milénio: análise bibliométrica (2000-2010) e representação taxonómica</i>	Filipa Maria Cristóvão Medeiros	Évora	2014
<i>La integración de la Alfabetización informacional (ALFIN) en la formación del estudiante universitario: análisis de iniciativas en Brasil y España</i>	Maria da Graça Gomes Almeida	UC3M	2014
<i>Marketing 3.0 nas bibliotecas de Ensino Superior Português: as percepções dos utilizadores e dos profissionais da Informação e da Documentação</i>	Amanda Salgado	Évora	2014
<i>Propuesta de política de acceso abierto para la producción científica en universidades latinoamericanas: el caso de la ruta verde en la Univ. Nac. Autónoma de Nicaragua (UNAN-Managua)</i>	Erick Tardencilla Marengo	UC3M	2015
<i>El mercado de trabajo para archiveros según los anuncios brasileños de empleo (2012-2014): análisis y organización terminológicos</i>	Eliana María Dos Santos Bahia Jacintho	UC3M	2016
<i>Mídias sociais e bibliotecas: análise de domínio no contexto do Brasil, Espanha e Estados Unidos</i>	Maira Nani Franca	UNESP	2020

Fonte: preparado por el autor.

Esta lista de tesis prueba los resultados de la colaboración internacional cuando se mantiene en el tiempo y se profundizan los compromisos en virtud de la participación en proyectos conjuntos y en docencia regular. Pocas actividades son más sugerentes en la vida universitaria que las de aportar certidumbre y acompañar el recorrido de elaboración de una tesis doctoral. Se trata de asociar dos instancias colaborativas a la hora de intercambiar saberes, seguir de cerca el progreso de la investigación y ofrecer apoyo para resolver los problemas que aparezcan conforme avanza su crecimiento. El director no es el protagonista de la tesis, pero ayuda a determinar la búsqueda de información, a establecer los argumentos, a demostrar y probar los análisis y experimentos planeados, a organizar, en fin, el conocimiento generado y el derivado.

PARTICIPACIÓN EN PROYECTOS DE COOPERACIÓN INTERNACIONAL AL DESARROLLO

En el sector de la Biblioteconomía-Ciencia de la Información el compromiso con la cooperación al desarrollo es aún bastante inicial, tanto por parte

de las asociaciones profesionales como de las universidades que imparten titulaciones propias. Si bien, no faltan iniciativas que buscan alcanzar la deseable representatividad en el impulso de esa función social académica y profesional que relaciona la cooperación internacional con el desarrollo sostenible y la universalidad del conocimiento y de la cultura. (GARCÍA-MARTÍN, 2020)

En referencia al contexto universitario español, la Ley orgánica de Universidades (LOU, 2001) obligó a introducir en los estatutos de las universidades referencias a la cooperación al desarrollo, lo que la establecía como actividad propia de las funciones universitarias esenciales. (UNCETA, 2007) Pasaron entonces las universidades españolas a reforzar la puesta en marcha o la colaboración con otros agentes sociales respecto a los proyectos en países en desarrollo. Al hacerlo, la idea más común perseguía, fortalecer sus sistemas educativos, principalmente el universitario, como vía inmediata de potenciar el desarrollo y la lucha solidaria contra la pobreza. Desde luego, entra de lleno en las competencias universitarias comunicar conocimientos críticos, uno de los factores principales de la tercera misión de las universidades, la de transferir los conocimientos. Podemos considerar que la LOU fue un paso definitivo para promover en 2006 una Comisión de Cooperación al Desarrollo del CEURI-CRUE desde un Código de Conducta de las universidades en materia de Cooperación universitaria al Desarrollo (CUD). (OBSERVATORIO CUD, 2006)

Cuando se piensa en planificar actividades de cooperación al desarrollo, se plantea una primera duda respecto a si la formación básica debe de atenderse en preferencia a cualquier otra, lo que de todo punto parece evidente. Pero no se puede esperar a superar esa necesidad apremiante y, mientras tanto, que permanezca cerrado el paso a la educación superior y a la formación científica, so pena de perder en el tránsito temporal más de una generación. De que esto no suceda se ha ocupado la asamblea general de la ONU al difundir su resolución titulada *El futuro que queremos*. (NACIONES UNIDAS, 2012) En ella se lanza el reto de mantener la sostenibilidad del desarrollo más allá de la vigencia de los *Objetivos de desarrollo del Milenio*. (NACIONES UNIDAS, 2000) *El futuro que queremos* aboga decididamente por apoyar el crecimiento y la mejora de la educación superior como elemento esencial para que los países en desarrollo se capaciten y progresen hasta acercarse al nivel científico-técnico de los países desarrollados. Por tanto, como especialidad universitaria y

como actuación profesional, la Biblioteconomía-Ciencia de la Información está metida de lleno en esta aspiración. Pero, aún más si consideramos que, para alcanzarla, el fortalecimiento de los sistemas de información se muestra como medio inevitable y deseable para conseguirlo.

Puede estar simbolizado por las actividades de organizaciones internacionales como *Archiveros o bibliotecarios sin fronteras*; *International Network for the Availability of Scientific Publications* (INASP), o por otras con un sesgo de origen nacional, aunque de obligada aplicación internacional, como *Cooperación para el desarrollo y bibliotecas*, Grupo de Trabajo de FESABID que ha desarrollado acciones concretas de cooperación en relación directa con la AECID. Este organismo gubernamental español es el encargado de proponer y gestionar la política de cooperación para el desarrollo, que se ha acometido principalmente desde las bibliotecas y con sus profesionales. (GARCÍA MARTÍN, 2010) La AECID ha sido una de las financiadoras habituales e imprescindibles de los proyectos en los que hemos participado.

En Biblioteconomía-Ciencia de la Información, las acciones emprendidas suelen ir más allá de la colaboración en intervenciones técnicas y proyectos profesionales, al estar vinculada también a la formación permanente y a la educación superior. De ahí que se adquieran compromisos con la mejora del acceso a la educación o con el apoyo a la formación universitaria de los profesionales de los países con los que se colabora. (MOREIRO, 2012) El origen internacional ha sido característica del *Desarrollo de las bibliotecas africanas lusófonas*, que impulsó Fernanda Melo Alves durante sus años de trabajo en la UC3M y que fue el antecedente de CUIDEA: Cooperación universitaria para la Información, Documentación, Enseñanza y Aprendizaje. CUIDEA se formó en el 2012 con los profesores del Departamento de Biblioteconomía y Documentación de la UC3M: Carlos García Zorita; Virginia Ortiz-Repiso; Eva Méndez; Tony Hernández; Tomás Nogales; Ana Reyes Pacios; Gema Bueno, Marina Vianello, Fernanda Melo Alves y José Antonio Moreiro. Las misiones que abordar empezaban por colaborar con unidades de información universitarias y públicas, para mejorar sus servicios, en especial los relativos a la enseñanza a distancia. También se ha analizado el perfil y las competencias de los profesionales de la información demandadas por un mercado de trabajo en plena transformación digital. (MOREIRO; CARDOSO, 2014; MOREIRO; MANGUE, 2014) Sin olvidar el establecimiento de redes entre universidades

africanas, españolas y latinoamericanas, ni las tareas de sensibilización social respecto a la cooperación universitaria al desarrollo.

Los proyectos en que ha participado este grupo han atendido a realizar, sobre todo, acciones de formación, pero también de investigación, de asistencia técnica y, desde luego, de difusión y sensibilización. Los proyectos han seguido estas líneas principales de trabajo: Enseñanza virtual; Información para el desarrollo; Competencias y habilidades profesionales, Bibliotecas digitales como motor de desarrollo. En su aplicación y avance se favorecieron los intercambios entre miembros de las comunidades universitarias participantes. En este marco, las redes de cooperación universitaria en las que se ha actuado han tendido a países e instituciones de habla española y portuguesa. Alguna de estas acciones aún continúa abierta.

Cuadro 5 - Participación del grupo CUIDEA en Proyectos de cooperación al desarrollo

Título	Universidades/ contraparte	Programa	Financiación	Fecha
<i>Lingüística del texto y análisis de contenido</i>	Escuela Interamericana de Bibliotecología. Universidad de Antioquia	Cooperación Interuniversitaria. Intercampus /E.AL.	AECID	1996
<i>Rede Internet e o futuro da sociedade da informação; Problemas y tendencias del análisis de contenido documental</i>	Universidade Federal do Paraná (Brasil)	Intercampus/E.AL.	AECID	1996-1997 1999 2000
<i>Image content analysis: concepts and evaluation</i>	Instituto Cultural Peruano Norteamericano (ICPNA); Biblioteca Nacional del Perú	ABLA 2000	Association of Binational Centers of Latin American	2000
<i>Catalogación automatizada e internet</i>	Pontificia Universidad Católica del Perú	Intercampus/E.AL.	AECID	1999
<i>Análisis de contenido y lingüística del texto</i>	Pontificia Universidad Católica del Perú	Círculos Europeos	Univ. Coimbra Group. UE	2000
<i>Competencias profesionales en Ciencia de la Información</i>	Universidade Federal da Bahia	Establecimiento de intercambios	Fundación UC3M	2001
<i>Métodos de investigación aplicables al análisis documental de contenido</i>	CUIB. UNAM	Programa de conferencias de alto nivel	Instit. Mexicano de Cooperación Internacional	2001

continua...

Título	Universidades/ contraparte	Programa	Financiación	Fecha
<i>Gestión eficaz de la información y de los recursos tecnológicos. Bibliotecas Universitarias y CRAIs Alfabetización informacional.</i>	Fundación Global Democracia y Desarrollo (FUNGLODE)	Asesoría para Bibliotecas y Políticas de información	FUNGLODE.	2003-2012
<i>Definición del perfil profesional y de las competencias para titulados en IyD: estudio comparativo para Brasil y España</i>	USP; Univ. Complutense de Madrid	Intercampus/ Cooperación Interuniversitaria (PCI)	AECID	2005
<i>Definición de competencias de información: propuesta de contenidos y asignaturas para los planes de estudios de grado universitario</i>	Universidades de Costa Rica y Complutense de Madrid	PCI	AECID	2006
<i>Asistencia técnica-consultoría de apoyo a la reforma y modernización del estado (PARME)</i>	SJ BERWIN; PARME; CONARE (Rep. Dominicana)	Apoyo a la reforma y modernización del estado	Comisión Europea	2006
<i>Consolidación del desarrollo y modernización del INEP de Guinea Bissau</i>	INEP	II Conv.. Acciones Coop. al desarrollo (CAACD)	UC3M-Comunidad de Madrid	2008-2009
<i>Modernização da Biblioteca Nacional de Angola</i>	Biblioteca Nacional de Angola	Cooperación española en Angola	AECID	2009
<i>Diagnóstico para un proyecto de biblioteca digital en el Centro de Enseñanza a distancia de la UEM</i>	UEM, Mozambique	PCI	AECID	2010
<i>Desarrollo y modernización de instituciones documentales africanas (Bissau)</i>	INEP; Biblioteca Pública/Nacional, Archivo Histórico	IV CAACD	UC3M-Comunidad de Madrid (CAM)	2010-2011
<i>Análisis de la situación de las unidades documentales en Guinea Bissau</i>	INEP	V CAACD	UC3M-CAM	2011-2012
<i>Fortalecimiento de la capacidad para enseñanza a distancia y estudio del perfil y competencias de los profesionales de la información en la UEM</i>	UEM	PCI	AECID	2011-2012
<i>Consolidación de la capacidad tecnológica y formativa para la enseñanza a distancia y el autoaprendizaje de los docentes y profesionales de la información</i>	UEM	PCI	AECID	2011-2013
<i>Fortalecimiento de las bibliotecas y el acceso a la información científica en las universidades haitianas</i>	Estado de Haití, Cantabria, Oberta de Catalunya, UNED	Acción preparatoria	AECID	2011-2013

continua...

Título	Universidades/ contraparte	Programa	Financiación	Fecha
<i>GERBIEM: gestión en red de las bibliotecas de la UEM y del repertorio de unidades de información de Mozambique</i>	UEM	VI CAACD	UC3M-CAM	2014-2015
<i>Conservación y preservación de la biblioteca y del archivo del INEP de Guinea Bissau</i>	INEP	IX CAACD	UC3M-CAM	2017
<i>Formación de formadores en alfabetización informacional para profesionales del INEP y educadores de Guinea-Bissau</i>	INEP	X CAACD	UC3M	2018
<i>Alfabetización digital para las mujeres en Mozambique: un modelo de alfabetización digital</i>	UEM	XI CAACD	UC3M	2019

Fonte: preparado por el autor.

En este listado se destacan las acciones alcanzadas mediante la implicación en las convocatorias, en la actualidad prácticamente congeladas, para Proyectos de Cooperación Interuniversitaria al desarrollo (PCI). Tras la suspensión de ese programa, el apoyo vino durante algún tiempo, de las comunidades autónomas que, en el caso de Madrid, desembocó desde hace tres años en las iniciativas apoyadas por cada universidad, mantenidas con mucho esfuerzo y limitados recursos por las oficinas de CUD.

Se observa que los proyectos emprendidos en cooperación al desarrollo tienen como asuntos preferentes la actualización de los profesionales de la información mediante cursos monográficos, la mejora de las capacidades técnicas y tecnológicas de los servicios de información, junto a la preparación de los profesionales y de los profesores de los cursos de graduación para la enseñanza a distancia. (MOREIRO, 2012) Cuando se atendía a la capacitación profesional, tanto técnica como docente, se potenciaron las visitas breves de miembros de las universidades y centros de información contraparte, mientras que se giraban estancias cortas externas de los profesores del grupo CUIDEA a la hora de impartir docencia reglada o especializada a grupos de estudiantes, de profesores o de profesionales de las entidades socias en el exterior. (MOREIRO et al., 2014)

Estas actividades reflejan directamente la experiencia y los contactos de la profesora Fernanda Melo Alves en el caso de las colaboraciones con los

países africanos lusófonos. En especial con Mozambique, donde se mantienen vivos estrechos lazos de colaboración especialmente con la Universidade Eduardo Mondlane (UEM), pero también con la Universidade Pedagógica, ambas en Maputo, asimismo con el Centro Cultural Brasil-Mozambique. En la Universidade Pedagógica se colaboró eventualmente para diseñar la impartición de una asignatura transversal en todos los grados de la Facultad de Letras. Mientras que en la Escola de Comunicação e Artes de la UEM se ha participado de forma más estable. Allí funciona un *Laboratório-Agência Local de Inovação*, bajo la supervisión del profesor Manuel Mangué, cuyo equipamiento se completó con ayuda de los proyectos y que prepara competitivamente cada año a un grupo de estudiantes en competencias informáticas. Una línea de trabajo muy provechosa se dedicó a las técnicas de estudio del mercado de trabajo en Ciencia de la Información, en especial para determinar los perfiles profesionales que demanda la sociedad mozambiqueña hasta alcanzar la realización de un mapa profesional en este país. Se ha impartido docencia y seminarios en los cursos de Biblioteconomía y Archivística. Y, desde luego, se ha colaborado estrechamente con la Biblioteca Central Brazão Mazula para comunicar nuestra experiencia respecto a la enseñanza semipresencial. (BOLAÑOS; BUENO; ALVES, 2013; MOREIRO et al., 2012) Igualmente, ha sido constante y cercana la participación en proyectos y cursos de preparación técnica con el Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) y con la Biblioteca y el Archivo Histórico nacionales de Guinea Bissau (ALVES, 2008) respecto a la formación de sus profesionales y de otras instituciones documentales de la capital mediante la impartición de seminarios y cursos de especialización, así como en el citado análisis de la situación de las Unidades Documentales de Guinea Bissau.

La aludida estabilidad y continuidad a los trabajos de cooperación entre la UC3M y la UEM de Mozambique sigue desarrollando un estrecho lazo de colaboración mediante la elaboración de la tesis doctoral de Delfina Lázaro Mateus, dirigida por Virginia Ortiz-Repiso que lleva por título *Alfabetización digital para las mujeres en Mozambique: una propuesta de un modelo de inclusión* y está enfocada a la alfabetización digital de mujeres adolescentes, con una atención especial a las zonas del país donde son numerosos los índices de matrimonios infantiles y de abandono escolar, se propone

incrementar competencias y habilidades en el uso de las TIC y de las fuentes de información a través de actividades de formación intensivas.

COMENTARIOS CONCLUSIVOS

Considerando los precedentes comentados, han sido tres décadas de compromiso social mediante la colaboración equitativa y equilibrada con universidades y países contraparte, que han establecido un intenso intercambio y enriquecimiento mutuo.

Las actividades completadas en cooperación interuniversitaria han establecido un desarrollo paralelo y complementario de proyectos participativos, con estancias de formación técnica o de investigación doctoral y con acciones de capacitación científico-técnica.

Por número y calidad de los resultados alcanzados se muestra la cooperación universitaria con Brasil como el principal campo de aplicación. Los intercambios docentes e investigadores se han mantenido en el tiempo, siendo crecientes en relación con la variedad de universidades implicadas. Son destacables las estancias en la UC3M de profesores durante un tiempo muy significativo mientras completan su tesis doctoral. Mejoran su proyecto, contrastan sus avances y reciben un gran apoyo en recursos de información y metodológicos. Mientras que la actualización crítica de profesores senior enriquece a las universidades participantes y establece lazos estables de colaboración.

En la cooperación al desarrollo, alguno de los países y centros contaban con pocos recursos o su patrimonio documental estaba en peligro por haber estado recientemente en conflictos bélicos o haber pasado por recientes catástrofes naturales. En estas circunstancias escasamente se pueden defender los valores de identidad colectiva fijados en su patrimonio documental, ni tampoco pretender conservar su memoria histórica por encima de todo o, desde una perspectiva actual y urgente, aceptar el reto de implantar el derecho inalienable a la información y a la transparencia administrativa. Todo ello se hace inalcanzable si no disponen de profesionales convenientemente formados, ni de las infraestructuras y TIC necesarias para cumplir sus cometidos. En la cooperación mantenida, aunque con escasos medios, se ha buscado mostrar un compromiso y una presencia derivados de las propias funciones de una

institución educativa, pues la Universidad no puede quedarse parada y al margen a esperar los resultados de los debates sobre el sistema económico, la estructura de la sociedad y la política internacional a seguir.

Uno de los logros más valorados durante estos años de colaboración con la UEM de Mozambique ha sido el diseño y puesta en marcha de un laboratorio de análisis sobre la situación profesional en el sector de la Información y Documentación en aquel país, que luego se ha transformado en una Agência Local de Inovação (ALI). Movidos por el mismo afán de dar continuidad a proyectos anteriormente desarrollados en colaboración con la Escola de Comunicação e Artes de la UEM se situaría el de dotar con plena capacidad operativa el programa de enseñanza a distancia Moodle para actuar como el principal sistema de gestión de enseñanza a distancia en aquella universidad. Y, sin duda, la formación en el máster universitario, primero, y ahora en el doctorado de Delfina Lázaro. Otras actividades son similares a las desarrolladas también en Guinea Bissau, donde se han diagnosticado los conocimientos de los profesionales de información de la Biblioteca Nacional y el archivo del Inep; se han impartido cursos y seminarios técnicos para mejorar los conocimientos y habilidades de los profesionales de información; se ha hecho labor de sensibilización con las autoridades educativas e investigadoras para mejorar los servicios prestados y preparar ciudadanos autónomos y participativos en la vida social; se han divulgado los resultados de los proyectos acometidos.

REFERENCIAS

ALVES, F. M. M. Tipologías y funciones bibliotecarias: análisis aplicado a la Biblioteca Pública de Bissau (Guinea Bissau). *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 2, n. 2, p. 51-79, jul./dez. 2008. Disponible em: <https://bit.ly/3xvLDe2>. Acesso em: 21 abr. 2022.

BOLAÑOS MEJÍAS, C.; DE LA FUENTE GEMA, B.; ALVES, F. M. M. El protagonismo de la Información-Documentación en cooperación al desarrollo: los recursos educativos abiertos en los procesos de e-learning. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 105-115, jan./abr. 2013.

ESPAÑA. Jefatura del Estado. Ley Orgánica nº 6, de 21 de diciembre de 2001, de Universidades. *Boletín Oficial del Estado*, Madrid, n. 307, 24 dez. 2001. Disponible em: <https://bit.ly/3jEFXWZ>. Acesso em: 21 abr. 2022.

GARCÍA-MARTÍN, A. Las bibliotecas y la cooperación para el desarrollo. In: JORNADA PROFESIONAL DE LA RED DE BIBLIOTECAS DEL INSTITUTO CERVANTES, 3., 2010, Madrid. *Anales* [...]. Madrid: Instituto Cervantes, 2010. p. 1-19. Disponible em: <https://bit.ly/3xsC93l>. Acesso em: 21 abr. 2022.

GARCÍA-MARTÍN, A. *Cooperación para el desarrollo y bibliotecas*. Madrid: AECID, 2020. Disponible em: <https://bit.ly/3vhPQjK>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MOREIRO-GONZÁLEZ, J. A.; BARROS CARDOSO, D. (coord.). *Directorio das instituições patrimoniais e documentais da Guiné Bissau*: arquivos, bibliotecas e museus. Madrid: AECID; Bissau: INEP, 2014.

MOREIRO-GONZÁLEZ, J. A. Docencia e investigación universitarias en información y documentación para la cooperación al desarrollo. *Anuario ThinkEPI*, Albolote, v. 6, n. 1, p. 31-34, 2012.

MOREIRO-GONZÁLEZ, J. A. et al. Diez años de cooperación de la Universidad Carlos III de Madrid con universidades e instituciones de investigación africanas en información y documentación. In: SEMINÁRIO HISPÂNICO-BRASILEIRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E SOCIEDADE, 3., 2014, Madrid. *Anales* [...]. Madrid: Universidad Complutense, 2014.

MOREIRO-GONZÁLEZ, J. A. Profesionales de la información y compromiso con el desarrollo. *Anuario ThinkEPI*, Albolote, v. 5, n. 1, p. 52-55, 2011. Disponible em: <https://bit.ly/3roKMrI>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MOREIRO-GONZÁLEZ, J. A.; VALENTE MANGUE, M. (coord.). *Perfil profissional na área de Ciência da Informação em Moçambique*. Madrid: AECID; Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2014.

NACIONES UNIDAS. Asamblea General. *El futuro que queremos: resolución A/RES/66/288*. Nueva York: Naciones Unidas, 2012. Disponible em: <https://bit.ly/3xyKZMS>. Acesso em: 21 abr. 2022.

NACIONES UNIDAS. *Informe 2015 de los objetivos de desarrollo del milenio*. Nueva York: Naciones Unidas, 2015. Disponible em: <https://bit.ly/3Eamt64>. Acesso em: 21 abr. 2022.

OBSERVATORIO CUD. *Código de conducta de las universidades en materia de cooperación al desarrollo*. Madrid: Observatorio de la Cooperación Universitaria al Desarrollo, 2006. Disponible em: <https://bit.ly/3KTEdoM>. Acesso em: 21 abr. 2022.

OSTROM, E. *Trabajar juntos: acción colectiva, bienes comunes y múltiples métodos en la práctica*. Ciudad de México, DF: UNAM, 2012.

TIANA FERRER, A. *Problemas y desafíos para la educación en el siglo XXI en Europa y América Latina*. Valencia: Universitat de València, 2001.

UNCETA, K. (dir.). *La cooperación al desarrollo en las universidades españolas*. Madrid: Agencia Española de Cooperación Internacional, 2007. Disponible en: <https://bit.ly/3Oe0lu2>. Acceso en: 21 abr. 2022.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

(JUNHO DE 2018 A MAIO DE 2020)

Fernanda Maria Melo Alves

Este relatório foi apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI-UFBA) em junho de 2020 para aprovação e contém os seguintes itens: disciplinas ministradas, cursos ministrados, palestras ministradas, publicações (artigos e capítulos de livro), comunicações apresentadas em eventos, eventos (organização e participação), orientações de estudantes (doutorandos e mestrandos), defesa de teses de doutorado, qualificação de doutorandos, projetos de investigação, participação em grupos de pesquisa, participação em projetos apresentados a editais, participação em eventos científicos (organizadora-presidente, convidada, com comunicação e como participante), participação em bancas de mestrado, doutorado e graduação, avaliadora de artigos de revistas, avaliadora de comunicações de eventos, cooperação científica e acadêmica, nacional e internacional e outras atividades (assessoria e organização).

DISCIPLINA MINISTRADA NO PPGCI-UFBA EM 2019.2

- Disciplina “Tópicos Seleccionados em Ciência da Informação” ICIA65 - Discurso e leitura - da recepção e interpretação ao uso da informação. 68 horas/4 créditos. Instituição: PPGCI/UFBA. Professor: Fernanda Maria

Melo Alves. Modalidade: presencial. Duração: 54 horas. Horário: 2f, das 8-11.30h. Estudantes de mestrado e doutorado.

DISCIPLINA MINISTRADA NO PPGCI-UFBA EM 2018.2

- Disciplina “Tópicos Seleccionados em Ciência da Informação” ICIA57 – O patrimônio documental digital e a sua salvaguarda. 54 horas/4 créditos. Instituição: PPGCI/UFBA. Professor: Fernanda Maria Melo Alves. Modalidade: presencial. Duração: 54 horas (de agosto a dezembro de 2018). Horário: 2f, das 8-11.30h. Estudantes de mestrado e doutorado. Como trabalho final da disciplina, os alunos elaboraram planos de preservação e planos de urgência para as unidades de informação em que exercem sua atividade. Posteriormente, alguns desses planos foram apresentados às respectivas autoridades, sofreram melhorias e estão a ser implementados, destacando-se, entre todos, o Arquivo Público do Estado da Bahia¹ e de algumas unidades do Sistema Universitário de Bibliotecas.²

CURSOS MINISTRADOS

- Curso de Formação de formadores em Literacia da Informação (nível 2). Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), Universidade de Lisboa, janeiro de 2020.
- Curso de Formação de formadores em Literacia da Informação (nível 1). ISCTE, janeiro de 2019.
- Curso de Formação de formadores em Literacia da Informação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (Inep), Bissau, Guiné Bissau, 2018. Proyecto Formación de formadores en alfabetización informacional para profesionales de información del Inep y profesionales de información y educadores de Guinea Bissau. X Convocatoria 2017 de Ayudas para Acciones de Cooperación al Desarrollo de la Universidad Carlos III de Madrid.

1 Ver em: <http://www.fpc.ba.gov.br/>.

2 Ver em: <http://www.sibi.ufba.br/>.

PALESTRA MINISTRADA

- Palestra de abertura do Workshop A Literacia da Informação no século XXI. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (Inep), Bissau, Guiné Bissau, 2018. Proyecto Formación de formadores en alfabetización informacional para profesionales de información del Inep y profesionales de información y educadores de Guinea Bissau. X Convocatoria 2017 de Ayudas para Acciones de Cooperación al Desarrollo de la Universidad Carlos III de Madrid.

PUBLICAÇÕES

ARTIGOS

- ALVES, F. M. M.; SANTOS, B. A. Fontes e recursos de informação tradicionais e digitais: propostas internacionais de classificação. *Biblios*, Lima, n. 72, p. 35-50, 2018.
- SILVA, S. F. R.; ALVES, F. M. M. Two crises of historical consciousness. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 12, n. 1, p. 126-146, 2018.
- SILVA, S. F. R.; ALVES, F. M. M.; BARREIRAS, M. I. S. Comunicação científica: visão diacrônica de alguns subsídios teóricos. *Fontes Documentais*, Aracaju, v. 2, n. 1, p. 67-87, jan./abr. 2019.
- ALVES, F. M. M. Educação e desenvolvimento para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável. *Nova Paideia: Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa*, Brasília, DF, v. 1, n. 3, p. 1, 2019.
- ALVES, F. M. M. Hacia los objetivos de la Agenda 2030 de las Naciones Unidas a través de la educación y el desarrollo. *Nova Paideia: Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa*, Brasília, DF, v. 1, n. 3, p. 34-42, 2019.
- JESUS, J. M.; ALVES, F. M. M. Meiryat, Fosquett e a competência de informação. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 13, n. 3, p. 115-127, 2019.

ARTIGOS PUBLICADOS EM PRÉ-PRINT

- TERRA, L. B.; ALVES, F. M. M.; MOREIRO-GONZÁLEZ, J. A. Demanda e oferta no Serviço de Informação ao Cidadão do Poder Executivo Federal: o caso do Ministério da Fazenda. *In: ENCUESTRO IBÉRICO DE LA ASOCIACIÓN DE EDUCACIÓN E INVESTIGACIÓN EN CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DE IBEROAMÉRICA Y EL CARIBE*, 9., 2019, Barcelona. *Actas [...]*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2019.
- SANTOS, C. O.; ALVES, F. M. M. As políticas públicas de saúde no Brasil e o Governo Aberto. *In: ENCUESTRO IBÉRICO DE LA ASOCIACIÓN DE EDUCACIÓN E INVESTIGACIÓN EN CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DE IBEROAMÉRICA Y EL CARIBE*, 9., 2019, Barcelona. *Actas [...]*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2019.

ARTIGOS ENVIADOS A REVISTAS (EM AVALIAÇÃO)

- RIBEIRO, M. C. O.; ALVES, F. M. M. Fontes de informação para estudos de prospecção tecnológica. *Perspectivas em Ciência de Informação*, Belo Horizonte. No prelo.
- JESUS, J. M.; ALVES, F. M. M. As necessidades de informação dos professores: contribuições de Saviani, Bakhtin e Vygotsky. *Revista Iberoamericana de Bibliotecología*, Medellín. No prelo.

CAPÍTULOS DE LIVRO

- ALVES, F. M. M. La enseñanza en Información y Documentación en España: una visión panorámica. *In: BORGES, J.; NOVO, H. F. (org.). Da organização do conhecimento à apropriação de saberes: ensino e pesquisa em informação*. Salvador: Edufba, 2017. p. 73-94.

COMUNICAÇÕES APRESENTADAS EM EVENTOS

- JESUS, J. M.; ALVES, F. M. M. Meiryat, Fosquett e a competência de informação. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL EM CONVERGÊNCIAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO*, 2., 2019, Salvador.

- MENDONÇA, G. L.; ALVES, F. M. M. Competências em informação em bibliotecas universitárias: contribuição para a cultura participativa. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM INFORMAÇÃO*, 14., 2019, Salvador.
- MOREIRO-GONZÁLEZ, J. A.; ALVES, F. M. M. Educación y desarrollo: clave para alcanzar los objetivos de la Agenda 2030 de las Naciones Unidas. *In: JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO*, 4., 2019, Salvador.
- MENDONÇA, G. L.; ALVES, F. M. M. Práticas educacionais em bibliotecas. *In: JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO*, 4., 2019, Salvador.
- TERRA, L. B.; ALVES, F. M. M.; MOREIRO-GONZÁLEZ, J. A. Demanda e oferta no serviço de informação ao cidadão do Poder Executivo Federal: o caso do Ministério da Fazenda. *In: ENCUESTRO IBÉRICO DE LA ASOCIACIÓN DE EDUCACIÓN E INVESTIGACIÓN EN CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DE IBEROAMÉRICA Y EL CARIBE*, 9.; CONGRESSO ISKO, 4.; JORNADA DE ESTUDIANTES DE CIENCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN, 3., 2019, Barcelona.
- SANTOS, C. O.; ALVES, F. M. M. As políticas públicas de saúde no Brasil e o Governo Aberto. 2019. *In: ENCUESTRO IBÉRICO DE LA ASOCIACIÓN DE EDUCACIÓN E INVESTIGACIÓN EN CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DE IBEROAMÉRICA Y EL CARIBE*, 9.; CONGRESSO ISKO, 4.; JORNADA DE ESTUDIANTES DE CIENCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN, 3., 2019, Barcelona.
- OLIVEIRA, M. C.; ALVES, F. M. M. Contribuição da ciência da informação para os estudos de prospecção tecnológica de informação técnica e científica. *In: INTEGRAR: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA*, 6., 2019, Salvador.
- ALVES, F. M. M. Os egressos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia: perfil e mercado de trabalho no período de 2007-2018. *In: INTEGRAR: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA*

INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 6., 2019, Salvador.

- ALVES, F. M. M. Competências profissionais e mercado de trabalho: os egressos do Curso de Biblioteconomia do Instituto de Informação da Universidade Federal da Bahia. *In: INTEGRAR: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA*, 6., 2019, Salvador.
- MENDONÇA, G. L.; ALVES, F. M. M. A responsabilidade social da biblioteca universitária para o desenvolvimento de comunidades competentes em informação. *In: INTEGRAR: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA*, 6., 2019, Salvador.
- SANTOS, C. O.; ALVES, F. M. M. As políticas públicas de saúde e os fluxos informacionais no Conselho Estadual de Saúde do Estado da Bahia. *In: INTEGRAR: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA*, 6., 2019, Salvador.
- CAMPOS, C. F.; ALVES, F. M. M. Algumas causas de evasão e retenção no curso de graduação de Biblioteconomia e Documentação na Universidade Federal da Bahia. *In: INTEGRAR: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA*, 6., 2019, Salvador.
- JESUS, J. M.; ALVES, F. M. M. Ensino básico e universidade: competências informacionais dos professores de Geografia de educação básica e dos estudantes da Licenciatura em Geografia. *In: INTEGRAR: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA*, 6., 2019, Salvador.
- TERRA, L. B.; ALVES, F. M. M.; MOREIRO-GONZÁLEZ, J. A. Accountability no serviço de informações ao cidadão: uma análise sob a perspectiva das instituições de controle. *In: INTEGRAR: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA*, 6., 2019, Salvador.

ORIENTAÇÕES DE ESTUDANTES DO PPGCI-UFBA

- Doutorandos (5) - Maria do Carmo Oliveira Ribeiro, Carolina Orrico Santos, Luciana Bomfim Terra, Glacinésia Leal Mendonça, Joselito Manoel de Jesus.
- Mestrandos (2) - Camila Ferreira Campos, Mônica Izabele de Jesus.

DEFESA DE TESES DE DOUTORADO NO PPGCI-UFBA

- RIBEIRO, M. C. O. *Contribuição da ciência da informação para os estudos de prospecção tecnológica de informação técnica e científica*. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência de Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Fernanda Maria Melo Alves, orientadora.
- SANTOS, C. O. *Os fluxos e as competências informacionais dos atores envolvidos no processo de formulação de políticas públicas de saúde: uma análise a partir do Conselho Estadual de Saúde do Estado da Bahia*. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência de Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Fernanda Maria Melo Alves, orientadora.

QUALIFICAÇÃO DE DOUTORANDOS NO PPGCI-UFBA

- RIBEIRO, M. C. O. *Contribuição da ciência da informação para os estudos de prospecção tecnológica de informação técnica e científica*. 2018. Qualificação (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência de Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Fernanda Maria Melo Alves, orientadora.
- SANTOS, C. O. *Os fluxos e as competências informacionais dos atores envolvidos no processo de formulação de políticas públicas de saúde: uma análise a partir do Conselho Estadual de Saúde do Estado da Bahia*. 2018. Qualificação (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência de Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Fernanda Maria Melo Alves, orientadora.

PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO

- ALVES, F. M. M. Competências e mercado de trabalho: os egressos do curso de Biblioteconomia do ICI-UFBA. 2018.
- LUBISCO, N. M. L.; ALVES, F. M. M. Centro de recursos para aprendizagem e investigação no apoio à docência: novo desafio das bibliotecas universitárias. 2018.
- MOREIRO-GONZÁLEZ, J. A. (dir.). Formación de formadores en alfabetización informacional para profesionales de información del INEP y profesionales de información y educadores de Guinea Bissau. *In: X Convocatoria 2017 de Ayudas para Acciones de Cooperación al Desarrollo de la Universidad Carlos III de Madrid.* 2018.
- ORTIZ-REPISO, V.; MOREIRO-GONZÁLEZ, J. A.; ALVES, F. M. M. Alfabetización digital para las mujeres de Mozambique: propuesta de un modelo de inclusión. *In: XI Convocatoria de Ayudas para Proyectos de Cooperación de la Universidad Carlos III de Madrid,* 2018. 2019.
- ORTIZ-REPISO, V.; MOREIRO-GONZÁLEZ, J. A.; ALVES, F. M. M. Alfabetización digital para las mujeres de Mozambique. *In: XII Convocatoria de Ayudas para Proyectos de Cooperación de la Universidad Carlos III de Madrid,* 2019. 2020.

PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE PESQUISA

- Grupo de Pesquisa Competência e Comportamento: Processos de Produção, Inovação e Comunicação da Informação (Comporti-UFBA).³
- Grupo de Pesquisa Saberes e Fazeres em Informação e Conhecimento (Geinfo-UFBA).⁴
- Cooperación Universitaria para la Información, Documentación, Enseñanza y Aprendizaje (CUIDEA-UC3M).⁵
- Grupo Nova Paideia.⁶

3 Ver em: <https://comporti.ufba.br/>.

4 Ver em: <https://twitter.com/geinfoici>.

5 Ver em: <https://www.uc3m.es/cooperation/cooperation-groups/cuidea>.

6 Ver em: <http://novapaideia.org/>.

PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS APRESENTADOS A EDITAIS

- Propostas de eventos científicos no âmbito do Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP) Edital nº 7/2019. Não aprovado.
- Projeto XIV Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação, submetido para Chamada ARC nº 4/2019 – Linha 2: Eventos nacionais ou internacionais, coordenado por Hildenise Ferreira Novo. Não aprovado.
- MOREIRO-GONZÁLEZ, J. A. (dir.). Formación de formadores en alfabetización informacional para profesionales de información del INEP y profesionales de información y educadores de Guinea Bissau. *In: X Convocatoria 2017 de Ayudas para Acciones de Cooperación al Desarrollo de la Universidad Carlos III de Madrid*. 2018.
- ORTIZ-REPISO, V.; MOREIRO-GONZÁLEZ, J. A.; ALVES, F. M. M. Alfabetización digital para las mujeres de Mozambique: propuesta de un modelo de inclusión. *In: XI Convocatoria de Ayudas para Proyectos de Cooperación de la Universidad Carlos III de Madrid*, 2018. 2019.
- ORTIZ-REPISO, V.; MOREIRO-GONZÁLEZ, J. A.; ALVES, F. M. M. Alfabetización digital para las mujeres de Mozambique. *In: XII Convocatoria de Ayudas para Proyectos de Cooperación de la Universidad Carlos III de Madrid*, 2019. 2020.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS

Como organizadora-presidente do Conselho Científico

- IV Jornada Ibero-Americana de Pesquisas em Políticas Educacionais e Experiências Interdisciplinares na Educação (Jorneduc), 4 a 6 de setembro de 2019.

Como convidada

- II Encontro Regional Norte-Nordeste de Educação em Ciência da Informação, “Os desafios da inclusão na práxis pedagógica: saberes e fazeres em Ciência da Informação”, na Universidade Federal de Sergipe (UFS), realizado pela Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN) e o Programa de Pós-Graduação em Ciência da

Informação e o Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe, 2018.

Participante com comunicação

- Encuentro Ibérico de la Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe, 9.; Congresso ISKO, 4.; Jornada de Estudiantes de Ciencias de la Documentación, 3., 2019, Barcelona.
- Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, 6., 2019, Salvador.

Como participante

- Seminário Educação e Debates Contemporâneos: as diversidades em foco, 2018, Salvador. Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Programas de Pós-Graduação: Educação, Ciência da Informação e Cultura e Sociedade.
- Atelier Nacional de Sensibilização, Advocacia e Estratégias de Coleta de Dados Relevantes para a Agenda 2030, 2018, Bissau. Organizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

PARTICIPAÇÃO EM BANCAS DE MESTRADO, DOUTORADO E GRADUAÇÃO

- OLIVEIRA, M. C. R. *Contribuição da ciência da informação para os estudos de prospecção tecnológica de informação técnica e científica*. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência de Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Fernanda Maria Melo Alves, orientadora.
- SANTOS, B. A. *Centros de Referência LGBT espaços de cultura, cidadania e informação: um estudo na cidade de São Paulo*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência de Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Nídia L. Lubisco, orientadora.

- GUIMARÃES, F. X. *A Pós-Graduação em Ciência da Informação e a formação do docente universitário: limites e possibilidades*. 2018. Tese em andamento (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência de Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira, orientadora.
- MAGALHÃES, C. S. S.; FRANKLIN, Sérgio; ALVES, Fernanda Maria Melo. Mapeamento da produção científica dos docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) publicada em periódicos. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador. Sergio Franklin Ribeiro da Silva, orientador.
- SANTOS, C. O. *Os fluxos e as competências informacionais dos atores envolvidos no processo de formulação de políticas públicas de saúde: uma análise a partir do Conselho Estadual de Saúde do Estado da Bahia*. 2018. Tese em andamento (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência de Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Fernanda Maria Melo Alves, orientadora.

PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES

- Comissão de seleção para aluno regular do PPGCI-UFBA, Edital nº 1/2019. Reunião Extraordinária Processo Seletivo Aluno Regular 2019.2.
- Comissão científica do XIV Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação, 2019, Salvador. Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, de 23 a 25 de setembro de 2019.
- Comissão científica do II Colóquio Internacional em Convergências em Ciência da Informação, Tecnologia e Educação, 2019, Salvador, Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, de 26 a 28 de setembro de 2019.
- Comissão de elaboração da proposta de Mestrado Profissional em Biblioteconomia e Documentação do PPGCI-UFBA.
- Comissão científica do II Seminário Conhecimento, Inovação e Comunicação em Serviços de Saúde, 2019, Salvador. 21 de 22 de novembro de 2019.

AVALIADOR DE ARTIGOS DE REVISTAS

- *Transformação*, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.
- *Revista Docência do Ensino Superior*, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- *Nova Paideia*: Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa, Brasília, DF.
- *Informatio*: Revista del Instituto de Información de la Facultad de Información y Comunicación, Universidad de la República, Montevideo.
- *Ponto de Acesso*, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- *Cajueiro*: Ciência da Informação e Cultura da Leitura, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju.

AVALIADOR DE COMUNICAÇÕES DE EVENTOS

- Integrar: Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, 6., 2019, Salvador.
- Cinform: Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação, 14., 2019, Salvador.
- Comissão científica do II Colóquio Internacional em Convergências em Ciência da Informação, Tecnologia e Educação, 2., 2019, Salvador
- Comissão científica do Seminário Conhecimento, Inovação e Comunicação em Serviços de Saúde, 2., 2019, Salvador.

COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E ACADÊMICA (NACIONAL E INTERNACIONAL)

Atividades de cooperação nacional com:

- Biblioteca Campus Juazeiro (SIBI/UNIVASF), UNEB, Universidade Católica do Salvador (UCSal), UFS, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), Sociedade Brasileira de Computação (SBC).

Atividades de cooperação internacional com:

- Universidad Carlos III de Madrid, España; Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, Universidad Nacional de Assunción, Paraguay; Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal; Universidad Nacional San Marcos, Perú; Universidad de la República, Montevideo, Uruguay; INEP da Guiné Bissau, Unesco da Guiné Bissau, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique.

OUTRAS ATIVIDADES (ASSESSORIA E ORGANIZAÇÃO)

- Assessoria para a elaboração do projeto do prof. Francisco Pedroza Cunha, do ICI-UFBA, gestão e preservação de documentos digitais bases para a aprendizagem e inovação organizacional em hospitais, para concorrer a Pós-Doutorado no Exterior (PDE), Capes Print e acompanhamento para sua concretização, sob orientação do prof. José Antonio Moreira González na UC3M-Espanha.
- Convite para a Comissão Científica do IV Jornada Ibero-Americana de Pesquisas em Políticas Educacionais e Experiências Interdisciplinares na Educação (Jorneduc), a realizar de 4 a 6 de setembro de 2019, de professores e investigadores estrangeiros: José Antonio Moreira González, Universidad Carlos III de Madrid (UC3M), Espanha; Erick Manuel Tardencilla Marengo, Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, Nicaragua; Emilse Sena Correa, Universidad Nacional de Assunción, Paraguay; Armando Manuel Barreiros Malheiro da Silva, Universidade do Porto, Portugal; Alonso Estrada Cuzcano, Universidad Nacional San Marcos, Perú.
- Organização e assessoria para a vinda e estadia do prof. José Antonio Moreira González da UC3M- Espanha de 3 a 5 de junho de 2019, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI-UFBA), para ministrar um curso intensivo e uma conferência, de 3 a 5 de junho de 2019.
- Assessoria para a elaboração do projeto do estudante Lucas Cavalcanti (PPGCI-UFBA), e acompanhamento para concorrer ao doutorado em Documentação, sob orientação do prof. Diego Navarro Bonilla na UC3M-Espanha.

PARTE II

**PRÁTICAS DE COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA
INTERNACIONAL NO PROGRAMA DE PÓS-
-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

CONTRIBUIÇÃO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PARA OS ESTUDOS DE PROSPECÇÃO DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Maria do Carmo Oliveira Ribeiro
Fernanda Maria Melo Alves

INTRODUÇÃO

As mudanças em ciência, tecnologia e inovação no mundo atual intensificam os níveis de incerteza, a complexidade dos processos e apontam para uma nova dinâmica que demanda por estudos de planejamento, prospecção, diagnósticos e visões de futuro por parte de governos e instituições. Ao mesmo tempo, cresce a consciência científica e se amplia a percepção de que boas ideias requerem bons sistemas de governança das instituições científicas e tecnológicas para que suas estratégias de desenvolvimento sejam bem-sucedidas.

No âmbito da Ciência, Tecnologia e Inovação, os estudos de prospecção tecnológica são fundamentais para promover a criação da capacidade de organizar sistemas de inovação que respondam aos interesses da sociedade. A partir de intervenções planejadas em sistemas de inovação, fazer prospecção significa identificar oportunidades e necessidades mais importantes para a pesquisa e desenvolvimento no futuro.

Conforme Coelho (2003), as descobertas científicas podem ser utilizadas para a geração de novos estudos e aperfeiçoamento de tecnologias, havendo

também a necessidade de desenvolver a capacidade de tratamento dessas informações para seu emprego no processo produtivo. A prospecção científica e tecnológica se apresenta viável na análise do conhecimento acerca de um determinado tema de interesse, tornando-se eficaz por identificar áreas de pesquisas estratégicas e tecnologias para gerar maiores benefícios econômicos e sociais.

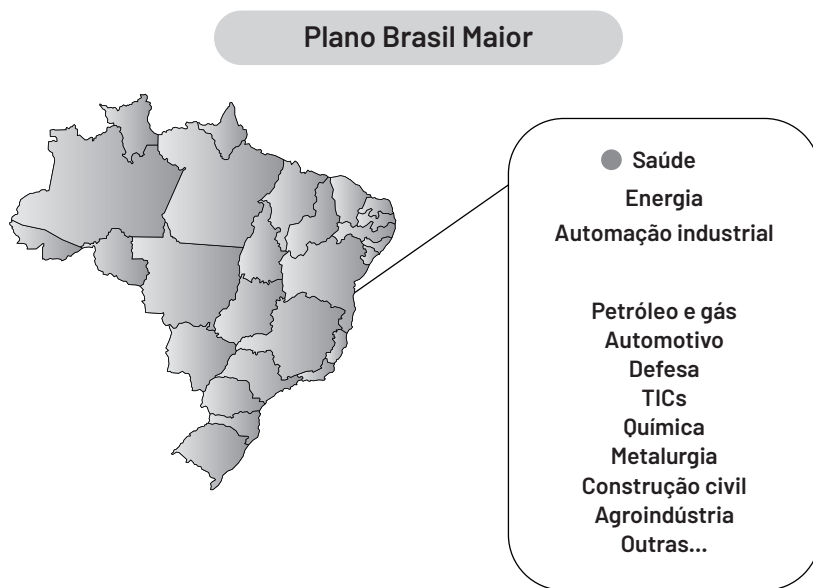
Os estudos de prospecção são construídos a partir da premissa de que são vários os futuros possíveis, em que as ações presentes alteram o futuro, como ocorre com a inovação tecnológica. Os avanços tecnológicos futuros dependem de modo complexo e imprevisível de decisões estratégicas tomadas no presente por um conjunto relativamente grande de agentes não conclusivos. (KUPFER; TIGRE, 2004)

Neste contexto, a Ciência da Informação (CI) contribui através da construção e análise de indicadores científicos e tecnológicos de qualidade e confiabilidade, considerando-se os estudos de prospecção tecnológica como atividade-base da gestão da informação e da inteligência competitiva, cuja aplicação pode ser realizada a partir do uso combinado ou não de diferentes métodos e técnicas. Além disso, os estudos métricos da informação são importantes para o reconhecimento dos temas em pesquisa, e, principalmente, para demonstrar a influência dessa produção no meio científico, aspectos promissores para a análise da dinâmica e das relações da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), em qualquer área do conhecimento.

Os estudos de prospecção fornecem elementos para subsidiar tomadas de decisão e elaborar políticas científicas e tecnológicas, que contribuem para o delineamento de campos ou áreas específicas do conhecimento, detectando tendências temáticas, metodológicas e até mesmo a evolução do conhecimento em frações temporais e espaciais. O processo de busca, análise, interpretação e uso da informação cria conhecimento e permite o desenvolvimento de conceitos e sua aplicação sistemática. Essa visão demonstra o potencial do estudo de prospecção tecnológica, principalmente no que se refere ao tratamento automático da informação e o uso de sistemas de informação como subsídios de apoio ao processo decisório, possibilitando uma visão sistêmica sobre as dinâmicas da pesquisa, desenvolvimento e inovação de um setor e/ou tecnologias em curto espaço de tempo. (AMPARO; RIBEIRO; GUARIEIRO, 2012)

Este estudo apresenta a contribuição da CI para os estudos de prospecção de informação científica e tecnológica, cujo tema encontra respaldo nas estratégias do Plano Brasil Maior (PBM) (BRASIL, 2010), que estabeleceu a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior a partir de 2011 e nas ações do Programa Nacional de Plataformas do Conhecimento (PNPC) (BRASIL, 2014), cujo objetivo foi alcançar um ecossistema de inovação, em que a interação entre cientistas, instituições de pesquisa e empresas produziria um ciclo de energia inovadora, lançando as bases para o crescimento de competitividade no Brasil. Para a realização desse estudo, foi selecionada a área de Tecnologia em Saúde, como uma das áreas prioritárias do PBM e do PNPC, conforme Figuras 1 e 2.

Figura 1 - Plano Brasil Maior (PBM)

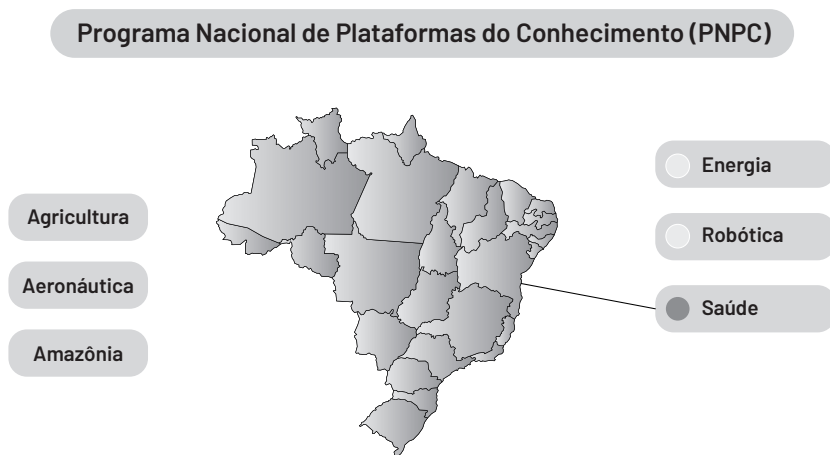


Fonte: elaboração das autoras.

O PNPC (BRASIL, 2014) foi criado pelo Governo Federal em 2014, com o objetivo de realizar encomenda tecnológica, destinada à solução de problema técnico específico ou à obtenção de produto ou processo inovador, de bens

ou serviços, que envolva risco tecnológico visando estimular a parceria entre empresas e instituições de pesquisa científica e tecnológica.

Figura 2 - Plataforma de conhecimento



Fonte: elaboração das autoras.

Em um cenário em que cada vez mais a inovação assume um papel preponderante na geração de valor e sustentabilidade das empresas, a habilidade de capturar seu valor é primordial, existindo diversos mecanismos para proteger e se apropriar dos conhecimentos gerados em uma instituição, cada um deles com características distintas. Conhecer quais são esses mecanismos e a disponibilidade de seu uso é o primeiro passo para a instituição começar a estabelecer seu modelo de gestão de ativos intelectuais. Nesse contexto, urge efetuar estudos de vigilância e de prospecção tecnológica para monitorar o estado de arte de tecnologias inovadoras, traçar rotas tecnológicas no mundo globalizado, antever o futuro, buscar soluções tecnológicas para o setor produtivo e promover a inovação para a sociedade.

INFORMAÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E INDUSTRIAL

No mundo contemporâneo, a informação tem conquistado espaços de forma mais efetiva e relevante entre grupos sociais, indivíduos, empresas e

sociedade. Compreender os aspectos teórico-epistemológicos da informação tem sido um dos grandes desafios que justificam a existência e atuação da CI no campo do conhecimento científico. (SILVA; GOMES, 2015)

A popularidade da informação leva as organizações a investirem cada vez mais em tecnologias, visando organizar, processar e recuperar a informação, bem como desenvolver sistemas que facilitem o acesso a ela, muitas vezes com o recurso da inteligência artificial. A competitividade crescente e a aceleração do desenvolvimento tecnológico permitem que os detentores de informação mantenham vantagens competitivas e o ingresso na sociedade do conhecimento exige mudanças em todos os perfis profissionais, especialmente naqueles diretamente envolvidos com a informação. (CIANCONI, 1999)

O ciclo informacional se inicia com uma necessidade de informação, cuja solução passa pela identificação das fontes e seu acesso, a seleção e aquisição, o registro, a representação, a recuperação, a análise e a disseminação da informação que, quando usada, aumenta o conhecimento individual e coletivo. (TARAPANOFF, 2006)

O termo “informação científica e tecnológica” é entendido por Matourt (1983, p. 67, tradução nossa) como:

Toda informação está relacionada com a pesquisa e o desenvolvimento, pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico, pesquisa científica em leis naturais e absolutas, verdades revocáveis, desenvolvimento tecnológico auxiliar, incluindo tecnologias industriais, de valor relativo para as necessidades de homem, destinadas a qualquer conjunto de diferentes circunstâncias que o homem pode viver.

Price (1976) e Meadows (1999) relacionam o crescimento científico e econômico dos países na premissa incontestável de que quem mais produz em CT&I mais avança no processo do desenvolvimento global, sendo a CT&I a base do mundo competitivo globalizado, em que a informação e o conhecimento se tornam conceitos muito próximos.

Para Araújo (1991, p. 37), “o poder da informação [...] tem capacidade ilimitada de transformar culturalmente o homem, a sociedade e a própria humanidade como um todo”. Estamos perante a consolidação da sociedade da informação e do conhecimento, em que a informação assume papel

prioritário, fato perceptível quando se analisa a avalanche de dados a que a sociedade é submetida.

Aguiar (1991) defende que a informação científica é todo conhecimento resultante ou relacionado com o resultado de uma pesquisa científica, servindo para:

- Divulgar o conhecimento novo obtido a partir de uma pesquisa científica, assegurando a propriedade intelectual (autoria) de quem o desenvolveu, e disseminar o conhecimento existente para aumentar a compreensão geral a respeito dos fenômenos naturais e sociais;
- Constituir insumo para um novo projeto de pesquisa científica, que deverá, por sua vez, resultar em novos conhecimentos, permitindo a evolução da ciência;
- Explicitar a metodologia empregada na execução do projeto de pesquisa, fornecendo elementos para que outros pesquisadores possam repeti-la com o objetivo de confirmar os resultados da pesquisa original ou rejeitá-los.

A informação tecnológica é uma das principais ferramentas usadas pelas organizações para estabelecer e aplicar sua política de Gestão do Conhecimento com foco no mercado. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (1979) define a informação tecnológica como *information pertaining to technology*, sobretudo informações sobre transferência e aquisição de tecnologia, como incremento ao desenvolvimento social e econômico. No entanto, o mesmo documento considera

A informação científica e tecnológica como independentes, e que, muitas vezes, podem ser registradas em suportes iguais ou semelhantes, livros, periódicos, relatórios, etc. Ambas são usadas em conjunto no desenvolvimento catalisando atividades. Como consequência, o uso da frase 'Informação Científica e Tecnológica (STI)'. (UNESCO, 1979, p. 35, tradução nossa)

Por outro lado, o ciclo da informação tecnológica, diferente da científica, é destinado à aplicação industrial, é mais complexo e envolve sigilo e restrições habitualmente expressos nas cláusulas contratuais, dificultando seu

acesso apesar de sua importância, por ser insumo necessário ao desenvolvimento. Nesse processo, o segredo é fundamental para o desenvolvimento e a proteção da informação tecnológica, efetuados através das patentes estruturadas com informações tecnológicas, favorecendo o proprietário da tecnologia. (BATAGLIA, 1999)

A autora esclarece que o produto final não é o conhecimento sob a forma de documento publicado ou não, e sim a própria tecnologia, incluindo método, processo, equipamentos, dispositivos, ou seja, o produto industrializável e comercializável, cujo desenvolvimento requer capital para investimento, acompanhamento e monitoramento que envolve a sobrevivência da indústria ou a manutenção de sua vantagem competitiva.

Os insumos para o desenvolvimento de pesquisas tecnológicas e os conceitos relativos à pesquisa aplicada e ao desenvolvimento experimental, propostos no *Frascati Manual*, publicado pela Organisation for Economic Co-Operations and Development (2016), se justificam por estar buscando gerar conhecimento novo aplicável ou aplicar conhecimentos preexistentes e a necessidade de informações como insumo a essas atividades.

Aguiar (1991) admite que os empreendimentos industriais baseados em tecnologias tradicionais, de baixo ou médio conteúdo tecnológico (baixo “grau de complexidade tecnológica”), tal como ocorre com a maioria das micro, pequenas e médias empresas, podem se beneficiar de conhecimentos tecnológicos disponíveis em literatura convencional e não convencional, desde que lhes seja dado acesso a essas informações. As informações contidas em documentos de patentes, normas técnicas, manuais técnicos e até mesmo em periódicos podem contribuir para que tais empresas adotem procedimentos que conduzam à melhoria da qualidade e da produtividade desses empreendimentos.

Embora a informação industrial apresente as mesmas características básicas da informação tecnológica, lhe são acrescidas funções específicas dos diversos tipos de atividades industriais, a que Rao e Subramaniam (1980) chamam de “informações qualificadas” para a tomada de decisão e a satisfação da organização e seus usuários. Matourt (1983, p. 34, tradução nossa) conceitua informação industrial como aquela que:

[...] oferece *inputs* à planificação industrial, seleção e aquisição do pré-investimento tecnológico, estudos de viabilidade etc. Sua

finalidade está em qualquer parte, para administração industrial, engenharia e *marketing*. Seu destino é qualquer um, com funções planificadoras, gerenciais ou operacionais na indústria, quer seja com capacidade aconselhadora ou decisória.

Jaramillo (1980) afirma que a necessidade de informação dos empresários não é satisfeita através de bibliografias, serviços de resumos e disseminação seletiva de informações, mas que a indústria necessita de respostas rápidas e precisas, em linguagem facilmente assimilável, da identificação de problemas e da transferência de informação para a indústria, que equivale falar de necessidades de informação muito concretas.

Nesse contexto, percebeu-se que o profissional da informação possui papel relevante nas seguintes competências:

- Nas fases da análise dos dados;
- Na seleção dos bancos de dados especializados;
- Em compreender o cenário;
- Em identificar as melhores fontes de informação;
- Em trabalhar em cooperação com profissionais de outras áreas para delinear os dados que serão necessários para a análise;
- Em identificar estruturas capazes de converter uma massa de dados em informações estruturadas com valor agregado;
- Em interagir com os gestores, contribuindo na definição dos dados que serão tratados, apontando possíveis mudanças;
- Em *feedbacks* acerca dos processos realizados anteriormente;
- Agregando mais propriedade aos resultados atingidos.

A CI tem contribuído nesta temática, demonstrando potencialidades para a elaboração e análise de indicadores científicos e tecnológicos de qualidade e confiabilidade, através dos Estudos Métricos da Informação, da Bibliometria, da Cientometria, da Informetria e da Webmetria, que analisam a dinâmica da CT&I. Portanto, há necessidade de agregar valor à informação transformando-a em conhecimento, de modo a subsidiar a construção de estratégias e a identificação de oportunidades futuras para a tomada de decisão nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

METODOLOGIA

Com base nas áreas prioritárias do PBM e do PNPC mencionadas, selecionou-se uma amostragem na área de Saúde, representada na Figura 3:

Figura 3 – Área e subárea do conhecimento



Estudo de prospecção em fontes de informação científica e tecnológica sobre o vírus Zika e doenças relacionadas, principalmente a microcefalia.

Tema principal **Zika Vírus** e subtema **microcefalia**.

Fonte: elaboração pelas autoras.

Para realizar os estudos de prospecção tecnológica da área selecionada, realizou-se uma análise das ferramentas de busca e recuperação de informação científica e tecnológica, que possibilitam a análise de anterioridade e similaridade de tecnologias, identificando o estado da arte em publicações periódicas científicas ou estado da técnica em documentos de patentes publicadas.

A partir desta análise, selecionou-se a plataforma Derwent Innovation, propriedade da Clarivate Analytics, principalmente pelos serviços da Derwent World Patent Index (DWPI), banco de dados com curadoria, que aplica a inteligência artificial para automatizar algumas etapas da proteção e *status* legal da propriedade intelectual. Em seguida, criou-se a matriz de estratégia de busca e recuperação da informação científica e tecnológica da área selecionada através das pesquisas em bancos e bases de dados de publicações científicas e tecnológicas.

Devido à complexidade no processo de armazenamento da informação, na elaboração de estudos de prospecção tecnológica, torna-se imprescindível o planejamento de estratégias de busca específicas, visando a busca e recuperação da informação para cada tipo de base de dados.

Na recuperação da informação, a estratégia de busca pode ser definida como uma técnica ou conjunto de regras para tornar possível o encontro entre uma pergunta formulada e a informação armazenada em uma base de dados e, a partir de um arquivo, selecionar um conjunto de itens que constituem sua resposta. (LOPES, 2002)

Para este estudo, a matriz de estratégia de busca está sistematizada no Quadro 1:

Quadro 1 - Matriz de estratégia de busca

Descritores	Ferramenta	Base de dados	Campo	Período	IPC	Filtro
Descritor 1	Derwent Innovation	Patentes	Título (DWPI) Abstract All text	Intervalo de tempo	Classificação Internacional de Patentes	Recursos das Bases
Descritor 2	Derwent Innovation	Artigos científicos	Título (DWPI) Abstract All text	Intervalo de tempo	Não se aplica	Recursos das Bases
Descritor 3	Derwent Innovation	Patentes	Título (DWPI) Abstract All text	Intervalo de tempo	Classificação Internacional de Patentes	Recursos das Bases
Descritor 4 (e outros)	Derwent Innovation	Artigos científicos	Título (DWPI) Abstract All text	Intervalo de tempo	Não se aplica	Recursos das Bases

Fonte: elaboração pelas autoras.

A pesquisa é exploratória e descritiva com uma abordagem qualitativa e quantitativa. Primeiro, efetuou-se uma revisão da literatura sobre o tema “zika vírus” e “*microcephaly*” como patologia relacionada, nas bases de patentes e de literatura científica da ferramenta Derwent Innovation, descrita anteriormente.

Usou-se o método de prospecção tecnológica para o estudo de caso, efetuando-se buscas de anterioridade e similaridade para recuperar documentos de patente e artigos científicos nas bases de dados, utilizando termos técnicos e a Classificação Internacional de Patentes (IPC).

Os critérios de análise selecionados, de acordo com as necessidades de informação foram: tema central, número de publicações relacionadas, evolução do número de patentes e artigos científicos, principais depositantes de patentes no mundo, principais empresas e instituições com maior número

de artigos científicos publicados e principais autores/inventores dos artigos e patentes, respectivamente.

Em seguida, elaboraram-se os mapas dos dados e informações identificadas através das buscas em bancos de dados de patentes e de artigos científicos, que correspondem à fase da inteligência competitiva, conhecimento válido para a tomada de decisão.

A estratégia de busca identificou 10.855 publicações sobre o tema zika vírus, sendo 931 patentes e 9.924 artigos científicos, publicados entre 2000 e 2020. O Quadro 2 apresenta a matriz de estratégia de busca utilizada para a pesquisa bibliográfica.

Quadro 2 - Matriz de estratégia de busca

Descritores	Ferramenta	Base de dados	Campo	Período	IPC	Filtro
Zika vírus ou Zikv	Derwent Innovation	Patentes	Título Abstract	2000 a 2020	Classificação Internacional de Patentes	Recursos das Bases
Zika vírus ou Zikv	Derwent Innovation	Artigos científicos	Título Abstract	2000 a 2020	Não se aplica	Recursos das Bases
Microcephaly	Derwent Innovation	Patentes	Título Abstract	2000 a 2020	Classificação Internacional de Patentes	Recursos das Bases
Microcephaly	Derwent Innovation	Artigos científicos	Título Abstract	2000 a 2020	Não se aplica	Recursos das Bases

Fonte: elaboração das autoras.

A informação possibilitou conhecer o estado da arte dos estudos sobre o zika vírus, zonas geográficas onde se iniciaram e se desenvolveram esta e outras doenças relacionadas ao referido vírus, como a microcefalia.

ESTUDO DE PROSPECÇÃO TECNOLÓGICA

Segundo Canongia (2002), o século XXI se caracteriza pelas mudanças nas organizações, no trabalho e na educação, e a informação ocupa um lugar cada vez mais proeminente nas sociedades contemporâneas. A emergência de uma sociedade da informação, do conhecimento e do paradigma digital se associa a um espectro amplo e diverso de transformações.

Desenhar e prever o futuro são necessidades tão antigas como a própria existência humana. Para se “desenhar” o futuro é preciso ir além daquilo que é conhecido, permitir a entrada de novas ideias e posicionamentos, compartilhar questões inquietantes e provocativas e ainda identificar alternativas que permitam construir o caminho da mudança. (SANTOS et al., 2004)

Esta tendência vem produzindo maior demanda por estudos sobre planejamento, prospecção, diagnósticos e visões de futuro por parte de governos e corporações no mundo. Ao mesmo tempo, cresce a consciência ecológica e individual, crescem as pressões que a sociedade civil coloca nos governantes e se amplia a percepção de que boas ideias requerem bons sistemas de governança nos estados, para que suas estratégias rumo ao desenvolvimento sejam bem-sucedidas. (COELHO, 2011)

O processo ou Ciclo do Sistema de Inteligência se baseia na identificação precisa das necessidades do usuário e de sua adequação às orientações estratégicas, condicionantes importantes à eficácia do processo, principalmente na gestão da informação – ou seja, na busca, seleção e tratamento da informação de interesse para permitir, dentre outras, a visualização de tendências e subsídios ao processo decisório. (CANONGIA, 2004)

A gestão da informação associada aos avanços das tecnologias vem sendo cada vez mais valorizada e seu uso sistemático entendido como investimento face ao potencial de agregação de valor e geração de novos saberes. Desta forma, a prospecção de tecnologia, por meio da gestão de informação, que recorre a diferentes fontes documentais e informativas (primárias e secundárias), é extremamente útil para inferir o estado da arte de determinado setor, com o objetivo de gerar informações sobre sua trajetória passada, sobre as tendências de mercado e percepção de sinais fracos.

Os estudos de prospecção tecnológica surgiram, nas últimas décadas, para explorar a dinâmica das tecnologias emergentes nas indústrias, em um horizonte de longo prazo e, especialmente, para desenvolver e executar mapas de rotas tecnológicas estratégicos, de modo a articular a estratégia da empresa a suas capacidades tecnológicas.

A prospecção tecnológica pode ser realizada a partir da busca e recuperação de artigos científicos e documentos de patentes, que permitem identificar o atual estado da arte das áreas de conhecimento. Os documentos de patentes são mais utilizados, por apresentar conteúdo padronizado de acesso

livre, além de serem considerados como fontes de informação tecnológica de valor agregado para a pesquisa aplicada.

Atualmente, é comum que um estudo prospectivo envolva o uso de múltiplos métodos ou técnicas, quantitativos e qualitativos, de modo a complementar as características diferentes de cada um, buscando compensar as possíveis deficiências trazidas pelo uso de técnicas ou métodos isolados. Portanto, não faz sentido definir uma fórmula pronta ou mágica para um estudo de prospecção. A escolha e uso dos métodos e técnicas dependem intrinsecamente de cada situação, em que se consideram aspectos tais como: especificidades da área de conhecimento, aplicação das tecnologias inovadoras no contexto regional ou local, governamental ou empresarial, abrangência do exercício, horizonte temporal, custo, objetivos e condições subjacentes. (SANTOS, et al., 2004)

Coelho (2003) afirma que as abordagens e processos de natureza prospectiva buscam entender as forças que orientam o futuro, promover transformações, negociar espaços e dar direção e foco às mudanças. Assim, os estudos de prospecção tecnológica são conduzidos de modo a “construir conhecimento”, ou seja, buscam agregar valor às informações do presente, transformando-as em conhecimento de modo a subsidiar os tomadores de decisão e os formuladores de políticas na construção de suas estratégias e identificar rumos e oportunidades futuras para os diversos atores sociais.

A prospecção e o monitoramento informacional são atividades-base para a inteligência competitiva, entendida como um processo dinâmico, composto pela gestão da informação e do conhecimento. O papel dessas atividades é essencial, pois alimenta todo o processo com dados, informação e conhecimento e constrói diversas estruturas formais e informais de informação na organização, além de as atividades de prospecção e monitoramento gerarem serviços e produtos informacionais sistematizados, com alto valor agregado, principalmente para definir o nível de inovação tecnológica de produtos e processos oriundos de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. (VALENTIM; MOLINA, 2004)

A aplicação dos estudos de prospecção tecnológica permite também obter informações mais específicas, como tecnologias relevantes, possíveis parceiros para pesquisas, concorrentes, nichos de mercado para atuação,

inovações incrementais e movimentos de concorrentes nos mercados nacionais e internacionais.

A ação de monitorar as tecnologias ou os chamados monitoramentos tecnológicos, seus avanços e impactos podem responder questões como: quais mudanças tecnológicas estão acontecendo? Como ter acesso às competências para absorção, adaptação e/ou criação de novas tecnologias? Como apoiar e renovar a capacidade inovadora das organizações? Como e segundo quais critérios selecionar e investir em projetos inovadores?

O sucesso na introdução de novas tecnologias depende fundamentalmente da capacidade das empresas absorverem eficientemente novos equipamentos, sistemas e processos produtivos, incluindo a incorporação de novas rotinas, procedimentos e informações técnicas que, para serem efetivamente adotadas, dependem da capacidade dos recursos humanos em transformar informação em conhecimento. Assim, a difusão de novas tecnologias está diretamente associada ao desenvolvimento de novas capacidades cognitivas para solucionar problemas na introdução, otimização e adaptação de tecnologias específicas a seu ambiente de trabalho.

Os novos métodos, técnicas e ferramentas utilizados em estudos de prospecção tecnológica são resultados dos avanços em Tecnologia da Informação e na CI, em que podemos destacar a Cientometria e Bibliometria, tradicionalmente utilizadas pela CI para medir a produtividade e identificar redes de cooperação em ciência e tecnologia. Por outro lado, o advento de recursos de informação em formato eletrônico, amplamente acessíveis, alterou os esforços de busca, recuperação e análise da informação científica e tecnológica, tornando possível processar facilmente grandes quantidades de informação de forma rápida e eficaz.

As técnicas de Cientometria e Bibliometria, incorporadas em ferramentas de mineração de texto, são usadas em estudos de prospecção, juntamente com uma combinação de análise estatística e recursos de banco de dados para encontrar padrões e relacionamentos sutis em dados e inferir regras que permitam identificar tendências futuras. Representam a possibilidade dos dados de mineração para reunir informações estratégicas em milhares ou milhões de fontes. (COELHO; SILVA, 2003)

Alguns autores apontam certas limitações da análise bibliométrica (PORTER, 1991), considerando que nem todas as atividades de pesquisa e

desenvolvimento são publicadas ou patenteadas e que grande parte da atividade de desenvolvimento tecnológico não é incluída em tempo hábil em periódicos, conferências e documentos ou patentes.

O uso de bancos de dados de literatura científica e de documentos de patentes, como fonte de informação científica e tecnológica para subsidiar os estudos de prospecção tecnológica, se baseia no pressuposto de que o aumento do interesse por novas tecnologias se reflete no aumento da atividade de pesquisa e desenvolvimento e que, por sua vez, resulta no aumento do número de artigos, publicações e pedidos de patentes. (COELHO, 2003)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para este trabalho foram realizadas várias análises com a ferramenta Derwent Innovation para o estudo de prospecção tecnológica na área de Saúde - zika vírus e sua relação com a microcefalia, área e subárea de saúde prioritárias no Brasil e em países semelhantes -, identificando artigos científicos, documentos de patentes, rotas tecnológicas e empresas detentoras das referidas tecnologias, no período de 2000 a 2020. A publicação da primeira fase deste estudo, com dados pesquisados no período de 2000 a 2016, foi apresentado no IV Medinfor - A Medicina na era da informação, realizado pela Universidade do Porto em Portugal, em novembro de 2017.

No Brasil, no período de 2000 a 2014, o número de nascidos vivos com microcefalia apresentou estabilidade. Mas, a partir de outubro de 2015, observou-se aumento inesperado de casos, principalmente no estado de Pernambuco, localizado na região Nordeste do país. (MARINHO, 2016) Posteriormente, após a ocorrência de quadro semelhante, em 2014, na Polinésia Francesa, em 1º de fevereiro de 2016 o Comitê Internacional de Regulação de Emergências em Saúde declarou que o agregado de casos de microcefalia e outras desordens neurológicas notificadas no Brasil constituíam uma emergência de saúde pública de importância internacional, devido à possível associação ao vírus zika.

Para o Estudo Colaborativo Latino-Americano de Malformações Congênitas (ECLAMC), publicado em 2015, a definição de microcefalia se baseia em um corte artificial de uma variável contínua, que é a medida da circunferência cefálica. Embora haja consenso mundial em aceitar como microcefalia

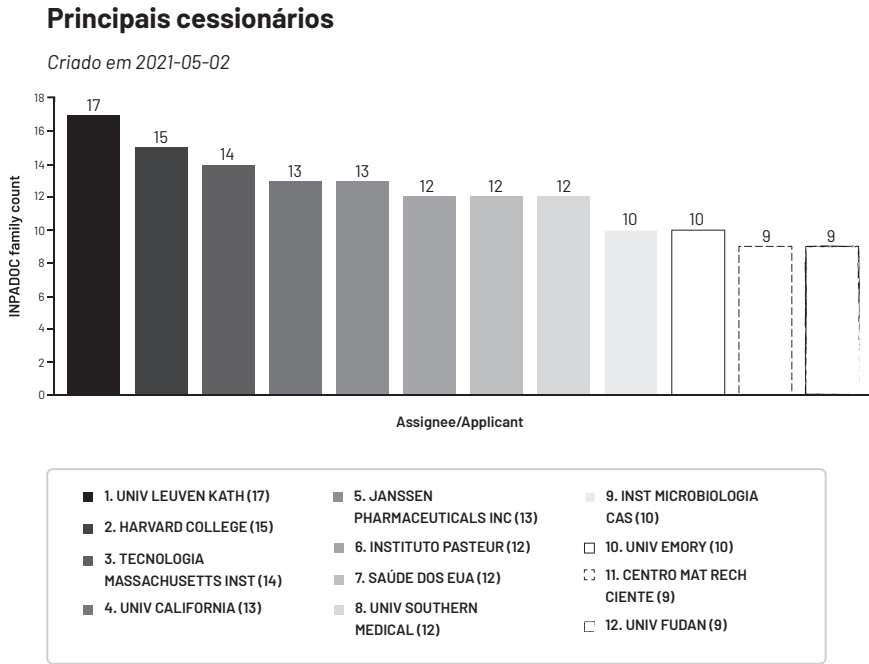
a diminuição da circunferência cefálica abaixo de dois desvios padrões da média da população em questão para a idade e sexo do indivíduo, o defeito básico é a diminuição do cérebro e a diminuição da velocidade de seu crescimento, que seria o real critério para confirmar a microcefalia.

Para Eickmann e demais autores (2016), a microcefalia não é uma doença em si, mas um sinal de destruição ou déficit do crescimento cerebral, podendo ser classificada como primária, isto é, de origem genética, cromossômica ou ambiental, incluindo infecções, ou secundária, quando resultante de evento danoso que atingiu o cérebro em crescimento, no fim da gestação ou no período peri e pós-natal. As sequelas da microcefalia vão depender de sua etiologia e da idade em que ocorreu o evento, sendo que quanto mais precoce é a afecção, mais graves serão as anomalias do Sistema Nervoso Central (SNC).

Tais fatos justificam a escolha do tema zika vírus como objeto de estudo deste trabalho, que utilizou a ferramenta de busca Derwent Innovation, a qual permite o acesso a um dos maiores e mais completos bancos de dados de pesquisas científicas do mundo e está dividida em três bases de dados: patentes, literatura científica e negócios.

De acordo com a Figura 4, o principal depositante de patentes de tecnologias relacionadas ao vírus zika é a Universidade Católica de Leuven (Holanda), com 17 patentes em 140 países através do Patent Cooperation Treaty (PCT), isto é, uma única patente protegida em vários países, no período de 2000 a 2020.

Figura 4 - Principais depositantes de patentes



Fonte: Derwent Innovation (2021).

A China é o país com maior número de patentes (229), tal como se pode observar na Figura 5, em seguida os Estados Unidos com 116 patentes. Os pedidos WO (510) são aqueles registrados na World Intellectual Property (WIPO), através do PCT, que podem aguardar até 30 meses para definir o(s) país(es) para proteção das patentes.

Figura 5 – Mapa da distribuição de patentes por país

Principais países definitivos

Criado em 2021-05-02



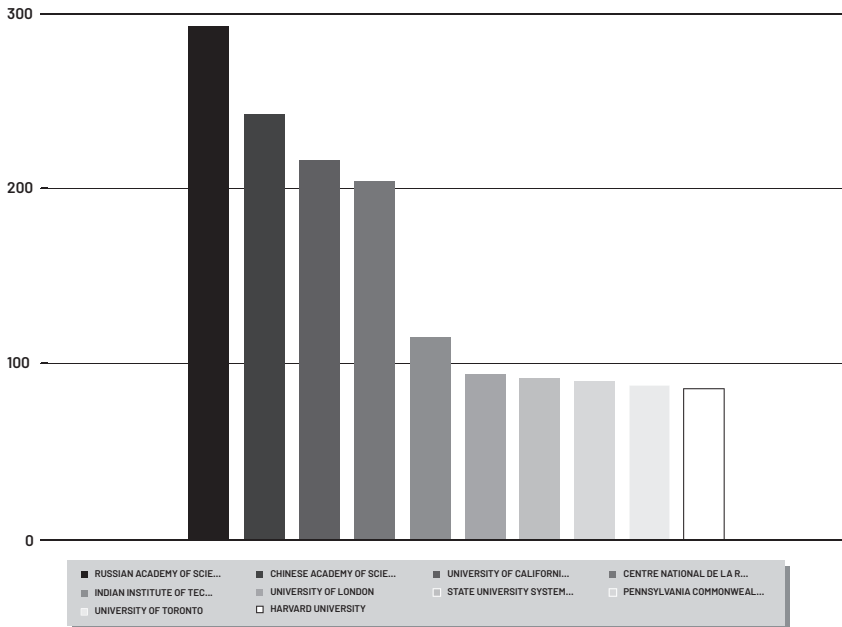
Fonte: Derwent Innovation (2021).

Dando prosseguimento à pesquisa, observou-se que, conforme a estratégia de busca do Quadro 2, inserimos como descritor o termo “*microcephaly*”, relacionado ao zika vírus. No entanto, o resultado foi inexpressível, com apenas 15 patentes no período de 2000 a 2016, mas aumentou exponencialmente a partir de 2017 até 2020, com a atualização dos dados da pesquisa.

Como pode-se observar, através dos resultados das pesquisas realizadas na ferramenta Derwent Innovation, a produção científica (artigos) é muito maior em relação à produção tecnológica (documentos de patentes). Quanto à produção científica, foram identificados 9.924 artigos publicados sobre o tema em questão, no período de 2000 a 2020, e apenas 931 pedidos de patentes.

Figura 6 - Principais instituições de pesquisa produtoras de artigos científicos

Top organizations



Source: Derwent Innovation®, www.derweninnovation.com

Fonte: Derwent Innovation (2021).

Conforme a Figura 6, a Russian Academy of Sciences com 294 artigos, o Indian Institutes of Technology com 244 artigos e a University of Toronto (Canadá) com 217 artigos, são os principais produtores de literatura científica. Vale ressaltar que em relação ao Brasil, no período, teve um expressivo número de casos de microcefalia relacionada ao vírus zika, identificaram-se um total de 73 artigos publicados, contando com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com 17 artigos e a Universidade de São Paulo (USP) com 16 artigos publicados.

Utilizando a ferramenta Derwent Innovation, este estudo de prospecção tecnológica permitiu identificar documentos de patentes e artigos científicos sobre o zika vírus e doenças associadas, que proporcionam informação estratégica para a gestão e monitoramento tecnológico, conhecimento que apoia o processo decisório.

Por outro lado, esses estudos comprovam a interdisciplinaridade entre a CI e outras áreas do conhecimento, neste caso, a área da Saúde, em que é essencial a participação de equipes interdisciplinares, que num esforço conjunto possam contribuir para a produção do conhecimento científico para a aplicação prática.

Além disso, o estudo demonstra um novo perfil do profissional da informação, exercendo novas competências para nortear a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação tecnológica em contexto digital, num entorno cada vez mais dinâmico, de mudanças rápidas e de contínuo desenvolvimento profissional.

Diante do exposto, é possível afirmar que, na atualidade, o desenvolvimento econômico, social e tecnológico está possibilitando inúmeras mudanças culturais e organizacionais. Assim, o contexto em que os profissionais da informação desenvolvem seu trabalho tem variado substancialmente, mudando com ele os conteúdos e as formas do exercício profissional. A explosão do conhecimento e o ritmo acelerado das mudanças estão exigindo respostas ágeis e sem precedentes. Para dar conta das inovações do mundo moderno é preciso trabalhar bem a informação e o conhecimento como instrumentos fundamentais de um processo inovador.

CONCLUSÃO

Este trabalho se destinou a apresentar a contribuição da CI para a construção de um estudo de prospecção, utilizando a informação da produção científica (*papers*) e tecnológica (patentes) na área de Saúde Pública, especificamente a relação da microcefalia com o zika vírus, visando contribuir para o desenvolvimento de soluções tecnológicas e para a elaboração de políticas públicas.

A análise da literatura permitiu a observação de que a popularidade e dependência da informação levam as organizações a investir cada vez mais em tecnologias, visando organizar, processar, recuperar a informação, bem como desenvolver sistemas que facilitem o acesso a ela. A competitividade crescente e a aceleração do desenvolvimento tecnológico permitem que os detentores de informação mantenham vantagens competitivas e o ingresso

na sociedade do conhecimento exige mudanças em todos os perfis profissionais, especialmente naqueles diretamente envolvidos com a informação.

Observa-se também que a CI tem contribuído expressivamente nesta temática, demonstrando potencialidades para a construção e análise de indicadores científicos e tecnológicos de qualidade e confiabilidade. Os chamados estudos métricos da informação, a Bibliometria, a Cientometria, a Informetria e Webmetria são promissores para a análise da dinâmica e das relações da CT&I em qualquer área do conhecimento.

Confirma-se a importância da informação, que deve ser acessada, avaliada e usada de maneira inteligente, eficiente e eficaz para gerar novos conhecimentos. Descobrir, organizar, disseminar e utilizar esse conhecimento de maneira efetiva constituem o grande desafio da gestão da informação e do conhecimento no mundo contemporâneo, e a CI pode contribuir com eficiência para a construção dos estudos propostos neste trabalho.

A prospecção tecnológica, por meio da gestão de informação, é extremamente útil para apresentar o estado de arte de determinada área tecnológica, com o objetivo de gerar informações sobre sua trajetória passada, sobre as tendências de mercado e a percepção de sinais fracos, que irão subsidiar a tomada de decisão em investimentos voltados para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Através deste estudo foi apresentada a contribuição da CI para os estudos de prospecção de informação científica e tecnológica, que teve como base as estratégias do PBM, que estabeleceu a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior a partir de 2011 e nas ações do PNPC no Brasil. Com base nas áreas prioritárias do PBM e do PNPC mencionadas, selecionou-se uma amostragem na área de Saúde, especificamente estudo sobre o zika vírus e doenças relacionadas, principalmente a microcefalia, que em outubro de 2015 apresentou um aumento inesperado de casos, principalmente no estado de Pernambuco, localizado na região Nordeste do Brasil. A informação possibilitou conhecer o estado da arte dos estudos sobre o zika vírus, zonas geográficas se iniciaram e se desenvolveram esta doença e outras relacionadas ao referido vírus.

Para este estudo foram realizadas várias análises na ferramenta Derwent Innovation para o estudo de prospecção, utilizando uma matriz de estratégia de busca que identificou 10.855 publicações sobre o tema vírus zika, 931

patentes e 9.924 artigos científicos, publicados entre 2000 e 2020. Através dos resultados das pesquisas realizadas podemos concluir que a produção científica (artigos) é muito maior que a produção tecnológica (documentos de patentes). Quanto à produção científica, foram identificados 9.924 artigos, publicados sobre o tema em questão, no período de 2000 a 2020, e apenas 931 pedidos de patentes.

Em relação aos resultados da produção tecnológica, o principal depositante de patentes de tecnologias relacionadas ao zika vírus é a Universidade Católica de Leuven (Holanda), com 17 patentes em 140 países através do PCT, isto é, uma única patente protegida em vários países, no período de 2000 a 2020. A China é o país com maior número de patentes (229), e em seguida os Estados Unidos, com 116 patentes. Os pedidos WO (510) são aqueles registrados na World Intellectual Property (WIPO), através do PCT, que podem aguardar até 30 meses para definir o(s) país(es) para proteção das patentes.

Quanto aos resultados da produção científica (publicação de artigos), os principais produtores de literatura científica são o Russian Academy of Sciences com 294 artigos publicados, o Indian Institutes of Technology com 244 artigos e o University of Toronto (Canadá) com 217 artigos. Vale ressaltar que, neste período, o Brasil teve um expressivo número de casos de microcefalia relacionada ao vírus zika e foram identificados um total de 73 artigos publicados, sendo 17 artigos da UFPE, e a USP, com 16 artigos publicados.

De modo geral, os métodos quantitativos devem ser combinados com os métodos qualitativos, os conhecimentos explícitos devem se somar a conhecimentos tácitos na busca de complementaridade ou de visões diferenciadas. A qualidade dos resultados dos estudos de prospecção está fortemente ligada à correta escolha da metodologia a ser utilizada e ao emprego de mais de uma técnica, método ou ferramenta, uma tendência observada e uma prática recomendada pelos especialistas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. C. Informação e atividades de desenvolvimento científico, tecnológico e industrial: tipologia proposta com base em análise funcional. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 20, n. 1, p. 7-15, jan./jun. 1991.

AMPARO, K. K. S.; RIBEIRO, M. C. O.; GUARIEIRO, L. L. N. Estudo de caso utilizando mapeamento de prospecção tecnológica como principal ferramenta de busca científica. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 195-209, dez. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3jCpliP>. Acesso em: 12 mar. 2019.

ARAÚJO, V. M. R. H. Informação: instrumento de dominação e de submissão. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 20, n. 1, p. 37-43, jan./jun. 1991.

BATTAGLIA, M. G. B. A Inteligência competitiva modelando o sistema de informação de clientes Finep. *Ciência da Informação*. Brasília, DF, v. 28, n. 2, p. 200-214, jul./dez. 1999.

CANONGIA, C. *Gestão do conhecimento e a competitividade: reflexão*. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2002.

CANONGIA, C. *et al.* Foresight, inteligência competitiva e gestão do conhecimento: instrumentos para a gestão da inovação. *Gestão & Produção*, São Carlos, v. 11, n. 2, p. 231-238, maio/ago. 2004.

CIANCONI, R. *Gestão da informação na sociedade do conhecimento*. Brasília, DF: Senai, 1999.

COELHO, G. M. *Prospecção tecnológica: metodologias e experiências nacionais e internacionais*. Rio de Janeiro: INT, 2003.

COELHO, G. M. The application of information and knowledge management tools: using text mining in foresight studies. In: SANTOS, M. M. (coord.). *Foresight International Seminar: from theory to practice*. Brasília, DF: CGEE, 2011. p. 19-36.

COELHO, G. M.; SILVA, C. H. Prospecção tecnológica em patentes no setor de óleo e gás. In: WORKSHOP BRASILEIRO DE INTELIGÊNCIA COMPETITIVA E GESTÃO DO CONHECIMENTO, 4., 2003, Salvador. *Anais [...]*. [S. l.: s. n.], 2003. p. 14-34.

EICKMANN, S. H. *et al.* Síndrome da infecção congênita pelo vírus Zika. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 7, p. 1-3, jul. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3uI0LDu>. Acesso em: 21 abr. 2022.

JARAMILLO, M. L. P. *et al.* Los centros de información y su papel en la transferencia de información a la industria: caso del GUIE. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, Medellín, v. 3, n. 1-3, p. 257-270, jan./dez. 1980.

KUPFER, D.; TIGRE, P. B. Prospecção tecnológica. In: CARUSO, L. A. C.; TIGRE, P. B. (org.). *Modelo Senai de prospecção: documento metodológico*. Montevideu: CINTERFOR: OIT, 2004. p. 17-36.

LOPES, I. L. Estratégia de busca na recuperação da informação: revisão da literatura. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 31, n. 2, p. 60-71, maio/ago. 2002.

MAUTORT, R. T. Ambivalence of technological information. *International Forum on Information and Documentation*, Hague, v. 8, n. 1, p. 33-35, jan./mar. 1983.

MARINHO, F. *et al.* Microcefalia no Brasil: prevalência e caracterização dos casos a partir do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc), 2000-2015. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, DF, v. 25, n. 4, dez. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3vu9QPm>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MEADOWS, A. J. *A comunicação científica*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Frascati Manual 2015: guidelines for collecting and reporting data on research and experimental development*. Paris: OECD, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3xzfjgO>. Acesso em: 21 abr. 2022.

PORTER, A. *et al.* *Forecasting and management of technology*. New York: Wiley, 1991.

PRICE, D. J. S. *A ciência desde a Babilônia*. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octanny da Mota. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

RAO, B. S. S.; SUBRAMANIAM, J. B. Information for small industry: a survey. *Annals of Library Science and Documentation*, New Delhi, v. 27, n. 1-4, p. 1-11, mar./dez. 1980.

SANTOS, M. M. *et al.* Prospecção de tecnologias de futuro: métodos, técnicas e abordagens. *Parcerias Estratégicas*, v. 9, n. 19, p. 189-229, dez. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/36rJl4M>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SILVA, J. L. C.; GOMES, H. F. Conceitos de informação na ciência da informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. *Informação & Sociedade*, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 145-157, jan./abr. 2015.

TARAPANOFF, K. (org.). *Inteligência, informação e conhecimento em corporações*. Brasília, DF: IBICT: Unesco, 2006.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. *UNISIST II: main working document*. Paris: Unesco, 1979.

VALENTIM, M. L. P. (org.). *Formação do profissional da informação*. São Paulo: Polis, 2004.

ESTUDO DE USUÁRIOS E BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE
COMPETÊNCIAS EM INFORMAÇÃO

Glacínésia Leal Mendonça
Fernanda Maria Melo Alves

INTRODUÇÃO

A Biblioteca Universitária é uma instituição que disponibiliza informação necessária ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, efetuadas nas instituições de ensino superior. O papel da Biblioteca Universitária é relevante para o desenvolvimento e capacitação da comunidade acadêmica em competências em informação (*information literacy*) para lidarem com o crescente volume informacional, contidos, em grande parte, nos suportes digitais.

A função educacional da biblioteca não é nova, sendo a orientação aos usuários prática constante das atividades biblioteconômicas, em ações de educação de usuários/treinamentos. De fato, o desenvolvimento de competências em informação em bibliotecas decorre do trabalho de bibliotecários em tornar usuários mais independentes na busca e no uso de informação. Para a consecução dessas vertentes da atividade educacional bibliotecária, distintas em níveis de aprofundamento metodológico (expô-los aqui não é objetivo deste capítulo de livro), ambas devem ser planejadas em fases distintas, entre as quais se destaca o estudo de usuários.

Este trabalho objetiva, mediante revisão de literatura, revisitar os fundamentos das investigações sobre os usos, comportamentos, práticas, necessidades,

desejos e demandas, dentre outras variáveis necessárias, para se identificar a pessoa que utiliza a informação, e que é o alvo dos programas de educação de usuários e de competências em informação.

Este texto resulta de pesquisa em nível de doutorado que pretende analisar o alcance da responsabilidade social da biblioteca acadêmica, no exercício de sua função educacional, por meio da educação de usuários e desenvolvimento de competências em informação. Resultados preliminares deste estudo empírico, em bibliotecas acadêmicas, corroboram a literatura corrente de que as ações educacionais nem sempre são antecedidas de estudos sistematizados e apropriados para a identificação do perfil dos participantes, fato que demonstra ainda mais a necessidade da discussão desse assunto pela comunidade bibliotecária.

ESTUDO DE USUÁRIOS

O usuário da informação é um elemento fundamental para a Ciência da Informação, uma disciplina que, segundo Borko (1968), investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças e os meios para processá-la com o objetivo de atingir uma expressiva acessibilidade e utilidade. Dessa forma, o usuário é a razão pela qual se desenvolve um serviço de informação.

Conforme Hernández Salazar (2019), nos estudos de informação nem sempre o usuário foi um dos interesses principais dos pesquisadores. A organização e o espaço sempre privilegiaram o debate sobre os serviços de informação e, somente no final dos anos 1970, a figura do sujeito adquire importância por meio das abordagens cognitivas da informação. Destaca-se que as perspectivas centradas no usuário se encarregam de ressaltar como o fenômeno informacional depende da cognição/mente humana.

Na década de setenta entra em cena um personagem que redireciona o enfoque da ciência da informação: o *usuário*. Sua introdução em um contexto que pretendia se aproximar das *hard sciences* decorre da necessidade de conhecer o público ao qual se destinavam os serviços informacionais – como esse público se comportava na produção, na demanda e na divulgação de informações. Com a presença dos usuários, as ciências humanas e sociais passam a contribuir também, com

seus métodos e práticas para a composição dessa ciência emergente. (CARDOSO, 1996, p. 74, grifo do autor)

A preocupação em disponibilizar informações para o usuário foi objeto de interesse de Suzanne Briet (1894-1989), pesquisadora que contribuiu para a Ciência da Informação. Motivada por seu interesse em atender às necessidades do usuário, a partir de 1934, Briet criou e dirigiu a sala X de catálogos e bibliografias da Biblioteca Nacional da França. Seu objetivo era tornar disponíveis os documentos e coleções anteriormente inacessíveis ao usuário e desenvolver um serviço de aconselhamento bibliográfico. Briet (1951) apresentou o conceito de documento como todo indício concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com o fim de representar, reconstruir ou provar um fenômeno físico ou intelectual, baseado no entendimento sociológico e cultural das necessidades dos usuários, expressas por seus modos de vida e seu vocabulário.

Segundo Sanz Casado (1994), diante da necessidade de atender à demanda de informação, os estudos de usuários remontam aos primeiros trabalhos sobre a comunicação científica, realizados no início do século, coincidindo com o desenvolvimento da documentação. O documento passa a ocupar o lugar do livro como meio de transmissão de conhecimento, tendo também início o estudo científico e social, em primeiro lugar, da produção e, mais tarde, do consumo de informação.

A maioria das pesquisas sobre estudos de usuários foram realizadas a partir da segunda metade da década de 1940. Conferências como a Royal Society, em 1948, e Conferência Internacional de Informação Científica, em Washington, no ano de 1958, contribuíram para chamar atenção para a realização de estudos que investigassem as necessidades do usuário. Ocorria, portanto, uma mudança da prevalente atitude passiva dos bibliotecários, que aguardavam o usuário aparecer e se capacitar para utilizar a biblioteca, para uma biblioteca ativa e dinâmica, que elabora novos serviços, bem como otimiza os já ofertados. (FIGUEIREDO, 1994)

Trata-se de uma tentativa de conscientização que permanece válida até os dias de hoje, cenário de avanço tecnológico e de grande volume de informação, em que é necessário:

- Incorporar as diferentes linguagens utilizadas pelos diferentes segmentos de usuários na busca de informação;

- Incorporar a tecnologia no sentido de diversificar as modalidades de acesso à informação;
- Explicitar os critérios de seleção e organização da informação;
- Desenvolver uma clara segmentação de públicos-alvo, pressuposta pelos itens acima enumerados. (SMIT, 2004)

No Brasil, Cunha (1982) reconhece que já no início da década de 1970, com a influência dos cursos de mestrado do IBICT e da UFMG, produziram-se as primeiras pesquisas sistemáticas em estudo de usuários. Diante da necessidade de melhorar os serviços de informação, os estudos de usuários passaram a fazer parte dos currículos dos cursos de Biblioteconomia.

A identificação dos perfis envolve o estudo de usuários (MOREIRO-GONZÁLEZ, 2016), que uma vez descobertos, analisados e estruturados, permitirão o desenho de serviços de informação adequados para cada uma dessas diversas comunidades. Os estudos de usuários permitem a avaliação de um sistema nacional de informação, ao determinar as necessidades que a população tem em relação à informação, em quaisquer atividades que estejam inseridas. (SANZ CASADO, 1994)

Nesse sentido, Cunha, Amaral e Dantas (2015) realizam um levantamento de definições de estudo de usuários que demonstra o interesse de diversas áreas no desenvolvimento de metodologias para investigar e analisar o usuário, desde sua busca e seleção até à recuperação da informação. Para Sanz Casado (1994), são necessários estudos para formar grupos homogêneos de usuários em função de seus hábitos e necessidades de informação. Os resultados desses estudos fundamentarão as orientações para a elaboração de programas específicos para cada grupo, com o fim de impactar temas que sejam realmente de seus interesses, o que facilitará sua aprendizagem e fará que encontrem a utilidade dos recursos de informação a eles dirigidos.

Corroborando estas ideias, Abascal (2002) afirma que o conhecimento de todas as demandas de informação ajuda a moldar os serviços planejados para suprir essas necessidades. Assim, os serviços de informação não devem estar aptos apenas para atender às diferentes consultas, mas também para estimular a busca de informações, disponibilizando os serviços e recursos necessários. Devem prever ainda situações em que nem mesmo o usuário sabe, com clareza, suas demandas de informação.

Nessa perspectiva, é pertinente apresentar a classificação de Barreto (1999) sobre as demandas de informação:

- A demanda básica, que diz respeito às principais necessidades de informação do cidadão, justificada pelas necessidades básicas do indivíduo, tais como: habitação, alimentação, vestuário, saúde e instrução;
- A demanda contextual, referente às informações necessárias para que a pessoa permaneça e se mantenha em seu ambiente de relação profissional, social, econômica e política;
- A demanda reflexiva, acerca da informação direcionada ao pensar, inovar, criar e reelaborar a informação em uma nova informação.

É importante diferenciar necessidades, desejos, demandas e uso nas investigações de estudos de usuários, porque a identificação de necessidades de informação muitas vezes não é bem clara, podendo estas serem confundidas com desejos e demandas.

Com o intuito de conhecer o usuário e poder atender as necessidades de informação, Roberts (1975) distingue os seguintes conceitos:

- A *necessidade* é o que um indivíduo deve ter por seu trabalho, sua pesquisa, seu aprimoramento, lazer etc. No caso de um pesquisador, a informação necessária é aquela que pode colaborar com sua pesquisa. Pode haver um julgamento implícito na maneira como o termo é usado: a necessidade geralmente é concebida para ascender para fins sérios e não frívolos. No entanto, uma necessidade recreativa pode ser tão necessária quanto uma necessidade educacional; os dois podem estar em conflito, por exemplo, a ficção popular pode ser educacionalmente perigosa. O conceito de necessidade é inseparável dos valores da sociedade. Uma necessidade pode ou não ser identificada como um desejo; uma necessidade identificada para uma pesquisa poderia ser reconhecida como um desejo, enquanto uma necessidade de crescimento pessoal de lazer identificada poderia muito bem estar em conflito com uma vontade expressa. Uma necessidade é uma demanda potencial;
- O *desejo* representa o que o indivíduo gostaria de ter, se o desejo for ou não realmente traduzido em uma demanda em uma biblioteca. O indivíduo pode necessitar de um item que ele não deseja ou desejar um item

que ele não necessita ou mesmo não deveria ter. Um desejo, como uma necessidade, é uma demanda em potencial;

- A *demand*a corresponde ao que o indivíduo pede, solicita; mais precisamente, um pedido para um item de informação que o indivíduo acredita desejar (quando satisfeita, a demanda pode provar ou não ser um desejo depois de tudo). O indivíduo pode demandar informação de que ele não necessita e, certamente, pode ter necessidade e desejo por informação que ele não demanda. A demanda é parcialmente dependente da expectativa, que, por sua vez, depende parcialmente da provisão de uma biblioteca ou dos serviços de informação para satisfazê-la. Uma demanda é um uso em potencial;
- O *uso* é o que o indivíduo utiliza. Um uso pode ser uma demanda satisfeita ou pode ser o resultado de uma leitura casual (*browsing*) ou ocasional (por exemplo, de uma conversa). A informação é reconhecida como uma necessidade ou um desejo quando recebida pelo indivíduo, apesar de não ter sido manifestada como uma demanda. O indivíduo pode utilizar somente o que está disponível, portanto, o uso é fortemente dependente da provisão e acessibilidade da biblioteca e dos serviços de informação. Geralmente, o uso representa uma necessidade de algum tipo, apesar de uma necessidade poder estar em conflito com outra (da mesma maneira que o uso de heroína pode representar uma necessidade psicológica, embora seja psicologicamente prejudicial). Usos podem ser indicadores parciais de demandas, demandas de desejos e desejos de necessidades. A identificação se torna progressivamente mais difícil, desde o uso real até a identificação de uma necessidade muitas vezes nebulosa e não articulada.

O estudo de usuários permite a obtenção de dados específicos sobre a comunidade a pesquisar, viabilizando a compreensão de fenômenos informacionais, uma vez que esse tipo de estudo é bem amplo e deve ser detalhado para possibilitar uma análise relevante das informações. De fato, “a riqueza da investigação se transforma em algo com o qual é possível elaborar marcos conceitual e teórico que possam conformar modelos que permitam a descrição do fenômeno e prever o que pode acontecer sob certas condições e características”. (CALVA-GONZÁLEZ, 2015, p. 7)

Para satisfazer as necessidades de informação de usuários de bibliotecas é importante compreender que

[...] as necessidades de informação surgem como corolário de um processo básico do cotidiano humano considerando que uma necessidade de informação deve ser pensada indissociavelmente aos contextos da satisfação, de modo que se entenda como processo socialmente construído no âmbito das interferências dos centros de informação e da autonomia dos usuários da informação. (SILVA, J. L. C., 2012, p. 19)

Conforme Hernández Salazar (2019), o usuário da informação pode ser percebido de duas maneiras: primeiro, como um dos elementos do objeto de estudo, ou, segundo, como a representação da totalidade dos usuários. No contexto das Bibliotecas Universitárias, foco deste estudo, deve-se atender a demanda de informação da comunidade para, dessa forma, conhecer os tipos de usuários.

Garcez e Rados (2002) classificam os usuários de bibliotecas acadêmicas como:

- O *usuário presencial*, que se refere aos pesquisadores, alunos e professores de instituições de ensino, que podem ser intermediados ou não pelos gerenciadores da informação na busca de informação, e que estão geograficamente próximos à sede física da biblioteca;
- O *usuário off campus*, professores, alunos e pesquisadores que se encontram distantes geograficamente das bibliotecas, mas estão inseridos nos programas de ensino, pesquisa e extensão das instituições educacionais, e que também podem ou não ser intermediados pelos gerenciadores da informação;
- O *usuário remoto*, composto por pesquisadores e profissionais liberais que podem ter ou não vinculação com a instituição provedora, cujo contato pode ser virtualmente, como por exemplo correio eletrônico, telefone e fax;
- As *bibliotecas participantes e cooperantes*, também usuárias e que prestam atendimento, simultaneamente, tanto a seus usuários locais, *off campus* e remotos, bem como às bibliotecas que participam de sistemas

de rede. O processo de acesso à informação para as bibliotecas participantes e cooperantes: as bibliotecas participantes utilizam e disseminam os serviços prestados pelas bibliotecas provedoras das redes e as cooperantes alimentam essas bases. Estas últimas gozam de vantagens competitivas em relação à primeira, como treinamentos, pagamento reduzido pelos serviços oferecidos pela provedora, entre outras.

Conhecer a comunidade de usuários da Biblioteca Universitária não é conhecer quantos alunos, professores, estudantes de doutorado etc., mas sim ter o perfil dos usuários, contemplando suas necessidades de informação, comportamento na busca de informações e o nível de satisfação dessas necessidades de informação. (CALVA-GONZÁLEZ, 2016)

A identificação ou classificação dos usuários é necessária para que os serviços de informação sejam direcionados para cada público específico. Assim, vale ressaltar que o estudo de uso e de usuários dos serviços de informação da Biblioteca Universitária precisa estar alinhado ao planejamento da instituição.

Carvalho (2008, p. 126) alerta sobre a importância do estudo de usuário nas Bibliotecas Universitárias para direcionar as ações de educação de usuários e, assim, facilitar o alcance do papel social do bibliotecário:

Os gestores das Bibliotecas Universitárias brasileiras reconheciam o papel do bibliotecário como agente social, responsável por ensinar as competências em informação. Contudo, a realização de atividades que demonstrem efetivamente o desempenho do bibliotecário como agente social deixam a desejar. Para a mudança desse contexto, há que se planejar, minuciosamente, como realizar estudos de usuários, já que é por meio desses estudos que poderão ser obtidas as repostas, como feedback para orientar o planejamento bibliotecário.

Para melhorar o serviço de informação bibliográfica e de formação de usuários da Universidade de Murcia na Espanha, Abascal (2002) estabelece critérios para um estudo de usuários da seguinte forma:

- A identificação dos objetivos do estudo;
- As análises da informação que será necessário obter;

- A compilação da informação disponível e desenho de um modelo de coleta de dados: um questionário estruturado de perguntas fechadas, por exemplo;
- A identificação da população objeto do estudo e seleção da amostra adequada;
- O planejamento da coleta de dados (aspectos temporais e materiais necessários);
- A realização de um estudo piloto para comprovar e corrigir possíveis problemas;
- A obtenção da informação;
- As análises dos resultados para extrair conclusões;
- A elaboração de um relatório que permita a adoção de medidas concretas na biblioteca.

Os estudos de usuários possuem metodologias complexas, de modo a conhecer com profundidade as dimensões das necessidades, desejos e demandas por informação dos usuários.

Entende-se ainda que os estudos de usuários são uma das principais estruturas para consolidação de uma percepção científico-cognitiva da Biblioteconomia: científica porque pensa o usuário como instrumento ontológico e dinâmico que utiliza serviços de informação das bibliotecas a fim de se apropriar de um sentido de informação e, por conseguinte, suprir suas necessidades; cognitiva porque, a partir dessa apropriação de informação, é possível que o usuário construa conhecimento de forma mais efetiva e sólida. (SILVA, J. L. C., 2013, p. 12)

Ainda que seja consenso que o usuário é a razão de todo o serviço de informação, os estudos a este respeito devem ser aprofundados. Para mudar este cenário, em junho de 2017, o Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará realizou o primeiro Encontro Internacional de Estudos de Usos e Usuários da Informação, que mobilizou pesquisadores e reforçou a necessidade e interesse sobre o estudo em Ciência da Informação sobre a temática do usuário na atualidade.

[...] estudar usuários de informação reclama a recuperação de modelos de comportamentos enquadrados por pesquisadores preocupados com a citada temática, assim como associá-la às investigações empíricas para conferir a confiabilidade e a efetividade das estruturas aventadas em diagramas representacionais. Os eventos científicos constituíram (e constituem) o alicerce indispensável à maturação das pesquisas científicas pautadas no comportamento informacional dos usuários. (SANTOS, 2017, p. 61)

Nessa perspectiva, considera-se relevante desenvolver estudos de usuários nas bibliotecas, pois são “ações de pesquisa e coleta de dados a fim de conhecer as necessidades dos usuários e traduzir tais necessidades em respostas informacionais que possibilitem a disseminação, acesso e uso da informação desejada pelo usuário”. (INOMATA; TREVISOL NETO; ARAÚJO, 2018, p. 35)

Para execução de programas de educação de usuário e de competências em informação, é indispensável conhecer os usuários, tanto do ponto de vista de modelos teóricos, que explicam seu comportamento informativo, quanto do ponto de vista prático, por meio da realização de estudos de usuários.

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

As Bibliotecas Universitárias (BU) exercem um papel importante nas Instituições de Ensino Superior (IES), considerando que elas contêm conhecimento que subsidia as pesquisas no âmbito acadêmico. Nesse sentido, o conceito de Biblioteca Universitária, seja por especialistas seja por redes de bibliotecas, enfatiza que essa unidade de informação deve atender aos objetivos da instituição, nesse caso das IES.

Na década de 1980, Tarapanoff (1982) analisa a Biblioteca Universitária e descreve-a como:

- Uma organização que não possui autonomia;
- Sua principal função é oferecer informação para apoio aos objetivos da universidade;
- Deve ser entendida como um sistema aberto com interações frequentes com o seu ambiente, interno e externo;

- Por ser tratar de uma organização a BU não deve ser considerada autossuficiente ou contida.

A universidade e sua biblioteca têm sido positivamente afetadas por fatores intrínsecos do processo evolutivo da sociedade, educação e tecnologias da informação, as quais exigem que tais instituições educativas redefinam seus modelos, papéis e atividades frente a estas novas demandas. (ALMEIDA, 2014)

Ao atuar com ações de educação de usuários/competência em informação em Bibliotecas Universitárias, o bibliotecário precisa viabilizar o acesso à informação, sobretudo a científica, colaborando para o desenvolvimento de todas as atividades da comunidade acadêmica, bem como a produção do conhecimento. Cunha (2010) considera as Bibliotecas Universitárias organizações complexas, com diversas funções, procedimentos, produtos e serviços que se desenvolveram ao longo de décadas, tendo contudo como objetivo principal proporcionar acesso ao conhecimento, sendo tal acesso responsável por viabilizar aprendizagens, ao longo da vida de docentes, discentes e pesquisadores.

Em 2013, a Rede de Bibliotecas Universitárias da Espanha (Rebiun) redefine o conceito e definição de Biblioteca Universitária como um Centro de Recursos para a Aprendizagem e Investigação (Crai), agora para apoio às tarefas de ensino e aprendizagem e as atividades relacionadas com o funcionamento e gestão da universidade ou instituição em seu conjunto. Ainda conforme a Rebiun, a BU-Crai tem como missão facilitar o acesso à difusão dos recursos de informação e colaborar nos processos de criação do conhecimento, a fim de contribuir com a consecução dos objetivos das universidades/instituições, realizando as atividades de forma sustentável e socialmente responsável.

A Biblioteca Universitária é um dos órgãos da IES, que tem por objetivo apoiar a instituição a cumprir a sua missão e funções e busca atender a demanda por informação da comunidade acadêmica. É considerada também como

Um suporte informacional da comunidade acadêmica que contribui com os pesquisadores, professores e alunos, através de projetos de extensão e a produção de trabalhos acadêmicos, como por exemplo, monografias, dissertações e teses. Toda a produção científica gerada na universidade pública ou privada, encontra, na Biblioteca Universitária meios informacionais que possibilitam pesquisas e projetos,

ou seja, uma guardiã e disseminadora do conhecimento acadêmico em toda a sua amplitude. (SILVA, F. M. A., 2010, p. 30)

Sendo assim, a Biblioteca Universitária constitui elo para o acesso às informações científicas, auxiliando a universidade na realização de sua função social, fundamentada na formação de cidadãos com habilidades argumentativas e pensamento crítico, bem como a produção de conhecimentos. É uma das manifestações de maior significado no avanço cultural de um país na preservação e transmissão do conhecimento. (NAVARRETE, 2017)

Nessa perspectiva, Urra (2013) afirma que a universidade e a biblioteca são as entidades com mais prestígio e experiência comprovada na aplicação do conhecimento, razão pela qual constituem um elemento importante para a apropriação de informações.

Nesse contexto, podemos considerar como objetivos da Biblioteca Universitária (LÓPEZ-GIJÓN et al., 2006):

- Integrar serviços que ofereçam suporte à informação;
- Integrar recursos e serviços universitários;
- Dinamizar o ensino e a aprendizagem;
- Organizar e gerenciar a informação docente;
- Desenvolver cursos para a competência em informação;
- Avaliar os recursos de informação.

As Bibliotecas Universitárias contêm numerosa informação científica, porque sua organização e gestão adequadas favorecem o acesso ao conhecimento, promovendo o desenvolvimento da comunidade acadêmica.

As BU trabalham com um grande volume de informações, sendo este o produto que oferece a seus usuários. Tais bibliotecas são responsáveis por fornecer informações e subsídios à pesquisa e formação de alunos, docentes e pesquisadores em geral e por este motivo o ciclo das informações ultrapassa os limites físicos da universidade. (SILVA; BELLUZZO, 2017)

Conforme Barbosa e Franklin (2011), a biblioteca, os arquivos, os centros de documentação, ou seja, as unidades de informação, tanto bibliográfica como documentária, como se convencionou chamar nos currículos acadêmicos no Brasil, são organizações que prestam serviços, dessa forma estão submetidas às regras da aceitação social, assim sua permanência no ambiente produtivo é regulada por meio da demanda social, já que produzem serviços e produtos direcionados ao bem-estar da sociedade.

As Bibliotecas Universitárias devem estar envolvidas, com crescente intensidade, em todos os processos universitários, como uma instituição social que responde à constante expansão no uso da informação, à crescente e contínua geração de conhecimento e à introdução de Tecnologias da Informação (TIC) como ferramentas básicas de trabalho, de acordo com as características essenciais da sociedade da informação e do conhecimento. (CARABALLOSO-GRANADO; ROMERO-ROMERO; CASTRO-RODRÍGUEZ, 2019)

A preocupação em satisfazer da melhor forma possível as necessidades do usuário de uma unidade de informação desenvolve práticas de gestão e estratégias que atendam a demanda informacional nessas unidades. Para Barbosa e Franklin (2011), as unidades documentárias, assim como ocorre em todas as organizações, devem ser geridas com o objetivo de atender as necessidades de seus usuários, na identificação de requisitos de qualidade dos produtos ou serviços, na definição de um planejamento para que seja alcançado um padrão e na busca pela melhoria contínua dos aspectos para a satisfação dos usuários e para a eficácia da organização.

Contudo, para Urra (2013), a biblioteca enfrenta novos desafios, não só em termos de gestão de informações de todos os tipos, mas também com a adaptação de seus serviços mais tradicionais às demandas da nova sociedade, estando hoje fundamentalmente ligada ao direito de todos os cidadãos a acessar a informação e ser educado para tal.

O bibliotecário, como profissional da informação que atua na Biblioteca Universitária, precisa ter habilidades para trabalhar com as atuais tecnologias de informação e comunicação, para oferecer ao usuário serviços que atendam sua necessidade de informação. Assim, Silveira (2014) afirma que o bibliotecário é muito importante para o processo de transformação, no qual as Bibliotecas Universitárias precisam se adequar a essa nova sociedade, pois

é o profissional que vai assegurar ao usuário possibilidades de criação e pesquisa, bem como a melhoria dos serviços.

A conscientização sobre a importância do programa de competência informacional é fundamental nas universidades, que contam com apoio institucional, e principalmente naquelas que ainda precisam motivar os órgãos dirigentes e demais instâncias da comunidade universitária sobre os benefícios da educação para o desenvolvimento de competências informacionais, por meio do currículo acadêmico. (ALMEIDA, 2014)

CONCLUSÃO

Pretendeu-se, com este trabalho, traçar um panorama teórico sobre estudos de usuários em bibliotecas acadêmicas, ressaltando sua relevância para a formalização e implementação de programas com variadas naturezas de ensino sobre processos de busca e uso de informação. Das formas mais simples da tradicional educação de usuários, orientação ao leitor no serviço de referência, aos mais avançados treinamentos para desenvolvimento de competências em informação, é essencial conhecer o perfil do participante, suas necessidades, desejos, demandas, práticas e comportamentos informacionais.

A essencialidade do estudo de usuários não se limita à realização de atividades de aprendizagem informacional, pois é basilar desde o processo de criação até na oferta de qualquer produto/serviço de informação. Realizá-lo de modo contínuo e sistemático demanda visão estratégica e interdisciplinar dos profissionais de informação, os quais podem se beneficiar do avanço teórico e instrumental da Ciência da Informação, disciplina que congrega, em variados estudos já realizados, conhecimentos da tradicional Biblioteconomia e áreas afins, como a Psicologia, Tecnologia de Informação e Comunicação, Ciência Cognitiva e Ciências Administrativas.

No âmbito brasileiro, a atenção para o usuário e o desenvolvimento de suas capacidades informacionais ainda é, em muitos casos da prática bibliotecária, inexistente ou não atende plenamente os parâmetros preconizados pela literatura especializada. Resultados preliminares de pesquisa de doutorado em andamento sugerem o oferecimento de ações educacionais em bibliotecas acadêmicas de modo improvisado ou sem o devido planejamento. Dentre elas, o essencial estudo de usuários, fato que coloca em risco

a efetividade dos treinamentos oferecidos e, conseqüentemente, dificulta o alcance da responsabilidade social da função educacional contemporânea, que é o desenvolvimento de comunidades competentes em informação.

REFERÊNCIAS

- ABASCAL, R. G. *La información bibliográfica en la universidad de Murcia: elaboración de un plan de formación de usuarios*. Murcia: Universidad de Murcia, 2002.
- ALMEIDA, M. G. G. *La integración de la alfabetización informacional (ALFIN) en la formación del estudiante universitario: análisis de iniciativas en Brasil y España*. 2014. Tese (Doutorado em Biblioteconomia) – Universidad Carlos III de Madrid, Getafe, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3uRcNuj>. Acesso em: 21. abr. 2022.
- BARBOSA, M. L. A.; FRANKLIN, S. Controle, avaliação e qualidade de serviços em unidades de informação. In: LUBISCO, N. M. L. (org.). *Biblioteca universitária: elementos para o planejamento, avaliação e gestão*. Salvador: Edufba, 2011. p. 93-138.
- BARRETO, A. A. A oferta e a demanda da informação: condições técnicas, econômicas e políticas. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 28, n. 2, p. 1-6, maio 1999.
- BORKO, H. Information science: what is it? *American Documentation*, Leesburg, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968.
- BRIET, S. *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: Édit, 1951. Disponível em: <https://bit.ly/3vruq2T>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- CALVA-GONZALEZ, J. J. C. Prefácio. In: CUNHA, M. B.; AMARAL, S. A.; DANTAS, E. B. *Manual de estudo de usuários da informação*. São Paulo: Atlas, 2015. p. vii-x.
- CARABALOSO-GRANADO, K.; ROMERO-ROMERO, O.; CASTRO-RODRÍGUEZ, M. E. Uso de herramientas de gestión de información en bibliotecas universitarias, efecto en la actividad científica: estudio de caso. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, Medellín, v. 42, n. 2, p. 141-157, abr. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3rCGixV>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- CARDOSO, A. M. P. Pós-modernidade e informação: conceitos complementares? *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 63-79, jan./jun. 1996.
- CARVALHO, F. C. *Educação e estudos de usuários em Bibliotecas Universitárias brasileiras: abordagem centrada nas competências em informação*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

CUNHA, M. B. A Biblioteca Universitária na encruzilhada. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 6, p. A07, dez. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3JS4DpQ>. Acesso em: 21 abr. 2022.

CUNHA, M. B.; AMARAL, S. A.; DANTAS, E. B. *Manual de estudo de usuários da informação*. São Paulo: Atlas, 2015.

CUNHA, M. B. Metodologias para estudo de usuários de informação científica e tecnológica. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, DF, v. 10, n. 2, p. 5-19, jul./dez. 1982.

FIGUEIREDO, N. M. *Estudos de uso e usuário da informação*. Brasília, DF: IBICT, 1994.

GARCEZ, E. M. S.; RADOS, G. J. V. Biblioteca híbrida: um novo enfoque no suporte à educação a distância. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 31, n. 2, p. 44-51, ago. 2002.

HERNÁNDEZ-SALAZAR, P. Aproximaciones paradigmáticas para estudiar. In: TORRES VARGAS, G. A. (coord.). *Estudios de la Información: teoría, metodología y práctica*. Ciudad de México, DF: Unam, 2019. p. 145-159.

INOMATA, D. O.; TREVISOL NETO, O.; ARAÚJO, W. C. O. *Estudo de usuário*. Chapecó: Argos, 2018.

LÓPEZ GIJÓN, J. *et al.* La biblioteca universitaria como apoyo al aprendizaje en el espacio europeo de enseñanza superior. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 3, n. 11, p. 63-68, 2006. Suplemento. Disponível em: <https://bit.ly/3JMLfKZ>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MOREIRO-GONZÁLEZ, J. A. Prefácio: el compromiso de las bibliotecas en la capacitación informativa de sus usuarios. In: ALVES, F. M. M. A.; CORRÊA, E. C. D.; LUCAS, E. R. O. *Competência em informação: políticas públicas, teoria e prática*. Salvador: Edufba, 2016. p. 9-12.

NAVARETE, A. O. Centro de recursos para el Aprendizaje y la Investigación (CRAI): entorno dinámico de servicios. *Bibliotecas y Archivos: Órgano de la Escuela Nacional de Biblioteconomía y Archivonomía*, Ciudad de México, DF, v. 2, n. 4, p. 16-29, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3uQ1SRG>. Acesso em: 21 abr. 2022.

ROBERTS, N. Draft definitions: information and library needs, wants, demands and uses: a comment. *Aslib Proceedings*, London, v. 27, n. 7, p. 308-313, jul. 1975.

SANTOS, J. C. S. *A informação em instituições políticas: modelo de comportamento informacional de assessorias parlamentares*. Curitiba: CRV, 2017.

SANZ-CASADO, E. *Manual de estudio de usuarios*. Madrid: Fundacion German Sanchez Ruiperez, 1994.

SILVA, F. M. A. *Serviços informacionais via web: conjuntura atual da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SILVA, J. L. C. Necessidades de informação e satisfação do usuário: algumas considerações no âmbito dos usuários de informação. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 102-123, jul./dez. 2012.

SILVA, J. L. C. Normatividade, tecnicidade e/ou cientificidade da biblioteconomia. *Transinformação*, Campinas, v. 25, n. 1, p. 5-17, abr. 2013.

SILVEIRA, N. F. Evolução das Bibliotecas Universitárias: information commons. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, v. 19, n. 1, p. 69-76, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3jQEYDk>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SMIT, J. W. *Desafios da ciência da informação na contemporaneidade*. Aula inaugural UFBA, mar, 2004.

TARAPANOFF, K. A Biblioteca Universitária vista como uma organização social. *Estudos Avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 73-92, 1982. Disponível em: <https://bit.ly/3uUicMm>. Acesso em: 21 abr. 2022.

URRA, C. V. Sociedad de la información, alfabetización em información y cambio de rol de la Biblioteca Universitária. *Estudios Hemisfericos y Polares*, Santiago, v. 4, n. 4, p. 323-336, out./dez. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3xDVqPj>. Acesso em: 21 abr. 2022.

A EVASÃO NO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Camila Ferreira Campos
Fernanda Maria Melo Alves

INTRODUÇÃO

O relatório “Educação, um tesouro a descobrir”, elaborado pela Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (UNESCO, 2008, p. 11), conhecido como Relatório Jacques Delors, observa que,

Ante os múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social. [...] a Comissão faz, pois, questão de afirmar a sua fé no papel essencial da educação no desenvolvimento contínuo, tanto das pessoas como das sociedades. [...] como uma via que conduza a um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras [...].

Segundo o documento, o insucesso escolar atinge todas as categorias sociais, em especial os jovens oriundos de contextos desfavorecidos, e se apresenta de diversas formas: sucessivas repetências, marginalização para cursos sem perspectivas reais e abandono escolar sem qualificações nem competências reconhecidas. O insucesso escolar é uma falha que se reflete no plano moral, humano e social, e é, muitas vezes, gerador de situações de exclusão, que marcam os jovens para toda a vida.

Por ser impossível abarcar o fenômeno do insucesso escolar em todos seus aspectos, limitamos este estudo à evasão dos estudantes universitários do curso de Biblioteconomia e Documentação do Instituto de Ciência de Informação da Universidade Federal da Bahia (ICI-UFBA), por ser um fenômeno que preocupa a comunidade acadêmica e profissional e a sociedade em geral.

Esperamos que os resultados alcançados possam contribuir para a reflexão sobre este tema na instituição abrangida por este estudo e em outras instituições de ensino superior do Brasil e para a elaboração e aplicação de políticas e estratégias preventivas para minimizá-lo.

O CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E O INSTITUTO DE CIÊNCIA DE INFORMAÇÃO

Para sintetizar a cronologia da Biblioteconomia na Bahia, seguimos Barreto e Barreira (2008). Esta área do conhecimento foi fundada na Bahia em 1942, por uma engenheira, Bernadette Sinay, antiga responsável pela biblioteca da Escola Politécnica. Para exercer tal atividade, o então secretário encaminhou-a ao Rio de Janeiro para que se qualificasse em Biblioteconomia no curso do extinto Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), na Biblioteca Nacional. Ao retornar a Salvador, ela ministra o primeiro curso na biblioteca da Escola da Politécnica, em 1942. A referida bibliotecária continuou se especializando, em 1944 em São Paulo, na Escola de Sociologia e Política, tendo lecionado o segundo curso de Biblioteconomia no Instituto Geográfico e Histórico.

As autoras referem que o curso de Biblioteconomia na Bahia (EBD/UFBA), passou por várias escolas da UFBA, até ser fundada a Escola de Biblioteconomia e Comunicação, atual Instituto de Ciência da Informação (ICI), em 1954, através de um convênio que trouxe novas perspectivas para a área e seus profissionais, dando-lhes maior visibilidade na sociedade baiana.

Para o fortalecimento da área, a EBD instalou, em 1995, o mestrado em Informação Estratégica, num processo compatível com o atual MINTER, em convênio com a Universidade de Brasília (UnB), alcançando, desse modo, novo patamar acadêmico: a pós-graduação *stricto sensu*. O curso foi iniciado com a participação de docentes doutores da UnB e alguns poucos doutores de outras unidades de ensino da UFBA, a exemplo das Faculdades de Administração, Economia, Educação, entre outras.

Com a instauração do Instituto de Ciência da Informação (ICI), em 1998, em substituição da EBD, pretendeu-se oferecer respostas às questões emergentes sobre este ramo do conhecimento, contribuindo com estudos e pesquisas sobre renovados conteúdos programáticos e com a formação de pessoas para atender a demanda da sociedade por profissionais orientados pelas visões, conceitos e o papel proeminente da informação, como elemento agregador de valor econômico e fator de desenvolvimento organizacional e social.

Neste sentido, consolidou e ampliou a estrutura e a lógica que vinha sendo concebida pela antiga EBD, com a reformulação do curso de Biblioteconomia e Documentação, em 1996, a criação do curso de Arquivologia, em 1998, e a implantação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), no mesmo ano. O fortalecimento e a maturidade institucional se marcaram na oferta do mestrado em Ciência da Informação em 2001 e o doutoramento em Ciência da Informação em 2011.

Para que a Biblioteconomia seja hoje reconhecida como área relevante e imprescindível, e devido às mudanças sociais que se sucederam, foi necessário ultrapassar muitos desafios, principalmente com a colaboração de mentes entusiastas e idealistas, como a do reitor Edgard Santos, a do Secretário de Educação, prof. Anísio Teixeira e numerosos professores e bibliotecários.

Em março de 2012, comemoraram-se os 70 anos do curso de Biblioteconomia na Bahia no Instituto de Ciência da Informação da UFBA. Nesta mesma data, comemoraram-se também os 50 anos de reconhecimento da profissão bibliotecário no Brasil, que, de acordo com a Lei nº 4.084 de 1962, decretada pelo Congresso Nacional, atribui ao bibliotecário a designação de profissional liberal, cujo exercício profissional foi permitido aos bacharéis em instituições regulamentadas de ensino superior e consorciadas no Ministério da Educação.

O *site* institucional do ICI se refere à função social da biblioteca e explica as funções que um bibliotecário deve exercer, a saber:

- Auxiliar, direta ou indiretamente, os usuários potenciais e reais da informação sociocultural econômica, científica e/ou técnica dos centros e serviços bibliográficos e referenciais;
- Atender as tendências presentes e futuras do mercado de trabalho no que se refere ao planejamento, instalação, direção e execução dos serviços bibliográficos e documentários;

- Reunir e organizar a informação de modo que seja proporcionado um serviço ótimo aos estudantes, pesquisadores, docentes e ao público em geral;
- Atuar como um agente de transformação e desenvolvimento na comunidade, tendo-se em vista que a informação é uma fonte de inesgotável energia;
- Conhecer os métodos e técnicas para recuperar e avaliar a informação, estabelecendo o nível de interesse do usuário;
- Identificar e analisar problemas afetos à Biblioteconomia, a fim de atender as demandas e necessidades de leitura, ensino, aprendizagem, pesquisa e informação de diferentes grupos sociais, econômicos e culturais.

Para que o bibliotecário possa cumprir tais funções, o ICI desenhou um Curso de Biblioteconomia, sediado no Instituto de Ciência da Informação da UFBA, com a duração mínima de oito semestres e máxima de 14 semestres, composto por disciplinas obrigatórias e optativas, que termina com um estágio em instituição de informação e na elaboração, apresentação e defesa de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Embora não seja o objetivo deste estudo, as disciplinas do Curso de Biblioteconomia na Bahia da UFBA necessitam ser revistas para atualizar os respectivos conteúdos pragmáticos, de modo a preparar os futuros bibliotecários para exercerem novas funções e adquirirem novas competências, habilidades e atitudes no atual contexto digital, tendo em vista as novas necessidades dos usuários das bibliotecas.

A EVASÃO NO CONTEXTO ACADÊMICO

A evasão é um problema comum nas instituições de ensino superior, a nível global e nacional, que afeta os resultados dos sistemas educativos.

Segundo Gaioso (2005), a evasão é um fenômeno social complexo, definido como a interrupção no ciclo de estudo. Entendida como a perda de alunos nos diversos níveis de ensino, a evasão gera consequências sociais, acadêmicas e econômicas, afetando o desenvolvimento humano de todas as nações.

Na investigação realizada em âmbito nacional, Morosini (2012) afirma que a maioria dos estudos sobre evasão se refere à educação básica, sendo ainda escassos os realizados sobre a temática na educação superior. Apesar da evasão discente ter importantes dimensões, no Brasil ainda há poucos

estudos sobre suas características (CAMPELLO; LINS, 2008; HUTZ; BARDAGI, 2009), diferentemente do que acontece nos países desenvolvidos, em que são inúmeros e sistemáticos. (LOBO, 2012)

As primeiras discussões sistemáticas sobre evasão no ensino superior foram publicadas num estudo da Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, promovido pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto (SESU/MEC), em que se define a evasão como “a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo”. (BRASIL, 1996, p. 15)

A propósito da evasão do ensino superior, Lobo (2012) refere que é preciso ter clareza e explicitar de qual evasão estamos falando, pois podemos diferenciar pelo menos três tipos, a evasão do curso, a evasão das Instituições de Ensino Superior (IES) e a evasão do sistema, todas derivadas de diferentes cálculos da evasão dos alunos, e que apresentam diferenças:

- Evasão do curso: é aquela em que o aluno deixa um curso por qualquer razão: muda de curso, mas permanece na IES, muda para outro curso de outra IES ou abandona os estudos universitários;
- Evasão da IES: trata-se da evasão na qual o aluno deixa a IES, mas não deixa o Sistema de Ensino Superior (ou seja, muda de instituição);
- Evasão do sistema: é aquela em que o aluno deixa de estudar e abandona o sistema de ensino, ou seja, não se encontra mais estudando em nenhuma IES de qualquer tipo no sistema estudado.

A evasão de um curso é uma situação que está aumentando e se tornando comum, não podendo ser justificada apenas por um componente, pelo que um conjunto de fatores interfere na permanência ou não do estudante na educação superior, sendo difícil sua compreensão e análise devido à complexidade e às múltiplas dimensões envolvidas.

Os motivos que podem levar o estudante a evadir um curso podem ser diversos e estarem relacionados ao próprio universo discente, como imaturidade, desconhecimento ou insuficiência de informações sobre o curso, dificuldade de adaptação ao meio acadêmico, problemas financeiros, familiares, insatisfação com o sistema de ensino ou descontentamento com a profissão escolhida. (RIBEIRO, 2005)

Ambiel (2015) destaca que os elementos componentes que determinam a evasão podem estar relacionados a diferentes motivos, a saber:

- Os institucionais (qualidade do corpo docente, serviços de infraestrutura);
- Os pessoais e vocacionais (dúvida em relação à escolha da profissão, vocação, problemas de saúde);
- Os relacionados à falta de suporte (dificuldades de ordem financeira e outras relacionadas à carreira, como o salário e o mercado);
- Os vinculados ao desempenho acadêmico (baixo desempenho nas disciplinas);
- Os interpessoais (dificuldade para se relacionar com colegas, professores e gestores);
- Os referentes à autonomia (assumir responsabilidade de morar sozinho).

O Instituto Lobo para o Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia tem sido considerado uma referência no tratamento da evasão no ensino superior brasileiro, devido à publicação de artigos, inclusive em revistas indexadas sobre o tema, às inúmeras citações de seus artigos e aos textos divulgados em jornais de grande circulação, bem como à lecionação de cursos e às consultorias efetuadas. Mesmo depois do encerramento das atividades do referido instituto no Brasil, sediado agora nos EUA, ainda recebe inúmeras consultas, solicitando orientação bibliográfica e metodológica, e atualização dos dados publicados. (SILVA FILHO, 2017) O último relatório sobre o Brasil traz algumas informações sobre evasão do período entre 2011 e 2015, consideradas relevantes para esta pesquisa:

- Não houve muitas alterações nos últimos dez anos, isto é, não se venceu a luta contra a evasão, continuando o país acima de 20%, o que é muito!;
- Os cursos à distância apresentam evasão maior que os presenciais, fato internacionalmente reconhecido, mas que não invalida a importância crescente dessa modalidade de ensino, principalmente se combinada com algumas atividades presenciais, ou seja, na modalidade híbrida;
- As taxas de evasão vêm se mantendo aproximadamente constantes nos últimos 15 anos, com pequenas variações de ano para ano, ficando

aproximadamente em 22%, sendo menor para o setor público e maior para o privado.

O documento apresenta a evasão entre 2001 e 2015, representada na Tabela 1:

Tabela 1 – Evasão anual, 2011 a 2015

	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	Média	Tendência
Bacharelado	23%	22%	22%	22%	22%	estável
Distância	28%	34%	35%	39%	34%	crescente
Pública	31%	36%	37%	41%	36%	estável
Privada	12%	15%	19%	16%	16%	estável
Presencial	22%	21%	21%	21%	21%	estável
Pública	24%	23%	24%	23%	24%	estável
Privada	17%	13%	13%	12%	14%	estável
Licenciatura	22%	21%	23%	25%	23%	estável
Distância	25%	24%	31%	33%	28%	crescente
Pública	27%	26%	20%	40%	28%	oscilante
Privada	20%	18%	22%	21%	20%	crescente
Presencial	20%	19%	20%	20%	20%	estável
Pública	23%	23%	25%	23%	24%	estável
Privada	18%	16%	15%	16%	16%	estável
Licenciatura	42%	37%	43%	40%	41%	estável
Distância	49%	41%	51%	49%	48%	estável
Pública	50%	42%	52%	50%	48%	estável
Privada	36%	34%	28%	26%	31%	decrecente
Presencial	40%	35%	38%	34%	37%	oscilante
Pública	43%	38%	41%	36%	39%	oscilante
Privada	27%	25%	25%	29%	27%	estável

Fonte: Instituto Lobo (2017).

Silva Filho e demais autores (2007), que utilizaram as bases de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), mostram que a evasão nos cursos superiores do Brasil não difere muito das médias internacionais e que varia bastante por dependência administrativa (pública ou privada), região e curso. Por outro lado, verifica-se, em todo o mundo, que a taxa de evasão no primeiro ano de curso é de 2 a 3 vezes maiores do que a dos anos seguintes.

Com base na pesquisa supracitada, a evasão estudantil deve ser entendida sob dois aspectos similares, mas não idênticos:

- A evasão anual média, que mede a percentagem de alunos matriculados em um sistema de ensino, em uma IES ou em um curso que, não tendo se formado, também não se matriculou no ano seguinte (ou no semestre seguinte, se o objetivo for acompanhar o que acontece em cursos semestrais). Por exemplo, se uma IES tivesse 100 alunos matriculados em certo curso que poderiam renovar suas matrículas no ano seguinte, mas somente 80 o fizessem, a evasão anual média no curso seria de 20%;
- A evasão total, que mede o número de alunos que, tendo entrado num determinado curso, IES ou sistema de ensino, não obteve o diploma ao final de um certo número de anos. É o complemento do que se chama índice de titulação. Por exemplo, se 100 estudantes entraram em um curso em um determinado ano e 54 se formaram, o índice de titulação é de 54% e a evasão nesse curso é de 46%.

Na avaliação dos alunos de graduação, entre 2010 e 2014, os dados divulgados pelo Inep (2015) revelam um acréscimo desordenado na taxa de desistência do curso. Em 2010, 11,4% dos alunos abandonaram o curso para o qual foram admitidos, enquanto em 2014 esse número chegou a 49%.

Apesar do aumento de ingressantes no ensino superior, os dados do relatório *Education at a Glance 2017*, publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra que apenas 15% dos estudantes brasileiros entre 25 e 34 anos estão no ensino superior, em comparação aos 37% na OCDE, 21% na Argentina e 22% no Chile e na Colômbia (2017).

O estudo do Instituto Lobo/Lobo & Associados Consultoria (LOBO, 2012, p. 18) levantou as causas mais frequentes da evasão nas IES em outros países. É importante compará-las aos de cada IES para definir quais seriam as principais causas:

- A inadaptação do ingressante ao estilo do ensino superior e falta de maturidade;
- A formação básica deficiente;
- A dificuldade financeira;
- A irritação com a precariedade dos serviços oferecidos pela IES;
- A decepção com a pouca motivação e atenção dos professores;
- As dificuldades com transporte, alimentação e ambientação na IES;
- A mudança de curso;
- A mudança de residência.

Cunha e Morosini (2013) levantaram as teses e dissertações produzidas no período entre 2005 e 2010, disponíveis no Portal de Periódicos da Capes, e evidenciaram alguns aspectos sobre a evasão ou abandono na educação superior, elencando as principais causas em três grupos: pessoais, institucionais e gerais.

Nas causas do primeiro grupo, denominadas pessoais, são predominantes:

- A escolha inadequada da carreira acadêmica;
- A falta de orientação vocacional;
- A definição de curso de ingresso;
- A fragilidade na escolha inicial;
- As expectativas irrealistas sobre a carreira;
- A falta de perspectivas de trabalho;
- As dificuldades pessoais na adaptação ou envolvimento com o curso escolhido.

No segundo grupo predominam as causas institucionais, dentre elas:

- A localização da instituição;
- Os problemas estruturais no curso;
- A ausência de laços afetivos com a instituição.

Por fim, o terceiro grupo relaciona as causas gerais, como:

- As deficiências acumuladas na educação básica que levam a baixos resultados e repetidas reprovações em disciplinas;
- As dificuldades em acompanhar o curso;
- A opção por outros rumos;
- A desmotivação;
- O rebaixamento da autoestima;
- As razões econômicas (condições relacionadas ao trabalho e às condições financeiras).

É recorrente o discurso dos estudiosos do acesso à educação superior de que “a desigualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior é construída de forma contínua e durante toda a história escolar dos candidatos”. (ZAGO, 2006, p. 230) Este fato explica a recorrência do abandono, em sua grande maioria por alunos oriundos de escolas públicas, em que está patente a precariedade do ensino. Assim, candidatos provenientes das camadas mais populares e sem recursos suficientes para continuar nos cursos para os quais foram aprovados em processos seletivos, seriam potenciais candidatos à evasão/abandono escolar. (CUNHA; MOROSINI, 2013)

Convém prestar especial atenção aos alunos considerados retidos, pois estes podem ser vistos como potenciais evadidos, que representam um custo para as IES, especialmente públicas, e para a sociedade. Segundo Cesarino (1987, p. 161),

[...] a retenção traz consigo problemas pedagógicos e administrativos. Do ponto de vista pedagógico, o aluno perde a visão do

conhecimento integrado que o currículo padrão pretende garantir. A visão da área profissional, adquirida através de um processo de formação fragmentado e algumas vezes bastante distanciado no tempo, pode levar a distorções na aquisição do conhecimento. Do ponto de vista administrativo, lida-se com a dificuldade de previsão de número de alunos por turma, turmas excessivamente grandes, turmas heterogêneas etc.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza básica, que se caracteriza por ser um tipo de estudo sistemático, motivado pela curiosidade intelectual. (ZANELLA, 2009) No que se refere aos procedimentos adotados, a pesquisa é bibliográfica e empírica, tendo em vista os objetivos identificados. O universo de pesquisa é o curso de Biblioteconomia e Documentação do Instituto de Ciência de Informação da Universidade Federal da Bahia, espaço educativo que forma futuros profissionais das unidades de informação, que irão proporcionar aos seus usuários serviços informativos que os ajudam a resolver suas necessidades informativas. Do referido universo, selecionou-se da amostra apenas os alunos evadidos do curso, a propósito da qual se definiu o problema: Quais os fatores que motivam o aluno a evadir no curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal da Bahia? Esta pesquisa se caracteriza como aplicada, descritiva e exploratória.

A abordagem é mista, qualitativa e quantitativa, revelando aspectos de um fenômeno social e permitindo uma compreensão do objeto estudado, com a devida contextualização para poder retratar sua complexidade. Os dados obtidos quantitativamente numa fase inicial, a exemplo os resultantes da aplicação de questionário, auxiliam a análise dos resultados, pois têm correlação com os dados qualitativos, propiciando uma análise mais profunda e completa do objeto estudado. (HERNÁNDEZ-SAMPIERI et al., 2010)

A investigação é um estudo de caso, “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p. 22), que permite a familiarização do pesquisador com o universo investigado.

Para a coleta dos dados utilizou-se o questionário, que é útil para conhecer as características ou as opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo (FONSECA, 2002), composto por perguntas fechadas, aplicado aos alunos retidos do curso em análise. Efetuou-se a análise de conteúdo dos dados coletados, selecionando deles a informação pertinente aos objetivos da pesquisa (BARDIN, 2006), seguida da apresentação e discussão dos resultados, terminando com a conclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentam-se e discutem-se os resultados sobre os alunos evadidos, do curso de Biblioteconomia e Documentação do ICI da UFBA, o universo da pesquisa, entre 2008 e 2018, cuja informação foi coletada através do Sistema de Graduação Acadêmica (SIAC), do Núcleo de Estatística e Documentação da UFBA e da aplicação de um questionário.

Os alunos considerados evadidos e encontravam-se desligados do curso por vários motivos e alguns que, por falha no sistema, permaneciam ativos, tendo-se constatado que não realizavam matrícula há mais de quatro semestres. É importante explicitar que a evasão considerada nesse estudo é a evasão do curso, aquela em que o aluno deixa um curso por qualquer razão, muda de curso, mas permanece na IES, muda para outro curso de outra IES ou abandona os estudos universitários. (LOBO, 2012) Neste sentido, cabe evidenciar que para esse estudo também foram considerados evadidos os alunos que estavam sem matrícula ativa há mais de quatro semestres.

Os resultados obtidos através do SIAC mostraram que o número total de alunos considerados evadidos, no período entre 2008 e 2018, foi de 155 e dentre estes, 27 participaram da pesquisa. Durante o período da coleta dos dados, o SIAC apresentou algumas inconsistências sobre a situação dos alunos, tendo a coordenação do curso de Biblioteconomia e Documentação alegado que a ocorrência era devida à transição de sistema, ocorrida em 2019, período coincidente com a coleta de dados para esta investigação. A Tabela 2 expõe os motivos para os desligamentos dos alunos.

Tabela 2 – Alunos evadidos do curso de Biblioteconomia e Documentação do ICI-UFBA, de 2008 a 2017

Motivo do desligamento	Quantidade
Decurso prazo máximo	10
Desistente de curso	42
Mudança de curso	41
Recusa de Matrícula	14
Ativos no sistema, mas não matriculados a mais de quatro semestres	22
Vaga cancelada	26

Fonte: elaboração das autoras a partir dos dados obtidos no SIAC.

Os dados da Tabela 3 foram disponibilizados pelo Núcleo de Estatística e Documentação da UFBA, através de uma solicitação que foi feita em 2018, e mostra o número de egressos do curso em análise, de 2008 a 2017, agrupados por ano e tipo.

Tabela 3 – Alunos egressos do curso de Biblioteconomia e Documentação do ICI-UFBA, de 2008 a 2017

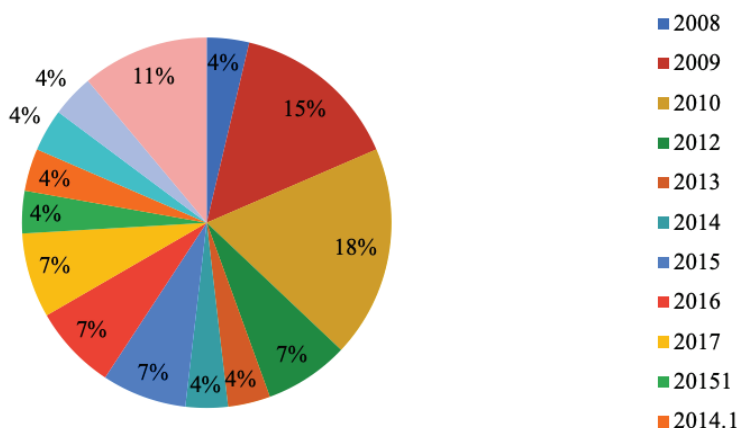
Ano	Diplomados	Transferência Interna/ Mudança de curso	Transferência Externa	Desistências	Recusa de matrícula	Outras formas	Total
2008	56	0	0	1	20	0	77
2009	51	0	0	6	14	1	72
2010	50	1	0	1	2	3	57
2011	33	2	1	0	22	3	61
2012	50	2	0	1	0	2	55
2013	26	0	0	1	0	2	29
2014	37	0	0	2	1	17	57
2015	14	6	0	13	0	6	39
2016	18	11	0	10	0	0	39
2017	10	12	1	5	8	2	38

Fonte: UFBA-SUPAC-SIAC.

De acordo com os dados expostos, a partir do ano de 2013, o número de diplomados caiu consideravelmente, podendo-se atribuir esse fato a diversos motivos, dentre eles a diminuição do número de vagas em concursos públicos e a oferta de baixos salários ao profissional bibliotecário.

A aplicação do questionário permitiu traçar o perfil dos alunos egressos do Curso de Biblioteconomia e Documentação do ICI-UFBA. A amostra se definiu através da técnica não probabilística denominada de amostragem por acessibilidade ou, por conveniência, de se selecionar os elementos a que se tem acesso. (GIL, 2007) A Figura 1 mostra a distribuição dos alunos evadidos pelo ano de ingresso, destacando-se que o maior percentual, 18,52%, são os que ingressaram em 2010.

Figura 1 - Ingresso dos alunos do Curso de Biblioteconomia e Documentação do ICI-UFBA, de 2008 a 2018



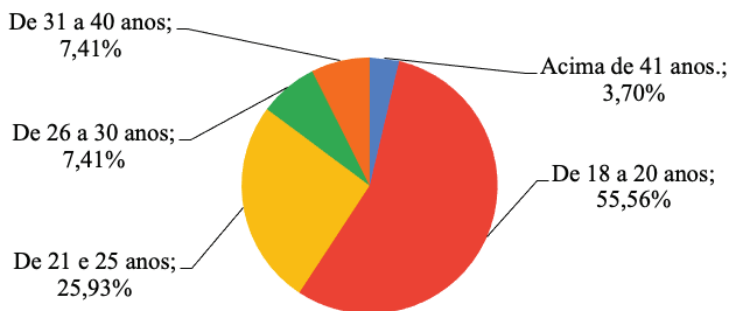
Fonte: elaboração das autoras.

Os dados mostram que os alunos do curso de Biblioteconomia e Documentação dos anos de 2010, 2009 e 2018, são os de maior percentagem, 18%, 14% e 11%, respectivamente. A própria investigadora está integrada no primeiro destes grupos, por também ter ingressado no mesmo curso em 2010, considerando-se que a proximidade com os respondentes facilita a interpretação dos resultados. Aos anos de 2012, 2015, 2016 e 2017 corresponde a mesma percentagem, 7%, e 2008, 2013, 2014, 2015 e 2017 apresentam percentagem menor, de 4%. A heterogeneidade se explica pela oferta de vagas e do interesse de candidatos pelas vagas disponíveis.

De acordo com as hipóteses identificadas na literatura revista, os fatores que levam à evasão podem ser referentes a características individuais dos estudantes, fatores internos às instituições e ao curso, ou a fatores externos às instituições e ao curso.

Para entender as razões que norteiam a evasão discente, esta pesquisa se propôs a traçar o perfil socioeconômico dos respondentes e, nesse intuito, buscaram-se variáveis como idade, gênero, ocupação, estado civil e frequência no ensino médio.

Figura 2 - Idade dos alunos evadidos no ingresso no curso de Biblioteconomia e Documentação do ICI-UFBA



Fonte: elaboração das autoras.

De acordo com a Figura 2, o maior índice de evasão corresponde aos alunos com a faixa etária menor, 55,56%, com idade compreendida entre 18 a 20 anos. A falta de maturidade ou até mesmo a inadaptação do ingressante no ensino superior são algumas das causas deste fenômeno. Entre os alunos com faixa etária maior, o índice é de 7,41% entre os indivíduos de 31 a 41 anos e de 3,70% dos alunos acima de 41 anos. Estes dados podem-se justificar levando em consideração que quanto maior é a idade, maior é também o nível de responsabilidade e compreensão sobre suas necessidades profissionais e sociais. (GAIOSO, 2005; SCHARGEL; SMINK, 2002)

Figura 3 - Gênero dos alunos evadidos do curso de Biblioteconomia e Documentação do ICI-UFBA



Fonte: elaboração das autoras.

No que diz respeito ao gênero, os dados da pesquisa apontam que 67% dos alunos evadidos são do sexo feminino, percentagem que se fundamenta no fato de que só a partir das décadas de 1950 e 1960 as mulheres passaram a exercer de forma mais significativa domínio na área da Biblioteconomia. (CASTRO, 2000) É importante ressaltar que, nos primórdios da Biblioteconomia brasileira, a profissão era majoritariamente exercida por indivíduos do sexo masculino.

Tabela 4 – Alunos evadidos do curso de Biblioteconomia e Documentação do ICI-UFBA: ocupação, estado civil e frequência no ensino médio

Perguntas	N	%
Você precisou exercer alguma atividade remunerada que o atrapalhou durante o curso?		
Não	15	56
Sim, e isso influenciou na minha decisão de abandonar o curso	10	37
Sim, mas isso não influenciou na minha decisão de abandonar o curso	2	7
Estado civil?		
Casado(a)	2	7,41
Divorciado(a)	1	3,70
Solteiro(a)	24	88,89
Em que tipo de instituição você cursou o Ensino Médio?		
Maior parte em escola particular	2	7,41
Maior parte em escola pública	1	3,70
Somente em escola particular	9	33,33
Somente em escola pública	15	55,56
Total	27	100,00

Fonte: elaboração das autoras.

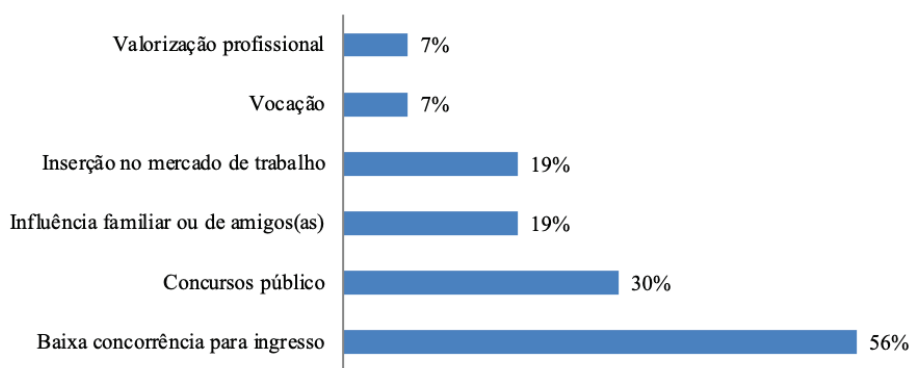
As variáveis, que caracterizam socioeconomicamente a amostra, estão ilustradas na Tabela 4, em que é possível constatar que 56% dos alunos pesquisados não precisaram exercer atividade remunerada durante a frequência do curso, enquanto 37% afirmaram que exerceram atividade remunerada, fato que os influenciou na decisão de abandonar o curso. Em relação ao estado civil, 88,89% se declararam solteiros no momento da evasão. Com respeito ao tipo de instituição que os evadidos frequentaram durante o ensino médio,

55,56% são oriundos de escolas públicas, enquanto 33,33% cursaram todo o ensino médio em escolas particulares.

A compreensão da evasão no ensino superior demanda o conhecimento sobre o contexto em que esta ocorre, sendo assim, é importante conhecer aspectos relacionados à escolha do curso, ao conhecimento sobre as possibilidades ofertadas pela universidade, bem como fatores internos relacionados a questões acadêmicas, didática e externa relativa a mercado de trabalho, valorização profissional e reconhecimento social da profissão.

O momento de definição de uma carreira profissional, por vezes se torna emblemático para a maioria dos jovens que pretendem cursar o ensino superior. Nessa perspectiva, jovens que concluíram o ensino médio se sentem indecisos e inseguros em meio a tantas opções de cursos e a pressão exercida pela família, para uma decisão ainda não madura. Em consequência muitos terminam optando por cursos sem nem ao menos conhecê-los. Por essas razões, a Figura 4 buscou revelar quais os principais motivos que induziram os alunos desistentes a escolherem o curso de Biblioteconomia e Documentação dentre tantas opções de cursos ofertados pela UFBA. Foram previamente sugeridas algumas opções, e os respondentes tinham a alternativa de marcar mais de uma se assim desejassem.

Figura 4 - Alunos do curso de Biblioteconomia e Documentação do ICI-UFBA e motivos para escolha do curso



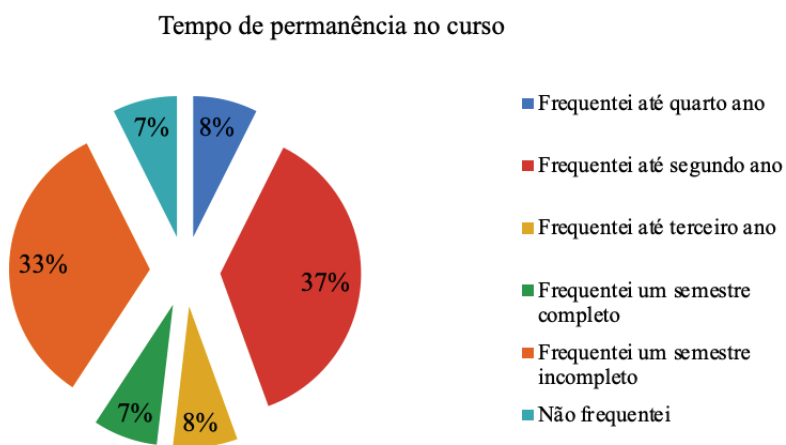
Fonte: elaboração das autoras.

Em relação aos motivos que levaram os alunos a escolher o curso de Biblioteconomia e Documentação do ICI-UFBA, 56% dos alunos evadidos

apontaram a baixa concorrência como o principal motivo de sua escolha, seguido de 30%, cuja opção foi causada pela oferta de concursos públicos nesta área profissional. Dezenove por cento dos respondentes indicaram a inserção no mercado de trabalho e a influência de familiar e amigos, respectivamente. Apenas 7% apontaram a vocação como o principal motivo para a escolha do curso. Em decorrência da maioria das respostas, pode-se assegurar que a falta de conhecimento prévio do curso escolhido é um fator que pode determinar a evasão. Neste sentido, as instituições de ensino superior deveriam divulgar e explicar suas opções educativas aos potenciais alunos as características de cada curso, as competências a adquirir e as possibilidades de integração no mercado de trabalho, que passou a exigir uma maior qualificação da mão de obra.

No que diz respeito ao tempo de permanência (em semestres), 37% permaneceram por até quatro semestres, ou seja, até ao segundo ano, o que representa metade do curso, levando-se em consideração que o tempo mínimo para a conclusão do curso é de oito semestres, 33% frequentaram um semestre incompleto, enquanto apenas 8% da amostra frequentaram o curso até ao quarto ano, o que corresponde a 7 ou 8 semestres, conforme ilustra a Figura 5.

Figura 5 - Frequência dos alunos do curso de Biblioteconomia e Documentação do ICI-UFBA antes da evasão



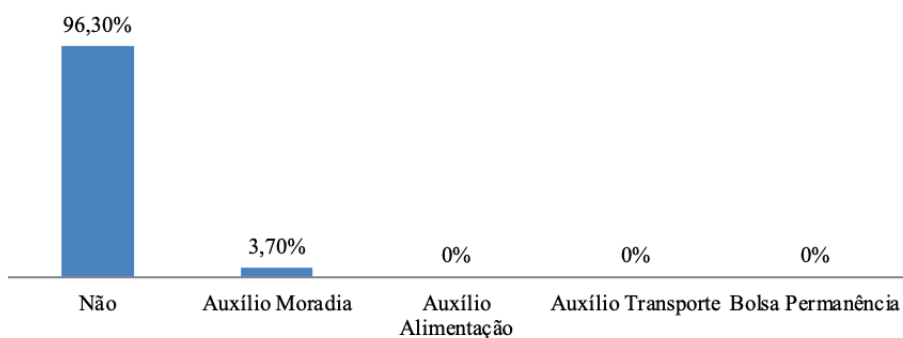
Fonte: elaboração das autoras.

De acordo com os dados do gráfico apresentado, nota-se nos quatro primeiros semestres um maior percentual de evasão, o que representa 84% do total de evadidos. Neste contexto, fica claro que esse período seria o momento da instituição aplicar políticas de retenção, como estratégias que influenciassem a permanência dos discentes. O mais preocupante é constatar que “praticamente não existem estudos e políticas específicos sobre a evasão no ensino superior brasileiro [...]”. (LOBO, 20012, p. 23)

Ao ingressar na universidade, na maioria das vezes o aluno desconhece o contexto acadêmico e todas as possibilidades ofertadas pela estrutura educacional, sendo questionado aos respondentes sua vinculação ou não a algum dos programas de assistência estudantil oferecidos pela instituição.

Vale ressaltar que a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE), criada em 20 de dezembro de 2006, segundo o SISPER/UFBA, tem como missão a gestão das ações afirmativas e dos programas de assistência estudantil da UFBA. A Figura 6 mostra o percentual de alunos que foram beneficiados por algum dos programas ofertados pela PROAE.

Figura 6 - Alunos do curso de Biblioteconomia e Documentação do ICI-UFBA beneficiados pela assistência estudantil da UFBA



Fonte: elaboração das autoras.

Os dados evidenciaram que 96,3% dos alunos pesquisados não tiveram acesso a nenhum dos benefícios ofertados pela instituição, enquanto apenas 3,7% foram beneficiados em um dos programas, o Auxílio Moradia. Em contrapartida, um dos programas mais importantes, que visa a permanência do estudante, sequer chegou a ser mencionado pelos respondentes, o Bolsa

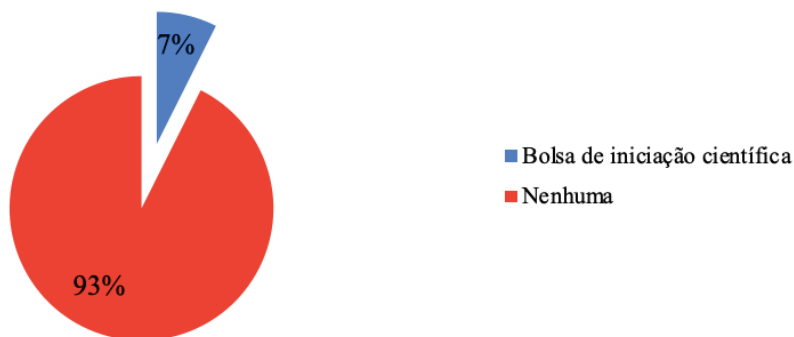
Permanência, que “é uma política pública voltada à concessão de auxílio financeiro aos estudantes, sobretudo, aos estudantes quilombolas, indígenas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições federais de ensino superior”. Seus objetivos são:

- Viabilizar a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas;
- Reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil;
- Promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico.

Nesse contexto, fica evidente a importância de investimentos em políticas públicas de permanência do estudante. As principais demandas sociais atendidas pela Pró-Reitoria são aquelas advindas de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica com dificuldades de acesso e permanência ao ensino superior público e gratuito. Para Murdock (1989), “os benefícios estudantis têm o papel de reduzir as barreiras socioeconômicas dentro de uma universidade, de forma que alunos oriundos de famílias mais pobres consigam entrar e se manter durante a realização de um curso de graduação”. Portanto, torna-se de extrema importância os estudantes conhecerem os benefícios ofertados pela universidade, pois estes podem garantir sua permanência durante o período em que estiverem a ela vinculados. Cabe também à universidade definir e aplicar estratégias para divulgação ampla desses benefícios, bem como o acompanhamento dos alunos contemplados por esses programas.

Os respondentes foram questionados se foram beneficiados com algum tipo de Bolsa Acadêmica, por exemplo, a bolsa de iniciação científica, durante o tempo em que permaneceu no curso, cujas respostas obtidas se mostram na Figura 7.

Figura 7 – Alunos do curso de Biblioteconomia e Documentação do ICI-UFBA beneficiados por bolsa acadêmica



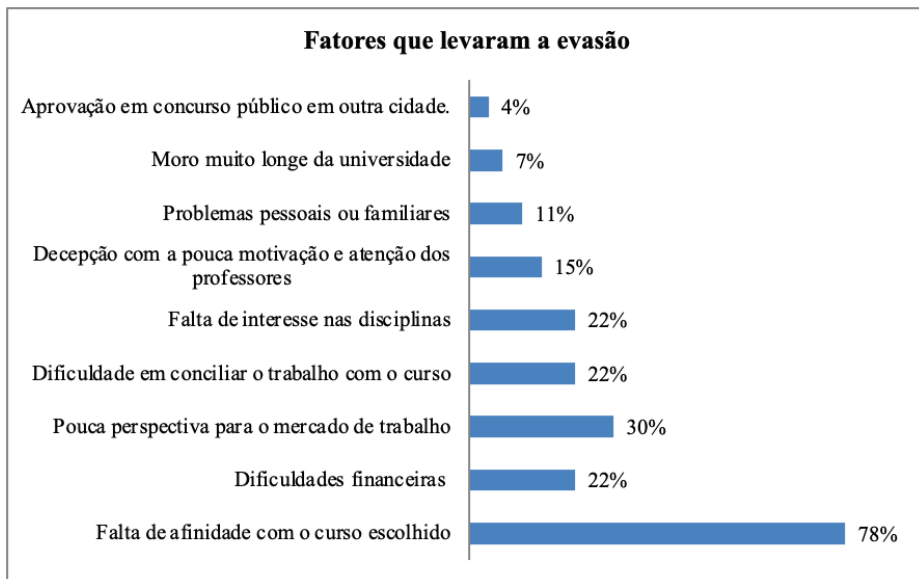
Fonte: elaboração das autoras.

Aproximadamente 93% dos alunos pesquisados afirmaram que não receberam nenhuma das bolsas disponibilizadas pela instituição, enquanto somente 7% foram contemplados com a Bolsa de iniciação científica.

Torna-se necessário evidenciar que o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) visa apoiar a política de iniciação científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação, integrados na pesquisa científica. Uma das finalidades do programa é “despertar a vocação científica e desenvolver talentos para a pesquisa, mediante a participação de docentes/pesquisadores e estudantes de graduação em projetos de pesquisa reconhecidos pelo mérito científico e pela excelência de seus resultados”.

Como já foi referido, diversos fatores levam o aluno a evadir do curso de graduação. Cardoso (2008) e Morosini (2011) apontam, além dos fatores econômicos e baixo desempenho acadêmico, a falta de identidade com o curso, a escolha equivocada da profissão, o desencanto com a universidade, a baixa demanda pelo curso e o baixo prestígio social do curso como fatores que originam a evasão no ensino superior, alguns deles mencionados na Figura 8.

Figura 8 – Alunos do curso de Biblioteconomia e Documentação do ICI-UFBA segundo os fatores que os levaram à evasão



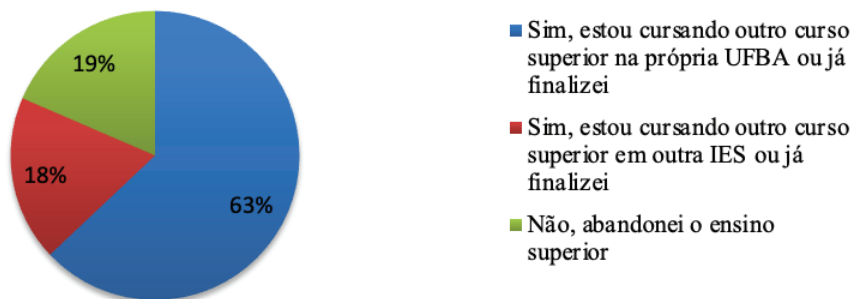
Fonte: elaboração das autoras.

Trazendo para a realidade do curso de Biblioteconomia e Documentação do ICI da UFBA, dentre os alunos respondentes, a grande maioria, 78%, afirma que a falta de afinidade com o curso foi o principal motivo para o abandono. Estes resultados são semelhantes aos do estudo de Soares e Ferreira (2013), realizado na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) na turma de 2012.2, em que 35% dos alunos abandonaram o curso de Biblioteconomia para ingressarem em outros cursos ou por não se identificarem com ele.

Questionados sobre a atual situação acadêmica, a Figura 9 demonstra que 63% responderam que estão matriculados em outro curso da própria UFBA, 18% estão cursando outro curso, mas em outra IES e os outros 19% afirmaram que abandonaram o ensino superior.

No que diz respeito ao curso que estão matriculados ou já finalizaram, os mais citados são: Secretariado Executivo (18,2%), Direito (14,65%), Farmácia (14,65%), Letras (9,1%), Enfermagem (9,1%).

Figura 9 – Alunos do curso de Biblioteconomia e Documentação do ICI-UFBA evadidos por situações acadêmicas



Fonte: elaboração das autoras.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa se propôs identificar os fatores que causam a evasão no curso de Biblioteconomia e Documentação da UFBA. Os fatores individuais foram os mais relevantes para evasão, 78% dos alunos evadidos apontaram a falta de identificação com o curso como o principal motivo para seu abandono. Outros fatores que podem influenciar na decisão de abandonar o curso são: a pouca perspectiva com o mercado de trabalho, na Bahia o número de vagas para o profissional bibliotecário está diminuindo cada vez mais, principalmente em bibliotecas escolares, onde é raro encontrar bibliotecários funcionando e dificilmente se encontram bibliotecários atuando nessas instituições.

Com relação aos fatores internos, a maior indicação foi para os relacionados à falta de interesse nas disciplinas, 22% dos respondentes indicaram esse problema como causa da evasão. No que diz respeito aos fatores externos ou gerais, 22% indicaram as dificuldades financeiras e a dificuldade de conciliar o trabalho e estudo como principal motivo para evadir o curso.

Para chegar a esse resultado foi necessário investigar os aspectos que contribuíram para a escolha pela área referida, bem como aqueles que foram desencadeados no decorrer dos semestres, possibilitando com isso uma compreensão ampliada sobre todo o contexto que envolve a evasão dos discentes do curso investigado. A grande maioria dos respondentes, 56%, apontou a baixa concorrência como o principal motivo para a escolha do curso, fato

que demonstra que a falta de conhecimento prévio do curso escolhido é um fator que pode determinar a evasão.

Com base no que foi relatado, o perfil dos estudantes que evadiram é composto em sua maioria por mulheres (67%), o maior índice de evasão corresponde aos alunos com a faixa etária menor, aproximadamente 55%, com idade compreendida entre 18 e 20 anos. As maiorias dos respondentes se declaram solteiros (88,89%) e são oriundos da escola pública (55,56%). No que diz respeito ao tempo em que permaneceu no curso, os dados coletados revelam que a grande maioria (84%) abandonou o curso nos quatro primeiros semestres.

Quanto aos benefícios ofertados pela PROAE, os dados evidenciaram que 96,3% dos alunos pesquisados não tiveram acesso a nenhum dos benefícios ofertados pela instituição.

Por fim, é necessário compreender que, os resultados advindos da investigação de um fenômeno implicam a adoção de medidas que possam ao menos minimizar os efeitos dele resultantes. Assim, no caso em questão, realizar ações no sentido de intervir na realidade para que a evasão não se torne um fato recorrente parece ser uma medida plausível e desejável no ambiente universitário.

Nesta direção, acredita-se que a evasão na educação superior, embora com estudos ainda incipientes no Brasil, vem se apresentando como importante temática de pesquisa, em que o estabelecimento de um campo de discussão sólido poderá contribuir para melhor compreensão do processo, tornando-se fator imprescindível para a redução de seus índices, o que, em última instância, coopera para a ampliação do acesso à educação superior no país. Em suma, a evasão é assunto de extrema importância para a comunidade acadêmica e para a sociedade como um todo, considerando que ela provoca prejuízos financeiros, econômicos e sociais.

REFERÊNCIAS

- AMBIEL, R. A. M. Construção da escala de motivos para evasão no ensino superior. *Avaliação Psicológica*, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 41-52, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/37pIx0T>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- BARRETO, A. M.; BARREIRA, M. I. J. S. *Fragments de uma preciosa memória: Esmeralda Aragão e a Biblioteconomia na Bahia*. Salvador: Edufba, 2008.

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 4. ed. São Paulo: Edições 70, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Altos índices de desistência na graduação revelam fragilidade do ensino médio, avalia ministro. *Ministério da Educação*, Brasília, DF, 6 out. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3rBZjAL>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Bolsa Permanência: apresentação. *Ministério da Educação*, Brasília, DF, 19 jul. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3EqTATz>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- BRASIL. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal da Bahia. O Pibic. *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal da Bahia*, Salvador, 20 mar. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3Eraam6>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- CARDOSO, C. B. *Efeitos da política de cotas na Universidade de Brasília: uma análise do rendimento e da evasão*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3xGcX9I>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- CASTRO, C. A. *História da biblioteconomia brasileira*. Brasília, DF: Thesaurus, 2000.
- CAZARRÉ, M. Mais da metade dos adultos brasileiros não chegam ao ensino médio, diz OCDE. *Agência Brasil*, Lisboa, 12 jul. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/393dEjc>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- CUNHA, E. R.; MOROSINI, M. C. Evasão na educação superior: uma temática em discussão. *Cocar*, Belém, v. 7, n. 14, p. 82-89, ago./dez. 2013.
- DELORS, J. (ed.). *Educação, um tesouro a descobrir*: relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Paris: Unesco, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3xC0zHR>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.
- GAIOSO, N. P. L. *O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2005.
- HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ COLLADO, C.; BAPTISTA LUCIO, M. P. *Metodología de la investigación*. 5. ed. Ciudad de México, DF: Mc-GrawHill, 2010.
- LOBO, M. B. C. M. Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. In: HORTA, C. E. R. (coord.). *ABMES cadernos: evasão no ensino superior brasileiro*. Brasília, DF: ABMES, 2012. v. 25, p. 9-58. Disponível em: <https://bit.ly/3JQRgWU>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MOROSINI, M. C. *et al.* A evasão na educação superior no Brasil: uma análise da produção de conhecimento nos periódicos Qualis entre 2000-2011. In: CONFERENCIA LATINOAMERICANA SOBRE EL ABANDONO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR, 1., 2012, Porto Alegre. *Anais [...]*. Madrid: EUIT Telecomunicación, 2012. p. 1-10. Disponível em: <https://bit.ly/3McQqFy>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MURDOCK, T. A. Does Financial Aid Really Have an Effect on Student Retention? *Journal of Student Financial Aid*, Louisville, v. 19, n. 1, p. 4-16, dez. 1989. Disponível em: <https://bit.ly/3uSnDjH>. Acesso em: 21 abr. 2022.

RIBEIRO, M. A. O Projeto Profissional Familiar como determinante da evasão universitária: um estudo preliminar. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, Campinas, v. 6, n. 2, p. 55-70, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3xCV5aa>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SCHARGEL, F. P.; SMINK, J. *Estratégias para auxiliar o problema de evasão escolar*. Rio de Janeiro: Dunya, 2002.

SILVA FILHO, R. L. L. *A evasão no ensino superior brasileiro: novos dados*. Mogi das Cruzes: Instituto Lobo, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3jRpjDF>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SILVA FILHO, R. L. L. *et al.* A evasão no ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3uW1pgR>. Acesso em: 21 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE). *Universidade Federal da Bahia*, Salvador, 24 maio 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3JWzXUk>. Acesso em: 21 abr. 2022.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, Florianópolis, v. 11, n. 32, p. 226-370, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3xF4ELf>. Acesso em: 21 abr. 2022.

ZANELLA, L. C. H. *Metodologia de estudo de pesquisa em administração*. Florianópolis: UFSC; Brasília, DF: Capes-UAB, 2009.

AS COMPETÊNCIAS INFORMACIONAIS DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

O CASO DA ONG ARTIGO 19

Luciana Bomfim Terra
Fernanda Maria Melo Alves
José Antonio Moreiro González

INTRODUÇÃO

As Organizações Não Governamentais (ONG) são entidades autônomas que militam no campo das políticas públicas, visando obter respostas aos diversos problemas da sociedade, tais como educação, saúde, economia e política. A finalidade precípua de promover justiça social, notadamente em favor das minorias, é essencial em momentos de ameaça à sobrevivência da democracia, como estamos presenciando no Brasil atualmente. Estas organizações se dedicam à sociedade em geral ou aos grupos sociais específicos, atuando de modo informal ou profissional, na esfera local, nacional e mundial. (FERREIRA, 2005)

No Brasil destaca-se a ONG Artigo 19, uma entidade representativa sem desígnio econômico, cuja denominação se baseou no princípio da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que defende no seu artigo 19 o “[...] direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948) Para desenvolver os propósitos traçados pela sede institucional, localizada na Inglaterra, a filial brasileira

desenvolve estratégias socioculturais, econômicas e educativas, atendendo às demandas comunitárias.

Esta pesquisa tenciona identificar as competências informacionais da ONG Artigo 19, a partir do modelo de análise dos contextos político, tecnológico, educacional e organizacional (OTTONICAR; VALENTIM; FERES, 2016), considerando o entendimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2016), que abrange os conhecimentos, habilidades e atitudes para acessar e utilizar as informações necessárias, incluindo também as estruturas, equipamentos e pessoal.

A experiência das autoras e autor deste artigo, em Administração e Ciência da Informação, pode ajudar na compreensão do fenômeno a partir da pesquisa documental. (CELLARD, 2008) A análise de conteúdo adota a abordagem qualitativa, a fim de apoiar a interpretação do fenômeno, mediante organização, análise, tratamento e inferência. (MORAES, 1999) Os resultados são descritos através da dinâmica da rotina organizacional e das práticas informacionais, presentes no ambiente virtual da ONG Artigo 19.

AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

O surgimento das ONGs remonta ao período posterior à Segunda Guerra Mundial, em 1945, quando os órgãos de cooperação internacionais faziam transferências de recursos para o desenvolvimento das ex-colônias, a fim de reparar os prejuízos causados pela ocupação estrangeira. Entretanto, diante dos problemas diplomáticos que envolviam tal operação, a solução encontrada foi a criação de ONGs para realizarem os repasses financeiros, sem ligação com o aparato do Estado. (FERREIRA, 2005)

No conjunto diversificado de instituições de mesma natureza estão inseridos as fundações, os institutos empresariais, as entidades assistenciais e filantrópicas e as associações comunitárias, que fazem parte do chamado “terceiro setor”. O primeiro setor, representado pelo Estado, é formado pelas organizações do governo, que tem por finalidade efetuar atividade administrativa e atender às necessidades coletivas. O segundo setor, configurado pelo mercado, é composto pelas instituições privadas regidas pela livre iniciativa para obter lucro, sejam elas empresas industriais, comerciais ou prestadoras de serviço. (FERNANDES, 2002)

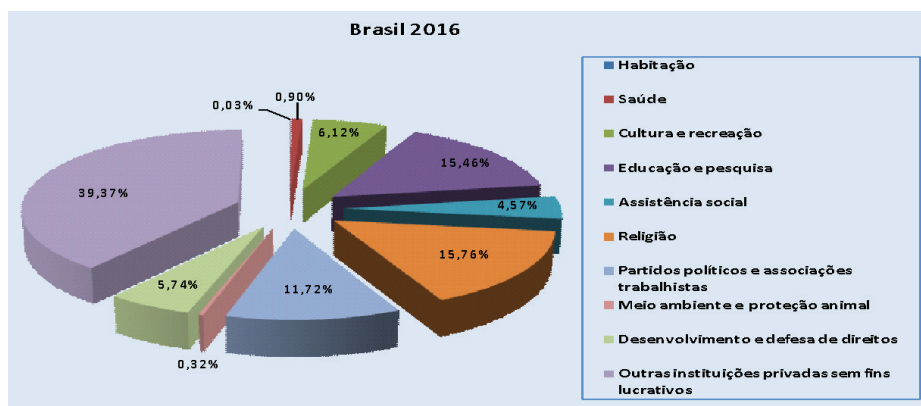
As instituições do terceiro setor são entes de natureza jurídica comprometidos com o estabelecimento de uma “sociedade democrática, justa e igualitária” para fortalecer a participação e a solidariedade, visto que são “organizações sem fins lucrativos, autônomas, sem vínculos com o Governo e voltadas para o atendimento das necessidades de organizações de base popular [...]”. (TENÓRIO, 2004, p. 11)

A essência das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) está revelada em cinco características, detalhadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019, p. 10), esclarecendo que estas instituições são:

- privadas e, portanto, não integrantes do aparelho do Estado;
- sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades-fim;
- institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas;
- autoadministradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades;
- voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores.

No intuito de construir estatísticas segundo os parâmetros internacionais, o IBGE adotou a *Classification of the Purposes of Non-Profit Institutions Serving Households*, da Organização das Nações Unidas, e realizou um estudo sobre as FASFIL em 2016, que identifica a principal atividade econômica e a natureza jurídica destas instituições brasileiras. A Figura 1 sintetiza as temáticas trabalhadas permanentemente por estas entidades.

Figura 1 – Áreas de atuação do terceiro setor no Brasil



Fonte: adaptada de IBGE (2019).

A Figura 1 apresentada esclarece que a finalidade principal das 526.481 entidades identificadas está dividida em atividades distintas: habitação (163); saúde (4.721); cultura e recreação (32.268); educação e pesquisa (81.463); assistência social (24.067); religião (83.053); partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais (61.730); meio ambiente e proteção animal (1.689); desenvolvimento e defesa de direitos (30.266); e outras instituições privadas sem fins lucrativos (207.421). Esse quantitativo elevado representa o universo das instituições, com registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Por exemplo, a FASFIL vinculada à religião (15,76%) é composta pela totalidade dos templos religiosos existentes no território nacional.

O grupo “Desenvolvimento e defesa de direitos” (5,74%), em verde claro na Figura 1, é constituído por associações de moradores; centros comunitários; desenvolvimento rural; emprego e treinamento; defesa de direitos de grupos e minorias. (IBGE, 2019) As ONGs estão inseridas nesta categoria, porém com tipificações específicas e qualificações diferentes (FERREIRA, 2005, p. 40):

- As ONG institucionais, criadas por cleros, partidos políticos e centrais sindicais, com o alvo principal de estabelecer o consenso em torno das estratégias que garantam a sua manutenção. Também estão incluídas algumas agências especializadas, diretamente ligadas ao governo para promover ajudas emergenciais;

- As ONG de grande porte, ligadas a grupos industriais, bancos, governos e mídia de massa. São dotadas de orçamentos financeiros vultosos para promover o assistencialismo, no intuito de corrigir parte dos estragos provocados pelo modelo de desenvolvimento econômico;
- As ONG formadas por profissionais que disputam as condições do mercado e exercem intervenção técnica, através das empresas de prestação de serviços. Estão disfarçadas de entidades filantrópicas, visando beneficiar sua imagem ou seu caixa, com isenções fiscais ou repasses financeiros;
- As ONG de desenvolvimento, fomentadas pela crise de participação e de credibilidade dos partidos tradicionais, oferecem aos cidadãos a oportunidade de representação formal e “protagonismo” para quem deseja participar das escolhas e reivindicações de direitos, no intuito de exercer a prática de “microcidadania”.

Ferreira (2005) afirma que embora essas categorias não representem a maioria dos casos no Brasil, revelam-se propícias ao entendimento da diversidade institucional dessa área. O conceito e a descrição no quarto item, “ONG de desenvolvimento”, se aproxima da ONG Artigo 19, tendo em vista que se dedica ao monitoramento da Lei de Acesso à Informação (LAI), aprovada para regulamentar a transparência ativa, consolidando a política de dados abertos, e a transparência passiva, garantindo o direito de acesso às informações governamentais, através do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

A ONG Artigo 19 foi criada em Londres no ano de 1987 e expandida para nove países, dentre os quais o Brasil em 2007. Desde então, recebe subsídios de algumas agências de financiamento, sobretudo as internacionais para realizar os projetos sociais. Contudo, além de pressionar os governos locais, no sentido de adotarem práticas transparentes de divulgação das informações, esta organização precisa conhecer e compreender os meios legais, estratégicos e operacionais para poder atuar nas diversas frentes de trabalho. Para tanto, ela precisa acionar os recursos materiais e humanos, bem como desenvolver suas competências informacionais, a fim de atingir os propósitos institucionais.

A COMPETÊNCIA INFORMACIONAL

No final da Idade Média, o termo “competência” era empregado no meio jurídico para mostrar a capacidade de alguma pessoa ou instituição em julgar determinadas questões. Atualmente, significa a capacidade das pessoas em manifestar opiniões ou executar tarefas. (CARBONE et al., 2005) Ao aprofundar este conceito, Dutra (2004) cita duas correntes, sendo a primeira representada por autores norte-americanos, que entendem este conceito como qualificações pessoais, reunindo conhecimentos, habilidades e atitudes no exercício de determinada atividade; e a segunda formada por pesquisadores franceses que associam as competências às realizações pessoais exercidas em contextos específicos.

Para entender o conceito de competências, Durand (2000) parte dos significados de Conhecimento, Habilidade e Atitude (CHA), descritos da seguinte forma:

- O conhecimento se refere ao saber que a pessoa acumula ao longo da vida, relacionado a conceitos, ideias ou fenômenos. O conhecimento traduz a informação reconhecida e integrada pela memória do indivíduo;
- A habilidade corresponde à capacidade da pessoa em acessar conhecimentos armazenados em sua memória, a fim de aplicá-los numa atividade produtiva. A habilidade demonstra a capacidade da pessoa em acionar conhecimentos e utilizá-los numa ação;
- A atitude diz respeito à predisposição de uma pessoa, impactando sua conduta em relação ao outro, à tarefa ou à situação. A atitude se revela nos aspectos afetivos, sociais e circunstanciais.

A partir da década de 1970, as pesquisas sobre este assunto ganharam relevo e estimularam diversos autores a criarem suas próprias definições, salientando os vários aspectos da competência. (CARBONE et al., 2005) Na Ciência da Informação o conceito de competência assumiu diferentes enfoques, inicialmente vinculado ao uso de fontes de informação, técnicas e métodos de estudo, habilidades para pesquisa e instrução bibliográfica. (ALVES; VARELA, 2017; HATSCHBACH; OLINTO, 2008)

Em 1974, a Comissão Nacional de Bibliotecas e Ciência da Informação (NCLIS) dos Estados Unidos da América apresentou um relatório recomendando ao governo efetuar a capacitação da população para utilizar as diversas possibilidades de informações eletrônicas disponibilizadas no mercado americano. Esta determinação se relacionava diretamente com a prática da cidadania, já que a pessoa competente no uso da informação teria melhor condição de tomar decisões em seu cotidiano. (ZURKOWSKI, 1974)

A *information literacy*, ou competência informacional, corresponde à aptidão em reconhecer e delimitar a extensão da própria necessidade informacional; buscar a informação necessária, de forma eficaz e eficiente; analisar a informação e suas fontes criticamente; agregar a informação selecionada a seu conhecimento; utilizar a informação com eficácia, a fim de alcançar um propósito específico e considerar as questões econômicas, sociais, legais e éticas que envolvem o uso da informação. (ALVES; VARELA, 2017)

No final da década de 1980, a *American Library Association* (ALA) salientou a importância da competência informacional como potencial catalisadora da democracia, que se anuncia como uma condição essencial no contexto de liberdade de informação. Desde seu surgimento, o conceito de competência informacional vem ampliando suas características e permanece associado à prática da cidadania, como se pode verificar na clássica definição da ALA (1989, p. 45 apud SANTOS, 2019, p. 106, grifo nosso), ao afirmar que:

Para ser competente em informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando uma informação é necessária e deve ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação. Para produzir esse tipo de *cidadania* é necessário que as escolas e faculdades apreciem e *integrem o conceito de competência de informação em seus programas de ensino* e que desempenhem um papel de liderança preparando indivíduos e instituições para aproveitarem as oportunidades inerentes à sociedade da informação.

Na área da educação, o estudo da competência informacional já avançou bastante. (ALVES; ALCARÁ, 2014) A *Association of College and Research Libraries* estabeleceu cinco padrões (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2000), que foram traduzidos e adaptados no Brasil por Belluzzo (2008), todavia idealizados para qualquer contexto, utilizando o termo “pessoa competente”

no lugar de “estudante competente”. Assim, a pessoa competente em informação é aquela que:

- Padrão 1: determina a natureza e a extensão da necessidade de informação;
- Padrão 2: acessa a informação necessária com efetividade;
- Padrão 3: avalia criticamente a informação e as suas fontes;
- Padrão 4: usa a informação com efetividade para alcançar um objetivo/ obter um resultado individual ou coletivamente;
- Padrão 5: compreende os aspectos econômicos, legais e sociais do acesso e uso da informação ética.

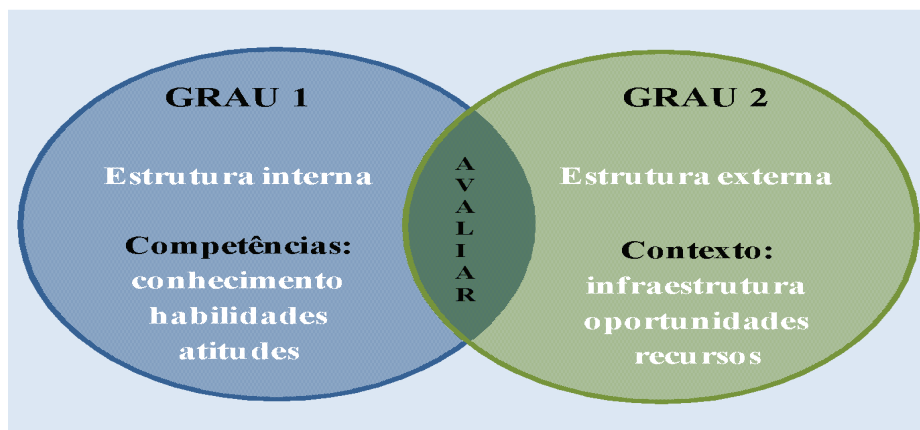
Diversos organismos internacionais desenvolvem indicadores de competência informacional. O *European Council of Information Associations* (ECIA) elaborou o referencial de competências dos profissionais europeus, detalhando a designação de ocupações e de tarefas na versão francesa em 1999, que foi transcrito para o português em 2001. (SILVA; RIBEIRO, 2004) O ECIA destaca a Informação e Documentação por sua missão principal de pesquisar, tratar, produzir e difundir a informação para satisfazer as necessidades do usuário. (MOREIRO-GONZÁLEZ et al., 2004) Neste referencial, as competências são entendidas como um agrupamento de capacidades necessárias ao exercício da atividade profissional e domínio dos comportamentos, que se dividem em dois: os conhecimentos, que compreendem o saber e saber-fazer, e as aptidões, que englobam o saber-ser.

No cenário contemporâneo, essa preocupação da informação atrelada às circunstâncias e ao contexto social é compartilhada por Feres e Belluzzo (2009). As autoras salientam que o significado de competência informacional traz consigo várias concepções agrupadas em duas dimensões distintas: a primeira, sobre o domínio de saberes e habilidades de diversas naturezas, que permitem a intervenção prática na realidade; e a segunda, acerca da visão crítica do alcance das ações e o compromisso com as necessidades mais concretas. Estas duas dimensões estão contempladas no conceito proposto pela Unesco (2016, p. 55), sobre a mobilização e uso dos recursos internos e externos ao indivíduo:

O conceito de competência é compreendido como a habilidade de um indivíduo de mobilizar e usar recursos internos como conhecimento, habilidades e atitudes, além de recursos externos como banco de dados, colegas de trabalho, pares, bibliotecas, ferramentas e instrumentos, entre outros, para resolver um problema específico, de maneira eficiente, em uma situação da vida real.

O Marco de Avaliação Global da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), publicado em 2016, fornece orientações metodológicas para que os Estados-membros tirem suas próprias conclusões. “A avaliação é o primeiro passo essencial nos processos de planejamento, desenvolvimento, monitoramento e execução de qualquer intervenção”. (UNESCO 2016, p. 37) No intuito de obter as informações pertinentes a cada cenário, o procedimento de verificação ocorre em dois graus, conforme apresentado na Figura 2. O processo é feito em dois níveis diferentes, considerando as estruturas interna e externa.

Figura 2 - Competência informacional



Fonte: adaptada da Unesco (2016).

O grau 1 aponta as competências necessárias, associadas a elementos tais como conhecimentos, habilidades e atitudes, direitos, princípios e valores. O padrão de competências deste grau é composto por três componentes ligados à informação: acesso e recuperação; compreensão e avaliação; e criação e compartilhamento. O grau 2 mostra a configuração do país com relação às

iniciativas da AMI, no âmbito nacional, através da utilização de fontes de dados nacionais, regionais e internacionais existentes. As categorias propostas são educação, políticas de acesso e uso da avaliação.

Estes indicadores são destinados a gestores de políticas, a tomadores de decisão e a planejadores educacionais, a ter em conta a formação de professores, embora admita a possibilidade de sua adoção em outras situações e para diferentes grupos da sociedade civil. Um dos principais desígnios desta avaliação é fornecer orientações abrangentes entre os cidadãos, considerando que sua capacidade é construída através do desenvolvimento social, econômico, político e tecnológico. Assim, resultaria numa sociedade preparada para exercer plenamente sua cidadania em qualquer contexto.

No ambiente digital, por exemplo, a competência informacional requer a ampliação da capacidade, no sentido de compreender e usar as informações em múltiplos formatos, disponíveis numa variedade de fontes. O cenário virtual envolve a capacidade de fazer julgamentos sobre o que é encontrado na rede; numa conexão de hipertexto bastante complexo, já que é dinâmica e não sequencial. (BAWDEN, 2001) A competência em informação digital requer habilidade para:

- Produzir conhecimento nas diversas fontes;
- Navegar nos motores de busca da internet;
- Entender sobre os filtros e os agentes de informação;
- Estabelecer estratégias de informação pessoal, mediante a seleção de fontes;
- Compreender os problemas e elaborar um conjunto de perguntas para sanar as dúvidas;
- Discernir e julgar a validade e a integridade do material referenciado nos *links* visitados;
- Fazer *backup* dos conteúdos selecionados. (BAWDEN, 2001)

Nesse sentido, o documento *Digital Literacy in Education* da Unesco (2011) aponta a competência digital sob dois aspectos. O primeiro está ligado à competência tecnológica e abrange uma compreensão mais profunda da

tecnologia digital e da computação técnica. O segundo aspecto está relacionado ao uso das TIC e se refere ao conjunto de competências do usuário, expressas numa combinação de saberes (SANTOS; BARREIRA, 2019), que permite a participação ativa da sociedade, na qual os serviços são oferecidos por meio da internet.

Avançando nessa análise, Payton e Hague (2010) defendem que em termos conceituais, a competência digital vai além da ênfase na competência técnica e habilidades funcionais de um indivíduo num ambiente em que os processos são cada vez mais mediados pelas tecnologias digitais. Apesar de necessárias para operar todas essas ferramentas, a competência mais ampla e mais sutil se refere à possibilidade de criar, compreender e comunicar o significado das coisas, nos diversos cenários.

Neste trabalho, o âmbito organizacional da ONG Artigo 19 é o cenário proposto para a análise da “competência informacional”, terminologia mais adequada por expressar a ideia de contexto específico, que inclui profissionais das diversas áreas do conhecimento. Não obstante, o termo “competência em informação” é adotado no artigo “Competência em informação e os contextos educacional, tecnológico, político e organizacional”. (2016) Suas autoras defendem que uma sociedade competente em informação é aquela em que “os indivíduos têm a capacidade de distinguir a veracidade das informações em qualquer âmbito, conseguem reconhecer e usar fontes de informação adequadas e percebem a contrainformação”. (OTTONICAR; VALENTIM; FERES, 2016, p. 126) O Quadro 1 agrupa os contextos propostos.

Quadro 1 - Contextos da competência informacional

Político	É fundamental que o cidadão saiba como buscar as informações governamentais, analisá-las criticamente e usá-las para a consolidação de um país democrático. Assim, faz-se necessário saber reconhecer a contrainformação ou a desinformação publicada, sobretudo, quando envolve poder político ou econômico.
Tecnológico	Destaca-se a importância de o usuário ser o agente principal no manejo das tecnologias de informação e comunicação. A competência em informação está associada às habilidades necessárias para acessar, buscar, interagir e utilizar os recursos tecnológicos disponíveis.
Educacional	Sinaliza para a necessidade de um trabalho colaborativo/cooperativo entre o bibliotecário e o professor, visando à melhoria contínua do ensino-aprendizagem, estimulando as competências informacionais, no uso das fontes, produtos e serviços.
Organizacional	Envolve as habilidades de identificar as necessidades de informação, usar as fontes relevantes, selecionar a informação pertinente e usá-la para produzir um diferencial competitivo, à favor da organização. A decisão eficaz ocorre por meio da capacidade e do conhecimento dos sujeitos organizacionais, em todos os níveis hierárquicos.

Fonte: adaptado de Ottonicar, Valentim e Feres (2016).

Substituído o termo “competitivo” do contexto organizacional (OTTO-NICAR; VALENTIM; FERES, 2016) por “colaborativo”, é possível incluir nele as ONGs, que se utilizam das informações do governo a fim de obterem respostas aos problemas da sociedade. Também seria coerente pensar que as ONGs podem utilizar as capacidades individuais e coletivas nos diversos contextos. Mas será que elas estariam aptas ao exercício das pressões e proposições políticas, em benefício da coletividade? A resposta poderia ser afirmativa, caso a ONG seja aceita como uma instituição concebida para esta finalidade.

METODOLOGIA

A temática desta investigação compreende a competência informacional da ONG Artigo 19 e seu comportamento cívico diante das informações governamentais, tendo em vista sua missão institucional de trabalhar com os interesses da sociedade como um todo. A pesquisa bibliográfica serviu para a fundamentação teórica e construção dos argumentos necessários à compreensão do tema proposto. (BEEL, 1993) O panorama que circunscreve o fenômeno se situa no período posterior à aprovação da Lei de Acesso à Informação, vigente desde 2012.

A pesquisa documental recuperou informações institucionais presentes em documentos em formato digital, que não sofreram tratamento editorial. (CELLARD, 2008) Os dados extraídos do relatório da Controladoria Geral da União sobre transparência passiva do Poder Executivo Federal, solicitados por pessoas físicas e jurídicas, compuseram os Quadros 3 e 4. A ferramenta “Busca de Pedidos e Respostas” permite fazer *download* em arquivos do Excel, em que se verificaram os pedidos de informação de 2017. Depois de filtrados, através da palavra-chave “ONG”, as categorias foram tratadas e apresentadas nas Figuras 3 e 4.

No que se refere ao objetivo, a pesquisa é descritiva porque discorre sobre o fenômeno (VERGARA, 2006) no intuito de apresentar a competência informacional aplicadas aos contextos político, tecnológico, educacional e organizacional, propostos pelas autoras Ottonicar, Valentim e Feres (2016). O exame dos dados disponíveis no *site* artigo19.org se apoia na técnica de leitura, interpretação e inferência pela análise de conteúdo, adotando a abordagem qualitativa para analisar os parâmetros contextuais e compreender o

produto final. (MORAES, 1999) A síntese do planejamento metodológico se encontra exposta no Quadro 2.

Quadro 2 - Metodologia aplicada

Fontes/instrumentos	Método	Resultado/produto
Livros, artigos, teses e dissertações; Lei de Acesso à Informação	Pesquisa Bibliográfica	Elaboração teórica, construção dos parâmetros analíticos e descrição dos resultados (Conteúdo do Artigo).
Relatório da Controladoria-Geral da União. Disponível em: https://www.cgu.gov.br	Pesquisa Documental	Análise das solicitações de informações de pessoa física e jurídica, aos órgãos do PEF, de 2015 a 2018 (Quadros 3 e 4).
Ferramenta do Excel: "Busca de Pedidos e Respostas". Disponível em: https://www.cgu.gov.br	Pesquisa Documental	Avaliação dos pedidos de informação realizados pelas ONG, em 2017. Filtro por palavra-chave e organização das categorias de ONG nacionais e internacionais (Figuras 3 e 4).
Disponível em https://artigo19.org	Análise de conteúdo	Descrição dos procedimentos e rotinas da ONG Artigo 19 e análise da competência informacional (Quadros 5 a 8).

Fonte: adaptado de Café (2017).

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com os relatórios publicados pela Controladoria Geral da União, o universo que busca informações do governo brasileiro está dividido em duas classes de personalidade jurídica: pessoa física (95%), que compõe o Quadro 3, e pessoa jurídica (5%), que constitui o Quadro 4. No período de 2015 a 2018, os números distribuídos nos diversos seguimentos das duas classes se repetem, anualmente, com pouca variação.

Quadro 3 - Solicitante: pessoa física

95% Quantitativo	2015 (%)	2016 (%)	2017 (%)	2018 (%)
Outro tipo de pessoa física	99,61	99,63	99,68	99,69
Membro de ONG nacional	0,33	0,31	0,27	0,26
Membro de ONG internacional	0,06	0,06	0,05	0,05

Fonte: adaptado de Brasil (2017).

Quadro 4 – Solicitante: pessoa jurídica

5% Quantitativo	2015 (%)	2016 (%)	2017 (%)	2018 (%)
Outro tipo de pessoa jurídica	93,25	93,01	93,30	93,18
ONG	6,75	6,99	6,70	6,82

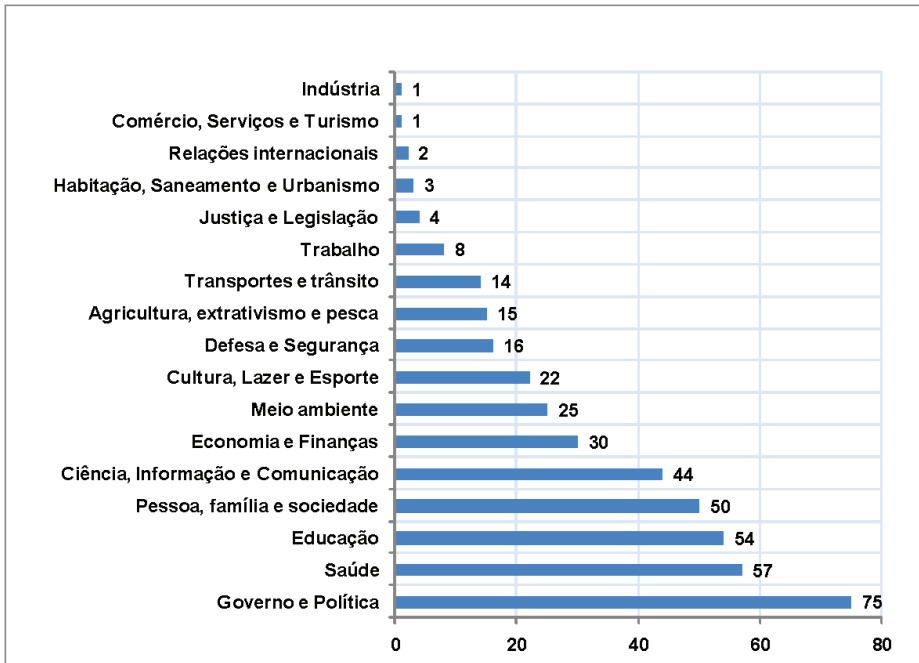
Fonte: adaptado de CGU (BRASIL, 2017).

No Quadro 3 se observa que a participação das ONGs, tanto nacional como internacional, está abaixo de 1% no intervalo verificado. O acesso das ONG, conforme demonstrado no Quadro 4, gira em torno de 6% em todos os anos. Mas, apesar de apresentar pequenos percentuais na busca por informações governamentais, o usuário que atua nas ONGs se preocupa essencialmente com questões de caráter coletivo, o que determinou a escolha deste grupo social como sujeito da pesquisa.

O comportamento de busca de informações governamentais, por parte das ONG, exige a mobilização dos recursos internos e externos. (UNESCO, 2016) Os conhecimentos, habilidades e atitudes são fundamentais para a execução das atividades cotidianas, exigindo competências dos profissionais para buscar informações digitais úteis e confiáveis. Além disso, para informações não disponíveis automaticamente nos *sites* do governo, é necessário ter acesso ao sistema eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão e entender sua dinâmica e estrutura estatal.

Em 2017, o sistema totalizou 93.683 pedidos de informação, sendo 501 pedidos realizados por ONG. Deste quantitativo, 421 foram de ONGs nacionais e 80 de internacionais. Os dados tratados constam das Figuras 3 e 4, que se seguem organizados em categorias, numa ordem decrescente de demanda com relação à quantidade representativa da necessidade informacional destas instituições.

Figura 3 – Categoria de informação: ONG nacional



Fonte: elaboração dos autores.

O assunto “Governo e Política” (17,81%) liderou como conteúdo mais abordado pelas ONGs nacionais. Vale destacar que, nesse período, o Brasil vivia uma crise política, culminando num processo polêmico de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, que já vinha perdendo o apoio da Câmara e do Senado. Em 2016, o processo resultou na cassação do mandato da referida líder, tendo sido substituída pelo vice-presidente Michel Temer, que terminou sua gestão com 3% de aprovação popular.

Figura 4 - Categoria de informação: ONG internacional



Fonte: elaboração dos autores.

Em 2017, o assunto mais buscado pelas ONGs internacionais foi o “Meio ambiente” (33,75%). Tal fato pode se relacionar ao Acordo de Paris, que entrou em vigor em 2016, e que trata do compromisso mundial com a redução do efeito estufa e seu impacto sobre as mudanças climáticas. O derretimento do gelo e a elevação do nível do mar são preocupações universalmente compartilhadas e a comunidade científica de todo o mundo tem se dedicado a diversas pesquisas para subsidiar os países em sua tomada de decisões.

Outro exemplo que converge para os assuntos de maior preocupação é o boicote de importadores dos produtos brasileiros, que provoca distúrbio na balança comercial do Brasil, mas estimula novas metas de sustentabilidade para o agronegócio. A ONG Imaflora, juntamente com o Ministério Público Federal, apresentou o novo Protocolo de Monitoramento dos Fornecedores de Gado na Amazônia, em julho de 2020, para denunciar a prática ilegal de grileiros e madeireiros como os grandes responsáveis pelo desmatamento na Amazônia.

Portanto, as ONGs nacionais e internacionais identificam suas próprias necessidades de informação e reconhecem sua relevância, em convergência

com a proposta da ALA (2000), cabendo como sugestão nossa substituir o termo “estudante competente” por “organização competente”. Quanto ao entendimento sobre a apropriação da informação para usá-la com efetividade, elegeu-se a ONG Artigo 19, por sua interação com dois universos: o externo, com a matriz inglesa e o interno, com o governo brasileiro. A atuação globalizada desta organização pode influenciar na utilização mais abrangente dos recursos disponíveis e na aplicação dos conhecimentos, habilidades e atitudes nos contextos político, tecnológico, educacional e organizacional.

Dessa forma, expõe-se a análise da competência informacional deste grupo social, salientando que seu significado não é único, tendo em vista as diversas perspectivas cabíveis numa abordagem qualitativa de análise de conteúdo. (MORAES, 1999) Os registros se apresentam separadamente em quatro contextos, conforme exposto nos Quadros 5, 6, 7 e 8.

Quadro 5 - Contexto político

A ONG Artigo 19 analisa as informações necessárias e especializadas, a fim de alimentar os quatro programas que desenvolve, sistematicamente:

O Centro de Referência Legal

Utiliza o instrumento jurídico para gerar jurisprudência e visibilidade em torno de casos que representam o contexto de violações das liberdades de expressão.

O programa de Proteção e Segurança

Monitora a violação da liberdade de expressão das pessoas que atuam como defensores de direitos humanos, a exemplo de jornalista e comunicadores.

O programa de Direitos Digitais

Fiscaliza o ambiente digital para acompanhar os aspectos relacionados à liberdade de expressão e em defesa da privacidade on-line.

O programa de Acesso à Informação

Auxilia no direito de acesso à informação governamental, entendendo que essa garantia abrange outras possibilidades como o direito das mulheres e a preservação do meio ambiente, visando, também, estimular uma maior participação pública, o combate à corrupção e a boa governança.

Fonte: elaboração dos autores.

No contexto político, a competência informacional é incentivada através do acesso às políticas, programas e projetos públicos. As iniciativas governamentais ou atividades que recebem apoio do governo podem estimular o aprendizado tecnológico e a leitura, a fim de ampliar o conhecimento do cidadão e torná-lo mais crítico e ciente de seus direitos. A ONG Artigo 19 trabalha com uma equipe majoritariamente composta por profissionais especializados na área jurídica, prestando assistência ao cidadão sobre assuntos

relacionados à política de proteção, de acesso à informação e de liberdade de expressão.

Quadro 6 - Contexto tecnológico

A ONG Artigo 19 dissemina as informações institucionais por meio eletrônico para facilitar o atendimento dos usuários, além de prestar contas à agência matriz da ONG, sediada na Inglaterra.

Página principal (página inicial). Ao iniciar o navegador da *web*, o usuário pode acessar a *home page*, em que se encontram informações organizadas por categorias, com notícias, publicações e programas.

Orientação de pedidos (conte seu caso). Área de acesso ao formulário virtual de requisição, em que o usuário preenche seus dados de identificação e descreve o tipo de problema enfrentado, na tentativa de acesso às informações governamentais.

Artigo 19 TV (minidocumentário). Gravação áudio visual que apresenta conteúdos temáticos, relacionados às violações dos direitos de acesso à informação e de liberdade de expressão e de opinião.

Fonte: elaboração dos autores.

No âmbito tecnológico, a competência informacional requer uma infraestrutura de acesso e distribuição da informação para que os indivíduos possam acessar, buscar, selecionar e usar as informações contidas na rede, em bancos e bases de dados, no intuito de minimizar ou solucionar problemas, ou ainda tomar decisões. As competências digitais devem ser comuns a qualquer membro desta organização, já que dispõe de um *site* em que hospeda recursos importantes para a produção dos conteúdos de orientação aos usuários. Em 2019, por exemplo, a ONG Artigo 19 publicou o artigo “Panorama dos sistemas eletrônicos de informação ao cidadão” como resultado da avaliação autoral relacionada ao sistema eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, o que exige competências operacionais, comunicacionais e informacionais.

Quadro 7 - Contexto educacional

A ONG Artigo 19 presta assistência aos indivíduos e instituições populares, a partir de estudos, pesquisas, conhecimentos técnicos e científicos. Conta com uma equipe de oito profissionais, sendo cinco integrantes do conselho administrativo e três do conselho fiscal.

Formação acadêmica

Economia e Relações Internacionais, Direito do Estado, Direito Internacional, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direitos Humanos, Administração de Empresas, Gestão Empresarial, Gestão de Pessoas, Gestão Pública.

Experiência profissional

Segurança e Direitos Humanos, Seguridade Social, Estudos da Violência, Marco Legal e Políticas Públicas, Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, Políticas de Juventude, Justiça e Defesa da Cidadania, Contabilidade, Tecnologia de Informação, Direção de Conteúdos, Palestras, Organização de Seminários, Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão.

Fonte: elaboração dos autores.

No ambiente educacional, a competência informacional se identifica nos serviços de referência das bibliotecas e nas ações de orientação de usuários para a utilização das fontes, produtos e serviços informacionais. Há uma relação direta entre o ambiente de formação e a prática profissional, já que se trata do aprendizado, visando o conhecimento ao longo da vida. A ONG Artigo 19 desenvolve atividades de pesquisa, elaboração de texto, revisão, supervisão e *design* para disponibilizar suas publicações, e nesse caso, estabelece parcerias com outras organizações de caráter similar. Por exemplo, o projeto de acesso à informação para o cumprimento da “Agenda de Desenvolvimento Pós-2015” conta com parceiros da sociedade civil, dos meios de comunicação e de bibliotecas, no sentido de ajudar a comunicação entre governos e pessoas, de modo que a comunidade possa compreender os dados cruciais ao desenvolvimento coletivo.

Quadro 8 – Contexto organizacional

A ONG Artigo 19 desenvolve projetos nas áreas de domínio do seu conhecimento, que sejam de interesse da sociedade brasileira e dos organismos filantrópicos internacionais. A título de ilustração, dos quatorze projetos realizados entre 2015 e 2017, cinco estão destacados, com o tema e a respectiva agência financiadora, a seguir:

Compreendendo a Violência contra Mulheres Comunicadoras no Brasil/Embaixada do Reino dos Países Baixos;

Brazil: The Expression Agenda/Ford Foundation;

Direito à Informação e Direito à Água/Department for International Development (DFID);

A Gender Look into the Brazilian Media Environment/Unesco;

CSI Safety/Swedish International Development Cooperation Agency (SIDA).

Fonte: elaboração dos autores.

No contexto organizacional, a competência informacional está atrelada à inovação, estimula a autonomia, a criatividade e outros saberes relacionados aos processos institucionais, buscando alcançar um diferencial competitivo. O sujeito organizacional gera e utiliza conhecimento para realizar suas atividades e tomar decisões, impactando no desempenho da empresa. A ONG Artigo 19 concretiza suas diretrizes institucionais em consonância com a matriz inglesa e com as agências internacionais de fomento, que subsidiam os programas de desenvolvimento econômico, social e político dos países assistidos.

CONCLUSÃO

As ONGs são entidades que incluem em sua missão institucional o dever de atuar no campo das políticas públicas, a fim de obter respostas aos diversos problemas sociais. Tanto as ONG nacionais quanto as internacionais buscam informações que interessam à população como um todo. Tal comportamento é constatado na ONG Artigo 19, visto que trabalha no monitoramento do direito de acesso à informação governamental e de liberdade de opinião e expressão, desenvolvida por uma equipe especializada.

A competência informacional implica nas habilidades de saber pensar e perceber os significados das informações, bem como entender suas aplicações, o que pressupõe capacidades que viabilizam o uso da informação na solução dos problemas, de modo operacional e estratégico. Além do uso das ferramentas para a recuperação da informação, é preciso conhecer as fontes e ter consciência crítica para formular questões, promover avaliação, organizar os conteúdos e usar a informação, eticamente.

A análise da competência informacional, baseada no modelo de contextos (OTTONICAR; VALENTIM; FERES, 2016), reconhece diversos aspectos atendidos pela ONG Artigo 19. É importante destacar a relevância da participação destas organizações no papel de interlocução para a permanência dos demais direitos fundamentais, tais como educação, transporte, saneamento e saúde. Essa consciência das garantias essenciais, que beneficia toda a coletividade reforça o direito de cidadania, diz respeito à convivência digna dos sujeitos no conjunto da sociedade.

Um grupo de pessoas se estrutura a partir dos elementos sociais, culturais, econômicos e políticos, que na esfera pública são interpretados pelo Estado. Então, no contexto estatal democrático, os atores sociais organizados podem desenvolver suas capacidades e potencialidades e ainda compartilhar o resultado com o cidadão singular. Mas a garantia de manutenção do estado democrático de direito só é possível efetivamente quando a competência informacional e a participação cívica puderem ser exercidas pela sociedade como um todo, sem necessidade de intermediação.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. M. M.; ALCARÁ, A. R. Modelos e experiências de competência em informação em contexto universitário. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 19, n. 41, p. 83-104, set./dez. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3jRqoeH>. Acesso em: 21 abr. 2022.

ALVES, F. M. M.; VARELA, A. V. Formação de formadores em media and information literacy (MIL) para países lusófonos africanos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 13, p. 254-274, jan./jul. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3Ewh7SN>. Acesso em: 21 abr. 2022.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. *Information literacy competency standards for higher education*. Chicago: ALA, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/3Oj5JhX>. Acesso em: 21 abr. 2022.

BAWDEN, D. Information and digital literacies: a review of concepts. *Journal of Documentation*, Tucson, v. 57, n. 2, p. 218-259, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3jVUYnw>. Acesso em: 21 abr. 2022.

CAFÉ, A. L. P. *O controle e a regularidade na produção e na difusão de conhecimento no campo científico interdisciplinar*. 2019. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/386SyzG>. Acesso em: 21 abr. 2022.

CARBONE, P. P. *Gestão por competência e gestão do conhecimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316. Disponível em: <https://bit.ly/3vx7z5Y>. Acesso em: 21 abr. 2022.

CORREIA, Z. P. Referencial das competências dos profissionais europeus de informação e documentação: da gênese às perspectivas de futuro. *Cadernos BAD*, Lisboa, v. 2003, n. 1, p. 8-21, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/36tmFRJ>. Acesso em: 21 abr. 2022.

DURAN, T. L'alchimie de la compétence. *Revue Française de Gestion*, Paris, n. 127, p. 84-102, jan./fev. 2000. Disponível em: <https://bit.ly/3jPoYBE>. Acesso em: 21 abr. 2022.

FERES, G. G.; BELLUZZO, R. C. B. Competência em Informação: um diferencial da qualidade em publicações científicas. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 70-83, jan./dez. 2009.

FERNANDES, R. C. *Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civicus, 2002.

FERREIRA, V. C. P. *ONGs no Brasil: um estudo sobre suas características e fatores que têm induzido seu crescimento*. 2005. Tese (Doutorado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3xGlCJg>. Acesso em: 21 abr. 2022.

HATSCHBACH, M. H. L.; OLINTO, G. Competência em informação: caminhos percorridos e novas trilhas. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 20-34, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3OnmW9R>. Acesso em: 21 abr. 2022.

IBGE. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2016*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. v. 32. Disponível em: <https://bit.ly/3rE3Xho>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MARES, R. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 1-12, 1999. Disponível em: <https://bit.ly/3Mk9Bx1>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MOREIRO GONZÁLEZ, J. A.; TEJADA ARTIGAS, C. Competencias profesionales en el área de la ciencia de la información. In: VALENTIM, M. *Atuação profissional na área de informação*. São Paulo: Pólis, 2004. p. 97-110.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração universal dos direitos humanos de 1948*. Rio de Janeiro: ONU, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3JWLrXW>. Acesso em: 21 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Digital literacy in education*. Moscow: IITE, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3jYzFSv>. Acesso em: 21 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *O marco de avaliação global da alfabetização midiática e informacional: disposição e competências do país*. Brasília, DF: Unesco, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3k3i5wu>. Acesso em: 21 abr. 2022.

OTTONICAR, S. L. C.; VALENTIM, M. L. P.; FERES, G. G. Competência em informação e os contextos educacional, tecnológico, político e organizacional. *RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 9, n. 1, p. 124-142, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3uYxx3w>. Acesso em: 21 abr. 2022.

PAYTON, S.; HAGUE, C. *Digital literacy in practice: case studies of primary and secondary classrooms*. London: Futurelab, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3xOp44z>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SANTOS, C. O. *Os fluxos e as competências informacionais: o processo de formulação de políticas públicas de saúde do Conselho de Saúde do Estado da Bahia*. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SANTOS, J. O.; BARREIRA, M. I. J. S. O bibliotecário do Nordeste brasileiro: elucubrações do processo de aprendizagem e da competência em informação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 237-250, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3EBnBjw>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F. Formação, perfil e competências do profissional da informação. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 8., 2004, Estoril. *Actas [...]*. Lisboa: BAD, 2004. p. 1-9. Disponível em: <https://bit.ly/3k0GSBr>. Acesso em: 21 abr. 2022.

TENÓRIO, F. G. *Gestão de ONGs: principais funções gerenciais*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 7. ed. São Paulo, Atlas, 2006.

ZURKOWSKI, P. G. *The information service environment relationships and priorities*. Washington, D.C.: NCLIS, 1974. Disponível em: <https://bit.ly/38hvRJv>. Acesso em: 21 abr. 2022.

NADA MAIS HAVENDO A TRATAR

A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA E A TEORIA DA COMPLEXIDADE DE MORIN

Joselito Manoel de Jesus
Fernanda Maria Melo Alves

INTRODUÇÃO

“Nada mais havendo a tratar” é a frase que conclui as atas das reuniões de forma geral. É quase uma fórmula, um sinal. Essa frase que termina uma reunião é a que inicia nosso capítulo, coerente com a teoria que utilizamos para abordar o fenômeno da gestão da informação do Colegiado de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado da Bahia (CLG-UNEB): a teoria da complexidade. (MORIN, 2016)

Nesta teoria, a existência de um ser se explica em função de uma práxis permanente, na qual o fim reproduz o recomeço (recursão), formando um circuito que abarca a complementaridade, o antagonismo e a concorrência, principalmente quando esse recomeço é obtido através da gestão da informação. Portanto, tudo pode ser tratado numa dialética na qual o antagonismo e a complementaridade geram constantemente a necessidade de se produzir um estado estacionário precário, mas persistente, mesmo quando se registra que não há “nada mais havendo a tratar”.

O estado estacionário, segundo Morin (2016, p. 231), é “a principal característica de qualquer organização ativa”. É um estado que se equilibra no desequilíbrio, que se estabiliza na instabilidade, que exige uma incorporação permanente de elementos instáveis numa unidade estável e, por isso mesmo,

complexa. A incorporação do desequilíbrio e da instabilidade no sistema, sem anulá-las, exige da organização ativa a gestão eficiente da informação.

A gestão da informação constitui atividade imprescindível que requer a competência em informação dos membros de qualquer instituição social, principalmente as instituições educativas, cuja função informacional e comunicacional é determinante para os processos formativos desenvolvidos sob sua responsabilidade. As reuniões do CLG são movidas por competências organizacionais, informacionais, comunicacionais e outras, que orientam a práxis na produção-de-si, que “[...] é o processo retroativo/recursivo que produz o sistema, e que o produz sem interrupção, num recomeço ininterrupto que se confunde com sua existência”. (MORIN, 2016, p. 230)

Portanto, a gestão da informação pelo CLG é efetuada através da competência em informação (*information literacy*), guia uma práxis pedagógica na permanente produção-de-si, que culmina na formação de professores. A American Libray Association (1989, p. 3) considera “[...] que um indivíduo com competências informativas deve ser capaz de reconhecer quando a informação é necessária e ter capacidades para a localizar, avaliar e usar de forma eficaz”. Esta definição incorpora a competência mediática e informacional, a ética como reguladora, principalmente num contexto de desinformação e *fake news*, além da compreensão de aspectos legais (direitos de imagens, de som, direitos de propriedade intelectual etc.), econômicos e sociais, associados ao uso da informação.

A competência em informação transforma o oceano de desordem e ruído em uma práxis organizacional em comunicação e comandos produtivos, reprodutivos, regenerativos e produtor-de-si do colegiado. E essa práxis organizacional é elaborada formal e frequentemente nas reuniões do CLG, objeto deste estudo.

Segundo Morin (2016, p. 133), “a organização é o encadeamento de relações entre componentes ou indivíduos que produz uma unidade complexa ou sistema, dotada de qualidades desconhecidas quanto aos componentes ou indivíduos”. Assim, toda organização se apresenta como uma emergência.

As emergências são as qualidades ou propriedades de um sistema que apresentam um caráter de novidade com relação as qualidades ou propriedades de componentes considerados isolados ou dispostos diferentemente em outro tipo de sistema. (MORIN, 2016, p. 136)

Como tal, o CLG não se deixa absorver pela lógica discursiva que, movida por uma epistemologia que enfoca a razão instrumental como caminho metodológico privilegiado, pretende descobrir a lógica de seu objeto.

A decomposição analítica em elementos decompõe também o sistema, cujas regras de composição não são aditivas, mas transformadoras. [...] O simples fato de analisar um organismo a partir dos componentes acarreta uma perda de informação. (MORIN, 2016, p. 156)

O real resiste ao discurso lógico e à determinação metodológica, pois ele não pode ser identificado até que se revele em suas práxis na produção-de-si. Desse modo, o todo – o sistema, a unidade complexa, a organização ativa, o CLG – é mais que a soma dos professores que o compõem, pois ele se apresenta tanto na produção-de-si quanto nas emergências que geram transformações através de morfogêneses (criação de forma), metamorfoses (transformação da forma) e morfostases (manutenção da forma), com características globais que os professores sozinhos e, nem mesmo a soma deles, possui.

Para alcançar o objetivo da presente investigação, a informação contida nas atas das reuniões ordinárias do CLG do Departamento de Ciências Humanas (DCH IV) da UNEB, efetuou-se uma pesquisa documental, de natureza qualitativa, para detectar, obter e consultar a biografia e outros materiais que se baseiam em outros conhecimentos e/ou informações recolhidas moderadamente de qualquer realidade. (HERNANDEZ-SAMPIERI et al., 2003) A revisão bibliográfica permitiu identificar conceitos e abordagens adequados ao tema escolhido. Na impossibilidade de se analisarem todas as atas, definiu-se uma amostragem, apenas as atas que registram o enfrentamento ao grande número de professores liberados, durante um período selecionado, e a reativação do Núcleo de Estudos Geográficos (NEG), aspectos que refletem a gestão da informação do CLG diante de problemas e prioridades do colegiado. Nesse sentido, selecionaram-se 24 atas, da Ata nº 99 da reunião ordinária do colegiado realizada no dia 10 de março de 2016 até à Ata nº 122, registro da reunião realizada no dia 7 de agosto de 2020. Após a leitura das atas, aplicou-se a análise de conteúdo das informações nelas registradas, entendida como

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2016, p. 48)

Os resultados obtidos se apresentam em quadros, seguidos de sua análise fundamentada, como já foi assinalado, pela teoria da complexidade. (MORIN, 2016)

O COLEGIADO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA E SUA COMPOSIÇÃO

Quando o colegiado é formado, seus professores vão se transformando na dialética de sua práxis organizacional permanente.

A organização transforma uma diversidade descontínua de elementos em uma forma global. As emergências são as propriedades globais e particulares que resultam dessa formação inseparável da transformação dos elementos. As aquisições e as perdas qualitativas nos indicam que, antes de mais nada, os elementos que participam de um sistema são transformados em partes de um todo. (MORIN, 2016, p. 146)

Por apresentar propriedades globais, mas também particulares, e para entendermos a complexidade do CLG, considera-se que ele não é apenas a soma de seus professores, mas um conjunto de características nos comportamentos, formações específicas, potencialidades cognitivas, habilidades técnicas, políticas e relacionais que os professores possuem e desenvolvem em suas inter-relações e que sofrem restrições, proibições e impedimentos do colegiado em seu processo de produção-de-si. Assim:

Em qualquer sistema, mesmo naqueles que ocorrem emergências, sempre existem constrictões sobre as partes que impõem restrições e servidões. Estas constrictões, restrições, servidões inibem qualidades ou propriedades do sistema e chegam mesmo a arruiná-las. Nesse

sentido, o todo passa a ser menos que a soma das partes. (MORIN, 2016, p. 143)

Quanto maiores as constrictões e restrições sobre os professores de um colegiado, mais suas potencialidades vão sendo degradadas, inutilizadas, sufocadas, e desta forma a própria organização ativa, o CLG, vai perdendo suas qualidades globais, se fragilizando internamente e reduzindo suas resistências às degradações externas.

Não é senão no nível de indivíduos que dispõem de *possibilidades de escolha, de decisão e de desenvolvimento complexo* que as constrictões são destruidoras de liberdade, ou seja, tornam-se opressivas. O problema das constrictões se coloca de modo ambivalente e trágico no plano das sociedades e, simultaneamente, de modo singular no plano das sociedades humanas. (MORIN, 2016, p. 144, grifo nosso)

Em função do reconhecimento de que o CLG é mais do que a soma dos seus professores, podemos admitir que:

Qualquer organização comporta diversos níveis de subordinação quanto aos componentes (veremos que o desenvolvimento da organização não significa necessariamente crescimento das constrictões; veremos até mesmo que os progressos da complexidade organizacional se fundam nas ‘liberdades’ dos indivíduos que constituem o sistema). (MORIN, 2016, p. 143)

Assim, se os professores de um colegiado de licenciatura não dispõem de espaços dialógicos para o exercício de sua autonomia em processos interativos, que desencadeiam transformações e produções, o próprio colegiado sofrerá a perda de suas qualidades, sucumbindo em função dos próprios critérios e mecanismos autoritários que adota para retroagir sobre os professores. Do contrário, quanto maiores as possibilidades de interações e consolidação de inter-relações, mais o colegiado tem a possibilidade de apresentar emergências e evoluir em sua práxis na formação de professores. Na teoria da complexidade ambas as condições se antagonizam, se complementam e concorrem entre si, produzindo emergências.

Para Morin (2016, p. 131), os conceitos de sistema e organização estão articulados. Na perspectiva moriniana, sistemas semelhantes podem ter e têm propriedades diferentes, porque existe certa diferença de disposição das partes entre si no todo, ou seja, porque existem diferentes formas e processos organizacionais gerados por inter-relações singulares entre os professores.

Entrevemos, portanto, o importante papel da organização, se ela puder modificar as qualidades e as características dos sistemas constituídos de elementos semelhantes, mas combinados, ou seja, organizados diferentemente. (MORIN, 2016, p. 134)

Desse modo, a organização se constitui como um princípio fundamental na constituição e na singularidade de cada sistema. Colegiados de licenciatura de departamentos diferentes apresentam desempenhos pedagógicos distintos na formação de professores, bem como encaminhamentos distintos a partir da gestão que cada um dá à informação, em função de como seus atores se organizam e atuam nas reuniões ordinárias da instituição, que é um sistema de um sistema (departamento) de um sistema maior: a UNEB.

O sistema é o caráter fenomenal global do qual se revestem as inter-relações, cuja combinação constitui a organização do sistema. O sistema remete à unidade complexa do todo inter-relacionado às suas características e propriedades fenomenais. A Organização remete à combinação das partes em um todo que, por sua vez, intermedeia essa mesma combinação. (MORIN, 2016, p. 133)

As configurações do colegiado em relação a seus professores depende do número de professores efetivos, colaboradores e substitutos. Atualmente, o CLG do Departamento de Ciências Humanas da cidade de Jacobina, DCH IV da UNEB, é composto por 15 efetivos e duas professoras substitutas com contratos temporários. A maioria dos que saíram para cursar mestrado e doutorado já retornou e restam poucos professores que não pertencem ao quadro permanente do curso, desempenhando estas últimas um papel ativo na formação de professores de Geografia.

Para Morin (2016, p. 196), uma organização “é ativa quando gera ações e é gerada por ações”. Segundo ele:

A única possibilidade de lutar contra o efeito desintegrador dos antagonismos é ativa; por exemplo:

- integrar e utilizar o máximo possível os antagonismos de modo organizacional;
- renovar a energia indo buscá-la no meio ambiente e regenerar a organização;
- autodefender-se de maneira eficaz contra as agressões exteriores e corrigir as desordens interiores;
- automultiplicar-se de maneira que a taxa de reprodução ultrapasse a taxa de desintegração. (MORIN, 2016, p. 154)

Além de ser necessariamente ativo, o colegiado é também uma organização comunicacional/informacional e, como afirma Morin (2016, p. 440),

Qualquer organização ativa é um entrelaçamento de fatos desorganizadores e reorganizadores. A organização comunicacional/informacional não é feita apenas de fatos que ela produz, capta, utiliza, ressuscita. O fato, como afirma Whitehead, é a unidade das coisas reais. É a unidade concreta que a natureza revela, e não a unidade abstrata que a medida exhibe.

Portanto, o CLG é um sistema inserido em outros sistemas, formado por inter-relações que constituem a organização ativa comunicacional/informacional a fim de produzir a si incessantemente através de seu aparelho que funciona em suas reuniões ordinárias, trabalhando seus fatos como unidades concretas. A produção-de-si se dá numa relação que pode ser mais ou menos dialógica, e que sofre restrições e constrições, entre o todo que é o colegiado e seus professores, enquanto componentes desse todo. São suas reuniões ordinárias e a singularidade de seu funcionamento que passamos doravante a analisar.

AS REUNIÕES ORDINÁRIAS: OS ATOS EM ATAS

As reuniões ordinárias do CLG têm uma estrutura definida, contendo as comunicações, os pontos centrais da pauta e um item final que se denomina “o que ocorrer”. Nessas reuniões, ocorrem a gestão da informação e as

decisões sobre as ações que constituirão a práxis organizacional do colegiado na produção-de-si.

Neste trabalho, para manter o anonimato, os nomes das professoras, dos professores e dos(as) estudantes serão fictícios, associados a geógrafas e geógrafos do passado, que contribuíram para o desenvolvimento desta área de conhecimento. O Quadro 1 mostra a distribuição das reuniões nos dias da semana:

Quadro 1 – Distribuição das reuniões ordinárias do Colegiado de Licenciatura em Geografia

24 reuniões registradas da Ata n. 99 (2016) à Ata n. 122 (2020)			
Dias da semana	Reuniões ordinárias		
	Número de reuniões		Porcentagem %
Segunda-feira	1 remota		4,2
Terça-feira	4	2 presenciais	16,7
		2 remotas	
Quarta-feira	1 remota		4,2
Quinta-feira	10 presenciais		41,6
Sexta-feira	8	7 presenciais	33,3
		1 remota	

Fonte: Atas das Reuniões Ordinárias do CLG, DCH IV, Unerb.

Uma primeira observação a se fazer é sobre os dias da semana escolhidos para as reuniões ordinárias do CLG. Uma justificativa dada pela secretária do curso para o fato da maioria das reuniões serem feitas nas quintas e sextas-feiras, 74,9%, é que nos dias finais da semana a participação dos professores é maior. Porém, como alguns professores que têm suas aulas nestes dias da semana têm mais chances de participação e de definição dos rumos da instituição, em detrimento daqueles que dão aulas entre a segunda e a quarta-feira, numa das reuniões se tomou a seguinte decisão:

Prosseguindo com a pauta comunicações, a coordenadora informa aos presentes que o Calendário de Reuniões de Colegiado de Geografia para o semestre em curso, 2017.1, está em fase de confecção e

solicita sugestões dos presentes. Assim, a plenária foi favorável para que as reuniões sejam distribuídas em todos os dias úteis da semana e, não somente, as terças e as quintas, além do revezamento entre os turnos matutino e vespertino. (ATA nº 102, 2017, p. 1)

Entretanto, esta decisão não modificou a concentração das reuniões nos dias de quinta e sexta-feira. Das reuniões registradas nas Atas nº 103-122:

- Oito reuniões foram realizadas às quintas-feiras;
- Oito reuniões às sextas-feiras;
- Três reuniões na terça-feira, duas dessas já no contexto da pandemia causada pela covid-19;
- Uma na segunda-feira, remota e no contexto da pandemia causada pela covid-19;
- Uma na quarta-feira, remota, também no mesmo contexto.

No período da pandemia causada pela covid-19, com registros desde a Ata nº 118 (14 de abril de 2020) à nº 122 (7 de agosto de 2020), diversificaram-se as reuniões nos dias da semana:

- Duas nas terças-feiras (Atas nº 118 e 119);
- Uma na quarta-feira (Ata nº 120);
- Uma na segunda-feira (Ata nº 121);
- Uma na sexta-feira (Ata nº 122).

Por uma média aritmética simples, aproximadamente oito professores participavam das reuniões do colegiado no período considerado, tendo estado presentes nelas a maioria dos professores efetivos. Contudo, no período compreendido entre os semestres 2016.1 (um pouco antes da Ata nº 99) e o semestre 2019.1 (Ata nº 114), boa parte dos professores efetivos estava afastada para licença-prêmio, motivo de saúde, licença sabática e para cursar mestrado e doutorado, situação descrita no Quadro 2:

Quadro 2 – Professores liberados pelo Colegiado de Licenciatura em Geografia entre 2016 e 2018

Causa da liberação	Número de liberados	Semestre/ata
Para mestrado	1	2017.1/ata nº 101
Para doutorado	3	2016.1/pré-ata nº 99
	2	2016.2/ata nº 99
	1	2017.1/ata nº 101
Para licença-prêmio	3	2017.2/ata nº 102
Para licença sabática	1	2018.2/ata nº 108
Transferência para outro departamento	1	2016.2/ata nº 100
Por problemas de saúde	1	2018.1/ata nº 109
Total de professores liberados	13 ^{*1}	-

Fonte: Atas nº 99-122 do CLG, DCH IV, UNEB.

O afastamento dos professores para aperfeiçoamento em pós-graduações constitui abertura importante do colegiado de licenciatura em referência, contribui para a melhoria da qualidade da formação de professores e professoras, favorecendo o tratamento da informação, o aperfeiçoamento da eficiência da instituição e a criação, a reativação e ampliação de formas (morfogênese, morfostase e metamorfose), através de núcleos, mestrados e doutorados futuros, que vão surgindo em função das demandas institucionais, culturais, políticas e econômicas, oriundos tanto do interior da instituição, quanto do seu exterior. “Tudo o que forma transforma. Este princípio se tornará ativo e dialético na escala da organização viva, em que transformação e formação constituem um circuito recursivo ininterrupto”. (MORIN, 2016, p. 146)

Contudo, esses afastamentos têm de ser estratégicos, para que o colegiado não perca sua qualidade profissional na formação de professores, causando degradação muito rápida dos processos formativos que ocorrem na instituição. De acordo com a teoria da complexidade se percebe a complementaridade, o antagonismo e a concorrência desses fatos na dinâmica da produção-de-si do colegiado.

1 O mesmo professor que se afastou para licença-prêmio em 2017.2 se beneficiou de uma licença sabática em 2018.2.

A formação dos professores é importantíssima para seu desenvolvimento e sua evolução. Porém, a saída de muitos professores num curto intervalo de tempo também é antagônica ao próprio colegiado, pois gera perda instantânea e numerosa de competências profissionais. Mais ainda, o contexto em que ocorreram essas saídas instaurava um impasse, ou todos saem ou ninguém sai, pois a maioria dos colegas frequentaram o mesmo doutorado ao mesmo tempo, tendo apenas essa oportunidade naquele momento. Mesmo assim, entre os semestres 2017.1 e 2017.2, quatro professores tiveram suas licenças-prêmio aprovadas. Embora a formação de professores seja importante para o colegiado, para o departamento e para a universidade, a liberação de muitos professores num curto espaço de tempo gera degradação da formação docente, cuja responsabilidade é do próprio colegiado, o que, por sua vez, requer desta instituição sua reorganização.

O problema da liberação de professores foi tratado nas reuniões do CLG, estando mais evidente na reunião que corresponde à Ata nº 99, no ano de 2016:

O professor Carl Ritter sinaliza a sua preocupação com o curso de Geografia devido ao número expressivo de aprovados e liberados para qualificação. Citando como exemplo a Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS em que um professor só é liberado após o retorno de outro. (ATA nº 99, 2016, p. 2)

Essa preocupação reflete a situação em que os professores que passaram no mesmo curso de pós-graduação, a nível de doutorado, pediram afastamento e foram atendidos em seu pleito. Na reunião seguinte (Ata nº 100), o mesmo professor aprovou sem ressalvas a transferência de outro colega para outro departamento da UNEB, situado em outra cidade, tendo sido um dos que pediram licença-prêmio no semestre 2017.2, revelando com esta atitude a falta de coerência de critério pessoal, a relativização desta ou a ausência de um critério geral do colegiado para a questão da liberação de professores, causando mais uma perda de um profissional do colegiado num momento tão crítico.

O professor Carl Ritter comenta que o professor Friedrich Ratzel contribuiu consideravelmente para o Departamento e está de acordo

com a remoção. A professora Dora de Amarante ressalta que apesar da vaga não ser mais para o Departamento e sim para a Universidade, ela considera fundamental exigir essa vaga, devido à situação peculiar do Colegiado. (ATA nº 100, 2016, p. 2)

Outras sugestões foram apresentadas para o mesmo problema, reconhecido como “situação peculiar do colegiado”.

A professora Maria do Carmo informa sobre a possibilidade do professor Milton Santos cooperar com os componentes do professor Pasquale Petrone. A professora Maria da Conceição informa que o professor Yves Lacoste tem interesse em cooperar ministrando os componentes curriculares da área dela, além disso, ela se compromete a continuar com seus orientandos de TCC. O professor Alfred Wallace reforça a preocupação em relação aos cooperadores, em virtude dos contratos serem de curto período, onde o mais correto seria a viabilização de professores substitutos os quais trariam uma tranquilidade maior ao curso. A professora Maria do Carmo informa que considerando a situação atípica que o curso de Geografia se encontra, pretende formalizar um processo na tentativa de conseguir que a segunda colocada na recente seleção para professor substituto seja chamada. O professor Carl Ritter sugere que a discussão seja postergada até que se tenha uma posição definitiva sobre os professores que irão colaborar com o curso. (ATA nº 99, 2016, p. 2)

“Peculiar” e “atípica”, a situação desestabilizada do CLG exigia respostas urgentes a fim de reorganizar a desorganização provocada. Cooperadores, substitutos, adiamento da discussão pelo afastamento de mais duas professoras foram as possibilidades apontadas de imediato, pois eram mais prováveis de serem efetivadas. Uma solução construída fora dos limites do colegiado foi apresentada, envolvendo instâncias superiores da UNEB, na busca de solução efetiva para o problema:

A professora Bertha Becker ressalta que entende a necessidade dos alunos externada através do professor Carl Ritter e também entende a necessidade dos professores que precisam se qualificar. E por entender que essa responsabilidade não é só do Colegiado,

mas também do Departamento, ela sugere que seja marcada uma reunião extraordinária com a direção para explicar a real situação do Colegiado e pedir auxílio no que for possível junto à administração central. A professora Rosa Rosini salienta que no início das discussões sobre os afastamentos parte dos docentes foram liberados com a garantia de que os demais seriam no segundo momento. Os professores Alfred Wallace e Bertha Becker salientam que como foi a Universidade que criou essa situação, o mais correto seria receber o apoio da reitoria na tentativa de solucioná-la. Assim, após análise e discussão a plenária vota a favor das liberações, com exceção do professor Carl Ritter que se abstém de votar e da representante da Coordenação Acadêmica dos Discentes de Geografia Mariana Josefina que também se abstém de votar. Portanto, com a maioria dos votos a favor, a plenária opina pelo deferimento do afastamento das docentes Maria da Conceição e Rosa Rosini a partir do período letivo 2016.1. (ATA nº 99, 2016, p. 2-3)

O processo recursivo do Colegiado não foi suficiente, exigindo abertura estratégica para o meio mais amplo, no qual a organização ativa de natureza informacional/comunicacional é uma das partes: o DCH IV e a UNEB. Relembramos que uma das estratégias de uma organização ativa “contra o efeito desintegrador dos antagonismos [é] renovar a energia indo buscá-la no meio ambiente e regenerar a organização”. (MORIN, 2016, p. 154) Neste momento, os sujeitos que poderiam ser mais prejudicados diretamente entram em cena na reunião:

Os discentes Mariano José, José Mariano e Mariana Josefina enfatizam que entendem a necessidade dos professores se aperfeiçoarem, mas solicitam que também seja feita uma avaliação das necessidades do curso e dos alunos. (ATA nº 99, 2016, p. 2)

De fato, dois anos depois, os estudantes tiveram alguns atrasos em seu percurso acadêmico devido ao cancelamento de algumas disciplinas, importantes para a formação docente em Licenciatura em Geografia, conforme registrado adiante:

Prosseguindo com a pauta comunicações, a coordenadora Dora de Amarante informa aos presentes sobre a necessidade de exclusão dos componentes curriculares Fotointerpretação e Sensoriamento Remoto, Geoprocessamento e Sistemas de Informações Geográficas (SIG) e Novas Tecnologias que ficariam sob responsabilidade do professor substituto que estava previsto para ser admitido através de um novo concurso no início de 2018, porém o processo seletivo não ocorreu em tempo hábil e foi preciso remover os componentes do sistema. Ela informa ainda sobre a desistência da convocada, aprovada em 3º lugar, para a vaga de Professor Substituto do concurso anterior, conforme Edital nº 103/2015, Joana de Castro, que em virtude de outros compromissos que surgiram durante a tramitação do seu processo de nomeação fizeram com que ela optasse por desistir da vaga no Departamento. Assim, o Colegiado teve que excluir um quarto componente, Geografia da África. (ATA nº 107, 2018, p. 1)

Desse modo, foram retirados componentes curriculares, pois apesar das sugestões apresentadas, da volta gradual dos professores, cooperadores e substitutos, a falta de professores, causada por uma aprovação de afastamento de tantos professores num curto período, provocou lacunas que tiveram de aguardar para serem preenchidas.

Na reunião seguinte, durante a sessão de comunicações, a coordenadora do curso comunicou a solução do problema, prevista para o semestre seguinte:

Prosseguindo com a pauta comunicações, a coordenadora Dora de Amarante informa aos presentes sobre a realização do processo seletivo para Professor Substituto, para o qual foram destinadas 02 vagas para o curso de Licenciatura em Geografia do DCH IV, sendo uma na área dos componentes curriculares Informática Aplicada à Geografia/Fotointerpretação e Sensoriamento Remoto/Geoprocessamento e Sistemas de Informações Geográficas - SIG e a outra na área de Geografia da África/Teorias Regionais/Geografia Agrária/Geografia da América Latina, os selecionados serão convocados para o semestre 2018.2. (ATA nº 108, 2018, p. 1)

Como se percebe, foi bastante problemática esta situação, mas o CLG deu respostas rápidas e eficazes, apesar de suas contradições internas, num

contexto universitário de restrição orçamentária imposta pelo Governo do Estado da Bahia.

A falta de ativação de normas regulamentadoras² sobre afastamentos de professores para aperfeiçoamento profissional, gozo de direitos como licença-prêmio e licença sabática e transferência interdepartamental deixou o CLG dependente apenas das idiossincrasias de seus membros, tanto para reduzir o impacto negativo do afastamento de tantos professores em um curto intervalo de tempo (2016-2017), quanto para criar alternativas institucionais à própria determinação legal na relação com a universidade. Como se pode observar, esta inter-relação foi buscada, mas sem orientação legal como um dos recursos informacionais, que poderia assessorar a gestão da informação e potencializar a ação institucional.

Portanto, diante dos desafios relativos ao afastamento dos professores num período curto, causando desorganizações internas, o CLG do DCH IV da UNEB se reorganizou através da contratação de professores, substitutos e colaboradores, num processo recursivo em busca de solução fora de suas fronteiras sistêmicas, através da mediação do departamento nas suas instâncias superiores. As desorganizações são incorporadas pelo funcionamento do colegiado em suas reuniões ordinárias, concorrendo para a construção de um processo de reorganização, a partir das informações disponíveis que os professores operacionalizam na produção-de-si do colegiado.

O NÚCLEO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS: AMPLIAÇÃO DA FORMA COMO FORMA DE AÇÃO

Na impossibilidade de acessar a informação sobre a criação do Núcleo de Estudos Geográficos (NEG), se identificou numa ata apenas a reunião de sua “reativação”.

2 Estatuto do Magistério Superior Público. Lei nº 8.352, de 2 de setembro de 2002. Em seu artigo primeiro explica que a “Lei disciplina o regime jurídico do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia e consubstancia o seu estatuto especial, previsto na Constituição Estadual”. O Conselho Universitário da UNEB, Consu, também elabora normas relativas ao afastamento de professores, na Resolução nº 8/1988 e no Artigo nº 172, § 2º, mas obedece à lei maior que é o Estatuto acima referido.

A professora Ana Carlos informa sobre a *reativação do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Geográficos (NEG)*, do qual o professor Friedrich Ratzel é o coordenador, ela salienta que mesmo sendo composto por professores e alunos do curso, o grupo não está funcionando na prática e ressalta a importância de seu funcionamento efetivo. (ATA nº 101, 2016, p. 3-4, grifo nosso)

A crítica à falta de funcionamento do núcleo referido aponta para a retomada da sua importância no CLG, a partir deste momento. Nas reuniões seguintes, o NEG se fortalece através da articulação de eventos promovidos pelo colegiado, conforme se observa no Quadro 3 adiante:

Quadro 3 - Desenvolvimento do Núcleo de Estudos Geográficos no período 2016.1-2020.1

Atas/ano	Práxis organizacional	Momento da reunião
Ata nº 101/2016	Reativação do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Geográficos (NEG)	O que ocorrer
Ata nº 102/2017	Integração do NEG com a Semana do Meio Ambiente, com a Semana de Geografia e com outros Grupos de Estudo	Comunicações
Ata nº 103/2017	Mesa redonda "Questões ambientais atuais: um olhar socioespacial da realidade de Jacobina-BA", na Semana do Meio Ambiente, com a participação do Promotor de Justiça do 16º Escritório Regional, do Secretário Municipal do Meio Ambiente de Jacobina, do membro do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Condem) e do membro do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itapicuru. Confecção do <i>banner</i> para apresentações dos professores	Comunicações
Ata nº 104/2017	Ao invés de uma Semana de Geografia, serão distribuídos ao longo do ano diversos eventos promovidos pelo NEG, com convidados	O que ocorrer
Ata nº 105/2017	Sugestão para realização de reuniões específicas de acordo com as linhas de pesquisa e, posteriormente, gerais com a presença de todos os membros. Convite para os membros pensarem sobre a elaboração da revista eletrônica do NEG do Campus IV, que terá abrangência nacional. Solicitação para que o Colegiado averigue com as instâncias os trâmites para a criação da revista indexada. O professor Alfred Wallace sugere que em paralelo com a revista, funcione o site do NEG, no qual sejam depositados todos os trabalhos dos membros.	O que ocorrer
Ata nº 106/2017	Ênfase na importância do fortalecimento e visibilidade do NEG, sendo importante a realização de eventos sempre vinculados a ele. Destaque da importância de instalar o Laboratório de Pesquisa em Didática e Ensino da Geografia (Lapedegeo), o qual também será vinculado ao NEG.	O que ocorrer
Ata nº 108/2018	A professora Bertha Becker informa que o Núcleo de Estudos Ciganos solicitou cotas de sobre vagas para os ciganos na UNEB, o documento foi encaminhado em nome do NEG e a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas já está construindo a Resolução que está prevista para ir para o Consu em junho do corrente ano.	O que ocorrer

continua...

Atas/ano	Práxis organizacional	Momento da reunião
Ata nº 111/2018	Realização do III Colóquio do NEG, intitulado “O atlas municipal para o estudo escolar”, o qual será ministrado pela professora Andréa Aparecida Zacharias, de 17 e 20 de outubro do corrente ano.	Comunicações
Ata nº 121/2020	Indicativo de reestruturação do NEG. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) solicita revisão de questões como o grande número de docentes e discentes no grupo, o que é considerado atípico, a inatividade de alguns membros, além da necessidade de revisão daqueles professores que participam de muitos grupos, sendo indicada a participação em três grupos no máximo. Ele solicita que os professores verifiquem o e-mail e informem se gostariam de permanecer no grupo. Além disso, será necessária a retirada dos alunos que já concluíram o curso e a revisão das linhas de pesquisa, objetivando deixar o grupo mais enxuto e produtivo.	O que ocorrer

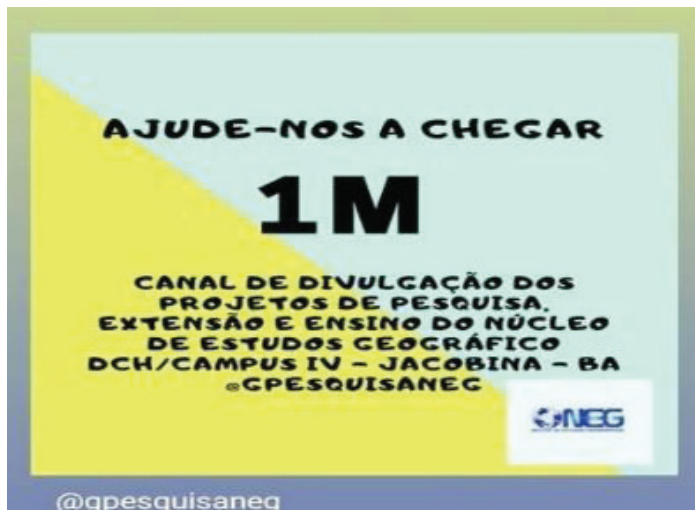
Fonte: Atas n. 101-121 das Reuniões Ordinárias do CLG, DCH IV, UNEB.

Um detalhe que pode passar despercebido é a participação do NEG nas reuniões ordinárias do colegiado, nos itens “comunicações” e “o que ocorrer”, momentos que funcionaram como uma restrição à reflexão sobre a existência e as funções no próprio colegiado. Em nenhuma das reuniões consideradas neste trabalho constou como ponto central de pauta, apesar de sua importância para o CLG. Este fato assinala um processo paralelo ao colegiado, haja vista que o núcleo de estudos não é colocado na centralidade do debate pelos professores que não participam diretamente dele. Além disso, como vimos no Quadro 1, 74,9% das reuniões ordinárias do colegiado se efetuaram entre as quintas e sextas-feiras, fato que mostra que o NEG adquire autonomia ainda maior do colegiado, enquanto um todo. Assim, o NEG funciona com autonomia, evidenciando restrições que influenciam e impedem formas de participação, mas também pode expressar os progressos da complexidade organizacional, na qual alguns professores exercem suas criações e suas competências em práxis organizacionais.

Em 2017, na página 3 da ata da reunião nº 103, identifica-se a concretização simbólica do NEG, como fortalecimento do núcleo: “A professora Dora de Amarante informa que foi confeccionado um banner do Núcleo de Estudos Geográficos, o qual ficará à disposição no Colegiado para os professores que quiserem utilizá-lo”. O simbólico tem uma importância fundamental na consolidação de um grupo específico, na medida em que todo professor que apresenta uma comunicação, utilizando o *banner* do NEG, representa-o institucionalmente. Também se identificou na plataforma do Instagram, através

do *feed* de um ex-estudante do curso, Aziz (nome fictício), a divulgação do *card* que se representa na Figura 1:

Figura 1 – Card de um estudante no Instagram



Fonte: Instagram. *Feed* de estudante de Licenciatura em Geografia. 11 nov. 2020.

Indagado sobre a importância da divulgação, o ex-estudante Aziz justificou que:

Temos que nos apropriar dessas redes para mostrar o trabalho que a universidade pública realiza. O Instagram é uma ferramenta que possibilita esse acesso à informação. Vamos divulgar nosso trabalho e viva a universidade pública, viva o Campus IV.

O reconhecimento da importância da UNEB e do DCH IV em sua formação talvez tenha provocado no estudante a defesa da universidade pública e, de modo especial, do DCH IV, seu *lócus* de formação inicial na licenciatura em Geografia. O referido estudante adquiriu esse *card* através de outros estudantes, colegas da mesma turma, fato que prova a existência de uma divulgação interna, que vai se multiplicando em meio digital e social ao qual pertencem, tornando o NEG mais conhecido e consolidando sua existência, através dessas e de outras inter-relações estabelecidas entre professores,

ex-estudantes, estudantes e demais interlocutores, que se juntam a esta práxis produtiva do colegiado.

O *link @gpesquisaneg* no Instagram do Núcleo de Estudos Geográficos, *neg@uneb.br*, do Colegiado de Geografia do Departamento de Ciências Humanas, *Campus IV* da Universidade do Estado da Bahia, contém 271 publicações, a maioria relativas à divulgação de informações sobre o desenvolvimento da covid-19 em Jacobina e municípios vizinhos, através de boletins municipais. Também divulga *lives* promovidas pelo corpo docente do CLG, abarcando os seguintes temas:

- Mulheres na pandemia: superando dificuldades, transformando realidades;
- História ambiental dos desastres “naturais”: o caso de Jacobina, Bahia;
- Papo covid na Chapada. Expandido o olhar para a vizinhança: Jacobina e região;
- Cursos de extensão, tendo como temas: análise da paisagem do Piemonte da Jacobina: práticas educativas; sistema de informação geográfica com o QGIS; Formação e identidade docente na Geografia, sendo estes últimos cursos livres, oferecidos conforme decisão colegiada registrada na Ata nº 122/2020.

O curso de extensão “Formação e identidade docente na Geografia”, registrado na Ata nº 106/2017 e lecionado no Laboratório de Pesquisa em Didática e Ensino da Geografia (Lapedegeo) do NEG, aponta para um processo de regeneração na produção-de-si do CLG e para seu fortalecimento interno, a fim de enfrentar as desorganizações e desordens produzidas pela ausência de uma identidade do todo ao qual as partes servem e dele se servem, entre outras causas.

Os professores do CLG, pelo menos os que dão bastante importância ao NEG, junto aos estudantes que nele participam ativamente, priorizam seu fortalecimento através de diferentes suportes, ações e criações, apesar da pandemia causada pela covid-19, como constatamos no *card* anteriormente representado e na plataforma do Instagram. Através da teoria da complexidade moriniana, o NEG pode ser percebido teoricamente como uma forma nova que o colegiado produz em sua práxis:

Esquecemos, porém, que a ideia de transformação significa mudança de forma, ou seja: deformação, formação (morfogênese), metamorfose, e que é preciso considerar o termo forma no seu sentido forte de Gestalt, globalidade de um sistema e de um ser. [...] A transformação aparece, portanto, como *fabricação* (termo que dá prioridade ao trabalho organizador e à multiplicação do mesmo) ou como *criação* (termo que dá prioridade à generatividade do sistema e à novidade do produto). Ainda é preciso ressaltar que a ideia de criação está longe de ser contrária à de produção: toda produção não é necessariamente criação, mas toda criação é necessariamente produção. (MORIN, 2016, p. 198-199, grifo do autor)

Há indícios de que o NEG pode ser expressão de uma morfogênese produzida pelo CLG, pois não se reduz a uma produção, mas apresenta também um processo de criação na medida em que essa parte (NEG) de um todo (CLG) indica uma tendência de transformação do todo, através da retroação sobre o próprio colegiado, abrindo possibilidades para formação de outros núcleos e grupos de estudo e de pesquisa. Assim, o núcleo de estudos em questão vai ampliando suas formas a partir do colegiado no qual é produzido e o produz, evidenciando como novas reorganizações produzem novas desorganizações, num circuito que se retroalimenta em sua relação permanente com o antagonismo e com a desordem.

Desde sua reativação, uma intensa práxis organizacional vai ampliando o NEG, que começa a ganhar terreno sobre o todo, o CLG, cuja relação complexa, que aparentemente é apenas pacífica, desejável e natural, vai se expressando também como um problema.

Precisamos conceber a complexidade biológica e sociológica do que é essencialmente uno, mas que, ao comportar vários níveis de organização do ser, da existência, se torna múltiplo, dissociado e, em última instância, antagônico a si mesmo. (MORIN, 2016, p. 160)

Reunião após reunião, o NEG vai desenvolvendo sua práxis organizacional com a criação de linhas de pesquisa, *site* (Instagram) e revista eletrônica indexada, conforme identificamos no quadro que corresponde à Ata nº 105/2017. Dada a complexidade de funcionamento das instituições em estudo, algumas

perguntas podem nos prevenir sobre algumas desorganizações e desordens que podem deteriorar o trabalho conjunto do CLG, mesmo quando o NEG busca justamente o contrário: seu fortalecimento.

A práxis organizacional do NEG se torna mais ampla que a do próprio CLG, ao qual pertence, assumindo suas funções principais e esvaziando-o? Ele é dependente apenas de poucos professores do referido colegiado? Este curso de licenciatura ressentido de não ser um curso de bacharelado? A busca pelo fortalecimento de sua identidade docente específica de Geografia não negligencia outro núcleo importante como o Núcleo Docente Estruturante (NDE), criado pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da UNEB, através da Resolução nº 1.818/2015? (ATA nº 103, 2017, p. 1) A morfogênese do NEG não estaria causando uma metamorfose ou mesmo uma deformação no CLG do DCH IV da UNEB? As desorganizações e deslocamentos do CLG, provocadas pelas reorganizações da práxis organizacional do NEG, apontam para que possibilidades recursivas? E como tais possibilidades recursivas afetariam a formação de professores na licenciatura?

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou aprofundar a contribuição relevante da teoria da complexidade de Morin para a análise e a reflexão sistemática de fatos e objetos educacionais, administrativos e informacionais, através de uma abordagem à gestão da informação registrada nas atas das reuniões do Colegiado de Licenciatura em Geografia do Departamento de Ciências Humanas, situado no *Campus IV* da Universidade do Estado da Bahia (CLG/DCH IV/UNEB).

Esta instituição é estudada como um sistema, uma organização ativa na produção-de-si, caracterizando sua originalidade, abrindo caminhos para novos aprofundamentos teóricos e metodológicos, quando a considera pelo antagonismo, pela concorrência e pela complementaridade, em sua permanente dinâmica existencial.

A reativação e desenvolvimento do Núcleo de Estudos Geográficos (NEG) do Colegiado de Licenciatura em Geografia (CLG) constituem um esforço de alguns professores na produção de fatos e processos reorganizadores numa práxis organizacional intensa, fortalecendo este núcleo e o próprio colegiado.

Contudo, essa reorganização produz também novas desorganizações que requerem atenção permanente de todos, obrigando que o NEG seja trazido para o campo público da reflexão sistemática durante as reuniões do colegiado, para que outras contribuições sejam incorporadas aos esforços permanentes de produzir estados estacionários que, mesmo precários, se tornam resistentes na incorporação dos antagonismos com as complementaridades, na existência do Colegiado de Licenciatura em Geografia do Departamento de Ciências Humanas, situado no *Campus IV* da Universidade do Estado da Bahia (CLG/DCH IV/UNEB), na produção-de-si.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. M. M.; VARELA, A. V. Integração curricular de literacia da informação em contexto universitário: a disciplina de técnicas de busca e uso da informação na Universidad Carlos III de Madrid, Espanha. In: ALVES, F. M. M, CORRÊA, E. C. D.; LUCAS, E. R. O. (org.). *Competência em informação: políticas públicas, teoria e prática*. Salvador: Edufba, 2016. p. 303-340. Disponível em: <https://bit.ly/3rMynOO>. Acesso em: 21 abr. 2022.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. *Presidential committee on information literacy: final report*. Washington, DC: ALA, 1989. Disponível em: <https://bit.ly/3vyUBVC>. Acesso em: 21 abr. 2022.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 4. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

HERNANDEZ-SAMPIERI, R. *et al. Metodología de la investigación*. Ciudad de México, DF: McGraw Hill, 2003.

MORIN, E. *O método I: a natureza da natureza*. Tradução de Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2016.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Colegiado de Licenciatura em Geografia, DCH IV. *Atas de Reunião Ordinária do Colegiado de Geografia do Departamento de Ciências Humanas*. Campus IV da Universidade do Estado da Bahia. 2016-2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Núcleo de Estudos Geográficos. Departamento de Ciências Humanas, Campus IV. [*Universidade do Estado da Bahia*], Salvador, [2022]. Instagram: @gpsquisaneg. Disponível em: <https://www.instagram.com/gpesquisaneg/>. Acesso em: 21 abr. 2022.

A PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI

Mônica Izabele Jesus
Fernanda Maria Melo Alves

INTRODUÇÃO

As mudanças ocasionadas pela Revolução Técnico-Científica, especialmente no pós-guerra do século XX, fizeram surgir novas demandas da sociedade, desencadeando com isso a necessidade de aprofundamento de investigações científicas, influenciando a criação da pós-graduação no Brasil, um importante instrumento para a formação de pesquisadores no país. Os primórdios da pós-graduação brasileira têm origem na década de 1930, a partir da necessidade de modernização das universidades, ideia que emerge por meio de mecanismos legais.

Nesse contexto, a Ciência da Informação (CI) brasileira emerge nos anos 1950 do século mencionado, a partir da criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), hoje conhecido como Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), com o objetivo de compreender os problemas de organização, recuperação e disseminação da informação, ocasionados pela “explosão informacional”, realidade que gerou o denominado “caos informacional”. Entretanto, segundo Población (1993), os primeiros cursos *strictu sensu* na área se iniciam com o mestrado em 1972 no IBICT e o doutorado, a partir de 1980, na Universidade de São Paulo (USP).

Passados mais de 40 anos, a CI tem hoje uma massa crítica consolidada, com corpo docente em seus programas de pós-graduação, constituído, em

sua maioria, por doutores. Sua expansão, com a criação de novos cursos, favorece o fortalecimento da CI brasileira, especialmente com a atuação dos egressos dos mestrados e doutorados nos diferentes espaços do mercado de trabalho, na graduação, na pós-graduação ou em outros nichos de atuação, que emergiram das transformações sociais ao longo desse período.

A realidade mencionada propicia reflexões sobre o desempenho dos profissionais egressos da pós-graduação em CI, especificamente quanto ao seu perfil e aos espaços de sua atuação no mercado de trabalho, considerando que o corpo de egressos dos programas de pós-graduação em CI é multidisciplinar, oriundo de diferentes áreas do conhecimento. (CASTRO, 2008; NORONHA; FUJINO, 2006; SILVA, 2015)

A escolha de investigar o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI-UFBA) decorreu da compreensão de que se trata de um programa consolidado, com 20 anos de atuação, que oferece dois tipos de cursos *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e com boa produção intelectual (docente/discente), reunindo, portanto, requisitos adequados para realizar uma pesquisa dessa natureza.

Em face do exposto, apresentam-se os seguintes questionamentos: quantos e quais são os egressos titulados pelo PPGCI-UFBA no período correspondente a 2007-2019? Qual a sua procedência acadêmica ao ingressarem no programa? Quais os espaços de sua atuação após a titulação? Que contribuições as pesquisas desenvolvidas por esses egressos trouxeram efetivamente para a área e para o desempenho profissional? O período temporal escolhido corresponde ao período em que o programa foi avaliado pela Capes, alterando a nota anterior de 3 para 4. A avaliação permitiu a criação do curso de doutorado em 2011, favorecendo a titulação de profissionais em nível de doutorado.

A consecução desta investigação demandou adoção de procedimentos necessários para alcançar os objetivos pretendidos. Assim, a pesquisa é do tipo “documental, com base em documentos primários, bibliográfica, por ser [...] desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 50) e descritiva, em razão da natureza do objeto *a priori* definido.

O percurso metodológico se iniciou com a pesquisa documental e bibliográfica em diferentes bases de dados específicas, seguida de um levantamento

de informação nos *sites* dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação e da Capes para identificar os programas vigentes. Em razão da inconsistência nos dados de alguns programas, recorreu-se à Plataforma Sucupira para complementar as informações. Dada a persistência de lacunas, adotou-se também como estratégia o contato com os programas por *e-mail* e telefone, para dirimir dúvidas ainda existentes. Finda essa etapa, os dados foram organizados em uma planilha Excel, e em seguida, elaboraram-se quadros para representar de forma mais clara o resultado da pesquisa.

Os resultados da pesquisa permitem delinear o quantitativo de programas existentes, a distribuição regional dos programas, as temáticas constantes nas áreas de concentração de cada programa, que representam a pesquisa na Ciência da Informação brasileira, bem como a distribuição dos programas no território nacional. Os dados advindos dessa etapa podem trazer subsídios que colaborem para ampliar a compreensão sobre a realidade da Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil.

A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

A instituição da pós-graduação no Brasil se originou no âmbito da Reforma Francisco Campos, ministro que implementou a primeira grande reforma no ensino brasileiro na primeira Era Vargas (FAGUNDES, 2011), na década de 1930 e, segundo Sucupira (1980, p. 3), tem relação direta com a “modernização da universidade brasileira”. Nesse sentido, o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, trazia essa previsão para as áreas de direito e ciências exatas e naturais, cujo objetivo primordial estava voltado à formação de professores catedráticos nas áreas mencionadas. Vale ressaltar que a terminologia “pós-graduação” não é registrada nesse documento, fato que só ocorre no Decreto nº 21.231, de 18 de junho de 1946, referente ao Estatuto da Universidade no Brasil, portanto, um lapso temporal de 15 anos.

O corpo docente desse contexto era integrado por professores estrangeiros: alguns vindos em missões acadêmicas, apoiados pelos governos europeus, e outros à procura de asilo, fugindo do momento de grande agitação vivida na Europa nos anos que antecederam a Segunda Grande Guerra. Esses professores foram os responsáveis por apresentarem o primeiro modelo institucional para os estudos da pós-graduação no Brasil. (BALBACHEVSK, 2005)

O objetivo deste modelo envolvia um esquema tutorial entre o professor e um pequeno grupo de discípulos, os quais desempenhavam a atividade de auxiliares do professor nas atividades de pesquisa e ensino. O treinamento era informal e se centrava na elaboração da tese. O professor tinha autoridade absoluta, cabendo-lhe apenas a ele a escolha do método, do volume das atividades acadêmicas e dos conteúdos a serem desenvolvidos.

Na maioria dos casos, a defesa da dissertação ou da tese podia demorar até uma década, demonstrando assim a grande complexidade na defesa dos trabalhos naquela época. Este modelo inicial pouco impactou na educação superior brasileira, pois se tratava de seletos grupos encontrados em poucas universidades, além da falta de reconhecimento dos títulos fora delas. Porém, foram estes pequenos grupos de pesquisadores que deram subsídios para a formação das gerações futuras, que fizeram surgir a pós-graduação no Brasil. (BALBACHEVSK, 2005)

O grande impulso para os cursos de pós-graduação no Brasil se efetuou na década de 1960, quando o Governo Federal adotou o modelo norte-americano para formalizar a pós-graduação, reconhecendo-o como um novo nível de educação. No mesmo período, algumas universidades iniciaram a criação dos seus programas de mestrado e doutorado, como na Universidade de Brasília (UnB), o mestrado em Matemática e o doutorado do Instituto de Matemática Pura e Aplicada; na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o curso de Físicas e Biológicas; na Escola Superior de Agricultura de Viçosa, o mestrado e o doutorado, além do curso de Engenharia Aeronáutica no Instituto Tecnológico da Aeronáutica em São José dos Campos (MAer/ITA). (BALBACHEVSK, 2005)

Os cursos recém-criados eram influenciados por duas correntes, “a europeia nos cursos da Universidade de São Paulo (USP), e a norte-americana nos cursos do ITA, Universidade Federal de Viçosa (antiga Escola Superior de Agricultura de Viçosa) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (antiga Universidade do Brasil)”. (SANTOS, 2006, p. 64)

A regulamentação da pós-graduação no Brasil somente foi consolidada em 1965, por meio do Parecer nº 977/1965, tendo como relator o senador da república Newton Sucupira, denominado Parecer Sucupira, sendo a Lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965, o primeiro instrumento legal que criou o Estatuto do Magistério Superior, estabelecendo que a conceituação

da pós-graduação seria de responsabilidade do Conselho Federal de Educação. A pós-graduação nasceu com a pretensão de preparar especialistas para atender as determinações do modelo de desenvolvimento, que se instala naquele período. Este documento se torna um marco, pois inclui a definição, os níveis e as finalidades dos cursos de pós-graduação no Brasil. (SANTOS, 2006) Cabe registrar que, desde a ideia prenunciada nos anos 1930, a existência dos cursos de pós-graduação ocorre, de fato, 34 anos após.

Os três motivos fundamentais para a introdução dos cursos de pós-graduação no Brasil, segundo o Parecer nº 977/1965, foram:

- formar professorado competente que possa atender à expansão quantitativa do nosso ensino superior garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade;
- estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores;
- assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores. (BRASIL, 1965, p. 165)

O parecer deixa claro que a pós-graduação no Brasil surge para atender as necessidades de qualificação e formação do corpo docente das universidades, com o intuito de estimular a pesquisa científica, visando o avanço e o desenvolvimento tecnológico e científico do país, bem como garantir a qualificação dos profissionais que atuavam nos setores com necessidades de competências “intelectuais”.

A partir dessa iniciativa, ocorreram vários investimentos nesse nível de ensino, que passou por um rápido processo evolutivo, deixando o Brasil com uma pós-graduação de qualidade, apesar das inúmeras dificuldades e barreiras que prejudicam o desenvolvimento da pós-graduação e o acesso a seus cursos.

Para alcançar os objetivos estabelecidos no parecer, foram criados em 1951 dois órgãos, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq), responsáveis pelo desenvolvimento técnico e científico, e pelo aperfeiçoamento do ensino da pós-graduação no Brasil. Nesse sentido, a Capes é reconhecida como o

Órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação *stricto sensu* (Decreto nº 86.79/81), a Capes se tornou, ainda em 1981, uma Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura junto ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, cabendo-lhe elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior, o que fortaleceu seu papel. De fato, o surgimento do Programa de Acompanhamento e Avaliação, além de contribuir para a criação de mecanismos efetivos de controle de qualidade, aprofundou sua relação com a comunidade científica e acadêmica. (BRASIL, 2008, p. 2, grifo do autor)

O sistema nacional de pós-graduação teve e tem, na Capes, uma agência estatal de suporte para sua organização e funcionamento, cabendo-lhe as atribuições de avaliação, destinação de recursos públicos para os programas de pós-graduação e validação dos diplomas por eles emitidos. (SGUISSARDI, 2006) Ao longo dessa trajetória, a Capes passou por mudanças para se adequar aos novos tempos e, no período correspondente aos anos 1996 a 1998, começa a centrar esforços na formação de pesquisadores, em detrimento da meta inicial que era a formação do quadro docente para o ensino superior. (KUENZER; MORAES, 2005)

Após cinco décadas de existência, os dados das pesquisas do Ministério de Educação de Cultura e da Capes (BRASIL, 2018) revelam o crescimento da pós-graduação. (SANTOS, 2006; VELLOSO, 2002) O resultado da última avaliação quadrienal realizada pela Capes em 2017, indica que

A quantidade de cursos de pós-graduação ofertados no Brasil cresceu na última década. Entre os anos de 2007 e 2017, o número de cursos de doutorado saltou de 2.061 para 3.398. Os mestrados acadêmicos tiveram um avanço de 65%, chegando a 2.202 em todo país, ao passo que os mestrados profissionais saíram de 156 para 703, o que demonstra o aumento do interesse dos estudantes por esse tipo de qualificação. (BRASIL, 2018, p. 1)

A citação demonstra o expressivo aumento dos cursos *stricto sensu*, situação que deixa claro que o aumento da demanda por esses cursos reverbera na qualidade da formação de professores para o ensino superior, bem como na preparação de profissionais para desenvolver a pesquisa científica,

e conseqüentemente, a produção de novos conhecimentos. O que não fica evidenciado nesse trecho é o desequilíbrio na distribuição desses cursos, uma vez que, segundo os dados da GeoCapes (2018), portal que apresenta dados estatísticos sobre a pós-graduação brasileira, a maioria (2.767) se concentra nas regiões mais ricas (Sul e Sudeste) do país. Na região Nordeste, a Bahia se encontra na melhor posição (179 cursos), dentre os demais estados, sendo Alagoas o que possui a menor quantidade de cursos (39).

A expansão quantitativa da pós-graduação é acompanhada de diversidade de seus cursos, que vão das especializações aos pós-doutorados nas mais diferentes áreas do conhecimento. Essa perspectiva eclética coaduna com o papel desempenhado pelos cursos de pós-graduação, tendo em vista que buscam capacitar pessoas para transformar o conhecimento científico em atuações profissionais para a sociedade. Nesse sentido, Gonzalez de Gómez (2003) salienta que a pós-graduação pode se caracterizar pela formação de competências muito complexas e específicas, que objetivam a formação de recursos humanos, voltados ao universo do trabalho. Outro aspecto diz respeito à sua participação na produção de conhecimentos científicos, que visam fortalecer a pesquisa científico-tecnológica.

O Sistema de Informações Georreferenciadas (GeoCapes) mostra que das nove grandes áreas da pós-graduação *stricto sensu* (Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Engenharias, Multidisciplinar e Linguística, Letras e Artes), predominam duas grandes áreas: as Ciências da Saúde e a Multidisciplinar, seguida das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. O fato da área Multidisciplinar se destacar nesse contexto demonstra a diversidade do avanço do conhecimento e a complexidade a que se refere Gonzalez de Gómez (2003).

Nessa direção, infere-se que ao formar pessoas com capacidade para lidar com as dificuldades que emergem de uma sociedade em transformação contínua, a pós-graduação toma para si a responsabilidade de qualificar o corpo de profissionais, que, como egressos, serão inseridos no mercado de trabalho cada vez mais exigente em habilidades e competências, frente aos desafios que se impõem o novo conhecimento. Assim, os mestrados e doutorados, cada um com sua finalidade, segundo Botomé e Kubo (2002, p. 103), “[...] podem ser compreendidos como uma etapa avançada de um programa de

desenvolvimento científico de áreas do conhecimento em uma instituição de nível superior”, cujo objetivo maior é formar uma massa crítica de egressos que irá intervir na sociedade a partir das aprendizagens adquiridas, buscando transformar a realidade dos espaços em que atuam.

No percurso histórico da pós-graduação, não se pode olvidar a relevância da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), que regulamenta o sistema educacional no país. Dentre as oito finalidades do ensino superior, estabelecidas nos incisos do artigo 43, destacam-se aquelas que tem relações próximas com a pós-graduação:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação. (BRASIL, 1996, p. 19-20)

Apesar de os incisos da LDB mencionados descreverem os objetivos da educação superior, a lei é tímida quando se refere à pós-graduação, não trazendo maiores delineamentos. O artigo 44 do referido instrumento legal, ao tratar da abrangência dos cursos e programas da educação superior, apenas menciona em seu inciso III, que a pós-graduação compreende “programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino” (BRASIL, 1996, p. 20), deixando os demais aspectos relevantes a cargo das instituições de ensino superior. As lacunas podem ensejar discussões sobre o assunto, tendo em vista que é nesse nível de ensino que são debatidos cientificamente os problemas que emergem da realidade empírica, em busca de respostas às perguntas que se originam na prática cotidiana, para transformá-las em respostas às demandas da sociedade.

A PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

O aumento da produção e volume de informação acontecem a partir da Revolução Industrial e após as guerras do século XX, assim como pelo advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Neste sentido, as mudanças advindas da transição da sociedade industrial, baseada na produção de bens duráveis e não duráveis, para a sociedade da informação, mostra o grande valor e o poder da informação.

É nesse cenário que a CI, considerada um campo interdisciplinar, surge no limiar da segunda metade do século XX, cujo objeto de estudo é a informação. Seu nascimento decorre do fenômeno da explosão informacional, trazendo consigo problemas informacionais relacionados à organização, disseminação, acesso e uso da informação. Nesse processo, duas disciplinas foram cruciais para a concretude da CI: a Biblioteconomia e a Documentação, ambas responsáveis pela organização do conhecimento, de acordo com as especificidades de cada uma delas. Para o CNPq, a Ciência da Informação é uma área em que estão abrigadas subáreas como a Biblioteconomia e Arquivologia, disciplinas voltadas para a técnica, o que não quer dizer que, no âmbito dessas disciplinas, não se realizem pesquisas e não se produzam novos conhecimentos.

Sobre a origem da CI, Silva e Freire (2012, p. 15) destacam que eventos “sociais e científicos contribuíram direta ou indiretamente para seu advento [...] e acontecimentos institucionais, técnicos e científicos [...] marcadamente promoveram o caminhar da Ciência da Informação [...]”. Para os autores, esses marcos fizeram com esta ciência se tornasse uma realidade, que iria congrega diferentes áreas do conhecimento. Saracevic (1974), um dos mais conceituados estudiosos da CI, ressalta que esta ciência tem características gerais, partilhadas com muitos campos modernos, motivo de sua evolução e existência.

A interface com diferentes disciplinas é reconhecida por Pinheiro (2007) e Santaella (2004), ao considerarem que a Biblioteconomia, a Ciência da Computação, as Ciências Cognitivas, a Sociologia da Ciência e Comunicação, a Semiótica e a Tecnologia da Informação e Comunicação também têm a informação como objeto de estudo. Brambilla (2007, p. 3) afirma que, para Saracevic, “enquanto informação é um fenômeno, comunicação é o processo de transferir e compartilhar o fenômeno”. Porém, a melhor representação desta interface são as TIC, ferramentas fundamentais na busca e

recuperação de informação em bases de dados. A interface com a sociologia “permite entender as causas e consequências da explosão informacional e do impacto das TIC na sociedade”. Vê-se, portanto, que o diálogo entre diferentes conhecimentos é pertinente e necessário à CI.

A CI é, como muitos outros campos, participante ativa na evolução da sociedade da informação e na transformação digital, com forte dimensão social e humana. Estas características são pilares para o entendimento de seu passado, presente e futuro. Hoje, a CI atinge um ponto crítico em sua evolução. Inúmeras pressões impõem um reexame de sua problemática e das soluções encontradas de forma teórica, experimental ou prática. As mesmas pressões afetam outros campos: o tecnológico, o econômico e o social, em razão da importância da informação na evolução da sociedade, o que reforça a presença de relações interdisciplinares na CI.

No Brasil, conforme mencionado anteriormente, a CI nasce por meio do pioneirismo do IBICT, através do Curso de Documentação Científica/Curso de Especialização em Informação e Documentação, criado em 1965 pelo IBICT. Essa iniciativa subsidia o surgimento dos cursos de *stricto sensu* anos depois, com a implantação do mestrado em 1972 (IBICT) e posteriormente, o doutorado a partir de 1980 (USP). A ação do IBICT possibilitou a formação de pesquisadores em uma ciência considerada emergente, produzindo conhecimento e aumentando o número de pesquisadores cuja consequência foi a consolidação e maturidade da área. (VIEIRA, 1995) A vocação interdisciplinar da CI permite a participação de profissionais de outras áreas, fazendo com que a diversidade de formações contribua com a investigação científica qualitativa e quantitativamente.

A análise da evolução da CI no Brasil, efetuada por Pinheiro e Loureiro (1995), permitiu a identificação de três fases distintas: a de implantação (1969-1982); a transitória (1983-1986); e a de consolidação (1987), com focos em diferentes temáticas. A partir de 1992, incorpora-se ao Programa de Pós-Graduação do IBICT o Doutorado em CI, seguido por outros cursos na USP, na UnB e na UFMG, e a partir dos anos 2000 surgiram outros programas de Doutorado em outras instituições, como Unesp, UFBA e UFPB.

Segundo Santos (2006), os cursos objetivam formar profissionais em mestrado e/ou doutorado em CI, capacitando-os para a pesquisa e para a docência em cursos de graduação e pós-graduação. Atualmente, no Brasil

existem 27 Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) em diferentes níveis: mestrado profissional, mestrado acadêmico e doutorado, não sendo, no entanto, consensuais as datas de criação dos cursos. (GOMES, 2009; STUMPF, 2009)

Neste estudo se levam em consideração as datas disponibilizadas no *site* de cada instituição e as datas da Plataforma Sucupira do Ministério da Educação, sendo esta última utilizada apenas quando os programas não apresentaram o período de sua implantação e criação, como se pode observar no Quadro 1.

Quadro 1 - Cronologia de implantação dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil

Nº	Cidade	Estado	IES	Nome do programa	Data de criação	Nível
1	Rio de Janeiro	RJ	UFRJ/ IBICT	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	M - 1970 D - 1992	Mestrado/ Doutorado
2	São Paulo	SP	USP	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	M - 1972 D - 1992 MP - 2006	Mestrado/ Doutorado
3	Belo Horizonte	MG	UFMG	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	M - 1976 D - 1996	Mestrado/ Doutorado
4	Brasília	DF	UnB	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	M - 1978 D - 1992	Mestrado/ Doutorado
5	Salvador	BA	UFBA	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	M - 1998 D - 2011	Mestrado/ Doutorado
6	Marília	SP	Unesp	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	M - 2001 D - 2005	Mestrado/ Doutorado
7	Florianópolis	SC	UFSC	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	M - 2003 D - 2013	Mestrado/ Doutorado
8	João Pessoa	PB	UFPB	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	M - 2007 D - 2012	Mestrado/ Doutorado
9	Niterói	RJ	UFF	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	M - 2009 D - 2015	Mestrado/ Doutorado
10	Recife	PE	UFPE	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	M - 2009 D - 2017	Mestrado Profissional/ Doutorado
11	Londrina	PR	UEL	Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação	MP - 2010 D - 2018	Mestrado/ Doutorado
12	Rio de Janeiro	RJ	Unirio	Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia	MP - 2010	Mestrado/ Doutorado
13	Belo Horizonte	MG	Fumec	Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento	M - 2011 D - 2016	Mestrado/ Doutorado

continua...

Nº	Cidade	Estado	IES	Nome do programa	Data de criação	Nível
14	Rio de Janeiro	RJ	Unirio	Programa de pós-graduação em gestão de documentos e arquivos	MP - 2012	Mestrado Profissional
15	Florianópolis	SC	Udesc	Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação	MP - 2013	Mestrado/Doutorado
16	Natal	RN	UFRN	Pós-graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento	MP - 2015	Mestrado Profissional
17	São Carlos	SP	UFSCAR	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	M - 2015	Mestrado Profissional
18	Fortaleza	CE	UFC	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	M - 2016	Mestrado Profissional
19	Belém	PA	UFPA	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	M - 2016	Mestrado Acadêmico
20	Belo Horizonte	MG	UFMG	Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento	M - 2016 D - 2016	Mestrado/Doutorado
21	Juazeiro do Norte	CE	UFCE	Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia	M - 2016	Mestrado Acadêmico
22	São Paulo	SP	USP	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	MP - 2016	Mestrado Profissional
23	Rio de Janeiro	RJ	FCRB	Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos	M - 2016	Mestrado Profissional
24	Aracaju	SE	FUFSE	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	MP - 2017	Mestrado/Doutorado
25	Porto Alegre	RS	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	M - 2018	Mestrado Profissional
26	Maceió	AL	Ufal	Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação	M - 2018	Mestrado Profissional em Biblioteconomia
27	Vitória	ES	Ufes	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	M - 2019	Mestrado Acadêmico

Fonte: adaptado de Brasil (2020) e dos sites dos PPGCI.

A distribuição dos programas em CI no Brasil é desequilibrada, em razão da concentração de maior número de programas em uma determinada região. É possível que essa circunstância esteja associada ao fato de que regiões economicamente mais desenvolvidas possam favorecer essa situação, como ocorre com a Região Sudeste, que concentra 43% do total de cursos em relação às demais regiões, embora possa haver outra explicação. Ressalta-se que a maioria dos programas estão alocados nas universidades federais.

A Região Sudeste possui o maior número de Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação, com 12 programas, entre eles o pioneiro no Brasil e na América Latina em nível de mestrado em CI, criado em 1970 pelo IBICT, no Rio de Janeiro, tendo como professores figuras reconhecidas como: Tefko Saracevic, Wilfrid Lancaster, Bert Roy Boyce, Jack Mills, Derek Langridge, John Joseph Eyre, Engetraut Dahlberg. No ano de 1994, criou-se o Doutorado em Ciência da Informação no IBICT. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2020)

O Quadro 2 mostra a predominância dos programas acadêmicos (67%), voltados essencialmente para a formação do pesquisador, sendo que do total de cursos, 42% são avaliados com o conceito 4. É relevante destacar que nesta região concentram-se cursos com as maiores avaliações na área em CI, com destaque para os da Unesp e da UFMG. As áreas de concentração dos programas acadêmicos assinalados abordam temáticas sobre a informação em diferentes vieses, como mediação, cultura, sociedade, memória, tecnologias, gestão, enquanto os programas profissionais correspondem à arquivologia e à biblioteconomia.

Quadro 2 - Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Região Sudeste

Programa	Área de concentração	Linhas	Conceito	Tipo
IBICT/ UFRJ	Informação e Mediações Sociais e Tecnológicas para o Conhecimento	1. Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento 2. Configurações Socioculturais, Políticas e Econômicas da Informação	4	Mestrado e Doutorado acadêmico
Unirio	Biblioteconomia e sociedade	1. Biblioteconomia, Cultura e Sociedade 2. Organização e Representação do Conhecimento	3	Mestrado Profissional
Unirio	Gestão de Arquivos na Arquivologia Contemporânea	1. Arquivos, Arquivologia e Sociedade e linha 2. Gestão da Informação Arquivística	3	Mestrado Profissional
UFF	Dimensões Contemporâneas da Informação e do Conhecimento	1. Informação, Cultura e Sociedade 2. Fluxos e Mediações Sociotécnicas da Informação	4	Mestrado e Doutorado acadêmico
USP	Cultura e Informação	1. Apropriação Social da Informação, Gestão de Dispositivos de Informação 2. Organização da Informação e do Conhecimento	4	Mestrado e Doutorado acadêmico
USP	Organização, Mediação e Circulação da Informação	1. Mediação Cultural 2. Gestão de Unidade de Informação 3. Organização do Conhecimento	4	Mestrado Profissional

continua...

Programa	Área de concentração	Linhas	Conceito	Tipo
Unesp	Informação, Tecnologia e Conhecimento	1. Informação e Tecnologia 2. Organização da Informação e Gestão, Mediação 3. Uso da Informação	6	Mestrado e Doutorado Acadêmico
Ufes	Informação, Sociedade e Cultura	1. Cultura, Mediação e Uso da Informação. 2. Memória, Representação e Informação	"A"	Mestrado Acadêmico
Fumec	Gestão de Sistemas de Informação e de Conhecimento	1. Memória Social, Patrimônio e Produção do Conhecimento 2. Política Pública e Organização da Informação 3. Usuários, Gestão do Conhecimento e Práticas Informacionais	4	Mestrado e Doutorado Acadêmico
FCRB	Acervos Públicos e Privados: Gerenciamento, Preservação, Acesso e Usos	1. Patrimônio documental: representação, gerenciamento e preservação de espaços de memória 2. Práticas críticas em acervos: difusão, acesso, uso e apropriação do patrimônio documental material e imaterial	3	Mestrado Profissional
UFMG	Informação, Mediação e Cultura	1. Memória Social, Patrimônio e Produção do Conhecimento 2. Política Pública e Organização da Informação 3. Usuários, Gestão do Conhecimento e Práticas Informacionais	5	Mestrado e Doutorado Acadêmico
UFMG	Ciência da Informação	1. Arquitetura e Organização do Conhecimento 2. Gestão e Tecnologia da Informação e Comunicação	5	Mestrado e Doutorado Acadêmico

Fonte: adaptado dos sites dos referidos programas (2020) e Brasil (2020).

A Região Centro-Oeste concentra os estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, porém conta apenas com um único programa de pós-graduação em CI. O curso da UnB iniciou nos fins da década de setenta (1978) com o mestrado e uma década depois, implantou o doutorado em 1992, com foco na gestão da informação. Em face da longa trajetória, a UnB deu início ao Doutorado Interinstitucional em Ciência da Informação com a Universidade Federal do Espírito Santo.

Quadro 3 – Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Região Centro-Oeste

Programa	Área de concentração	Linhas	Conceito	Tipo
UnB	Gestão da Informação	1. Comunicação e Mediação da Informação 2. Organização da Informação	5	Mestrado e Doutorado acadêmico

Fonte: adaptado dos sites dos referidos programas (2020) e Brasil (2020).

A Região Norte é a maior do país, abriga sete estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), sendo dois deles os maiores em território no país (Amazonas, Pará), mas possui apenas um Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, na cidade de Belém, Pará.

Quadro 4 - Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Região Norte

Programa	Área de concentração	Linhas	Conceito	Tipo
UFPA	Gestão da Informação e Organização do Conhecimento	1. Organização da Informação 2. Mediação e Uso da Informação	3	Mestrado Acadêmico

Fonte: adaptado dos sites dos referidos programas (2020) e Brasil (2020).

A Região Sul do Brasil é composta por três estados e oferta quatro programas de pós-graduação (um no Paraná, dois em Santa Catarina e um no Rio Grande do Sul), conforme o Quadro 5, distribuídos de forma equilibrada entre os tipos acadêmico e profissional, com predomínio da nota 4, cujas temáticas versam sobre gestão, organização da informação, tecnologia e sociedade. Vale destacar que o primeiro mestrado profissional em Ciência da Informação foi oferecido pela Universidade Federal de Londrina no ano de 2008.

Quadro 5 - Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Região Sul

Programa	Área de concentração	Linhas	Conceito	Tipo
Udesc	Gestão da informação	1. Gestão de Unidades de Informação e Informação 2. Memória e Sociedade	3	Mestrado Profissional
UEL	Organização, Acesso e Apropriação da Informação e do Conhecimento	1. Organização e Representação da Informação e do Conhecimento 2. Compartilhamento da Informação e do Conhecimento	4	Mestrado e Doutorado Acadêmico
UFSC	Gestão da Informação	1. Fluxo de informação 2. Profissionais da informação	5	Mestrado e Doutorado Acadêmico
UFRGS	Informação, Ciência e Sociedade	1. Informação e ciência 2. Informação e sociedade	A	Mestrado Acadêmico

Fonte: adaptado dos sites dos referidos programas (2020) e Brasil (2020).

A Região Nordeste tem maior número de estados, abrigando nove (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), sendo a terceira maior do Brasil. Conta com oito programas (Quadro 6), sendo o Programa da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) o primeiro a ser implantado em 1977, seguido da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1998. O Quadro 6 mostra que a distribuição entre programas acadêmicos e profissionais é equilibrada, com 50% para cada modalidade, sendo que em metade deles foi atribuído o conceito 3 pela Capes. Observa-se também que as temáticas dos cursos acadêmicos são sobre a informação, tecnologia, memória e sociedade, enquanto os profissionais abordam gestão da informação, biblioteconomia, mediação e sociedade.

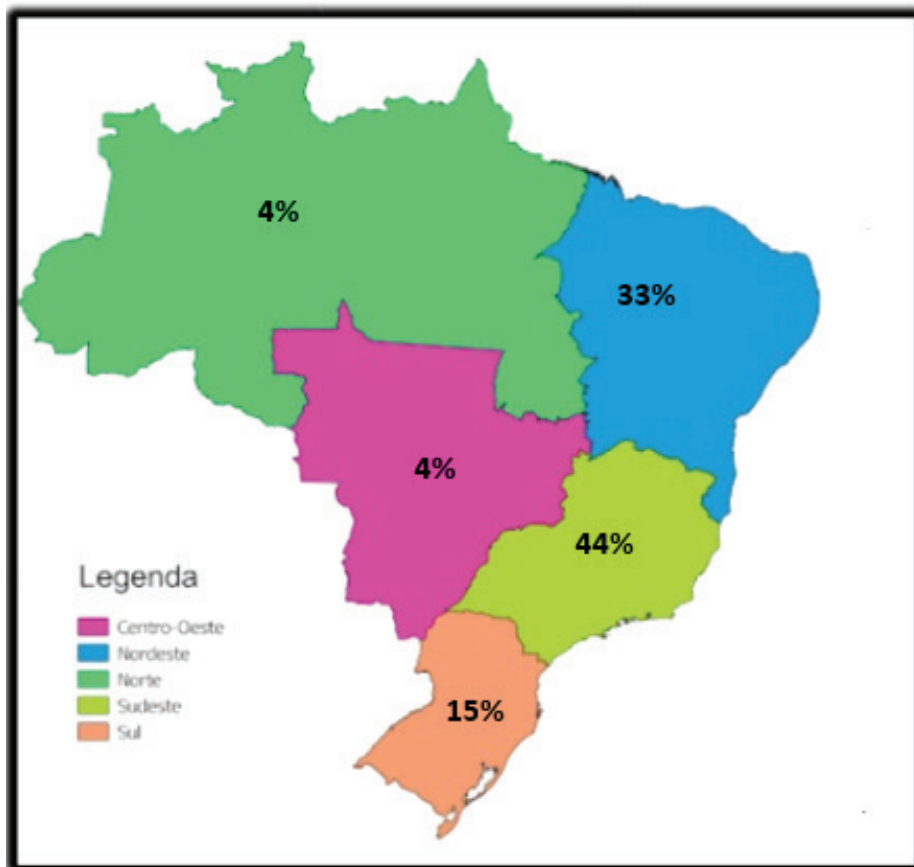
Quadro 6 - Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Região Nordeste

Programa	Área de concentração	Linhas	Conceito	Tipo
UFPB	Informação, Conhecimento e Sociedade	1. Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação 2. Ética, Gestão e Políticas de Informação	4	Mestrado e Doutorado Acadêmico
Ufal	Informação, Tecnologia e Inovação	1. Produção, Mediação e Gestão da Informação 2. Informação, Comunicação e Processos Tecnológicos	"A"	Mestrado Acadêmico
FUFSE	Gestão da Informação e do Conhecimento e Sociedade	1. Informação, sociedade e cultura; e linha 2. Produção, Organização e Comunicação da informação	3	Mestrado Profissional
UFCE	Biblioteconomia na Sociedade Contemporânea	1. Informação, Cultura e Memória. 2. Produção, Comunicação e uso da Informação	3	Mestrado Profissional
UFPE	Informação, Memória e Tecnologia	1. Memória da Informação Científica e Tecnológica 2. Comunicação e Visualização da Memória	4	Mestrado e Doutorado Acadêmico
UFRN	Informação na Sociedade Contemporânea	1. Gestão da Informação e do Conhecimento	3	Mestrado Profissional
UFC	Representação e Mediação da Informação e do Conhecimento	1. Representação e Mediação da Informação e do Conhecimento e Tecnologia 2. Mediação e Gestão da Informação e do Conhecimento	3	Mestrado Profissional
UFBA	Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea	1. Políticas e Tecnologia da Informação 2. Produção, circulação e mediação da informação	4	Mestrado e Doutorado Acadêmico

Fonte: adaptado dos sites dos referidos programas (2020) e Brasil (2020).

A partir dos anos 2000, o crescimento da CI é notório (18 cursos). Entretanto, observa-se uma distribuição geográfica desproporcional dos programas, realidade que merece atenção dos órgãos governamentais responsáveis do IES. Neste sentido, a Figura 1 evidencia a concentração de cursos na Região Sudeste, enquanto a maior região do país em extensão territorial não registra nenhum curso.

Figura 1 – Porcentagem dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação por regiões geográficas



Fonte: elaboração das autoras.

À medida que a CI evolui no Brasil, vários estudos (ARAÚJO, 1982; CASTRO, 2008; NORONHA et al., 2009; SÁLVIO, 2005; SANTOS, 2006; SILVA, 1982) identificaram aspectos que permitem entender essa ciência,

destacando-se dentre eles os que investigam os egressos titulados em seus diferentes programas de pós-graduação (IBICT, PUC-Campinas, UFMG, UFBA, USP, UnB). Pesquisas dessa natureza contribuem para sedimentar a base epistemológica e, por consequência, ampliar o campo científico, evidenciando suas especificidades, especialmente por meio da produção intelectual dos docentes e discentes e, conseqüentemente, dos egressos.

O estudo de egressos é de suma importância para os cursos de pós-graduação, pois a partir dele é possível analisar a formação ofertada pelo programa, bem como verificar o cumprimento dos objetivos da pós-graduação brasileira. Na visão de Souza Júnior (2000, p. 13), o “acompanhamento de egressos” avalia os impactos e/ou resultados de atividades desenvolvidas no âmbito da instituição educacional. Independente do foco e corte teórico e metodológico, a crença de que os resultados, de uma maneira ou de outra, serão úteis na reorientação de políticas e práticas institucionais ou sociais, de modo a tornar mais eficiente, o conjunto dos trabalhos desenvolvidos por uma organização educacional.

A PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

A Pós-Graduação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI-ICI-UFBA) nasce de um processo do amadurecimento da pós-graduação, iniciado do convênio com a UnB firmado em 20 de dezembro de 1995. O mestrado era direcionado para graduados e pós-graduados em cursos superiores formais, com interesses afins, visando desenvolver a capacidade profissional e criadora e a competência científica em Ciência da Informação.

No ano de 1998, elaborou-se uma proposta denominada Programa de Pós-Graduação em Informação Estratégica, aprovado pelo CEPGP em 25 de março de 1998, Parecer nº 15/1998, em nível de mestrado, cuja área de concentração era a Informação Científica, Tecnológica e Empresarial, para formar recursos humanos e profissionais para atender as necessidades de uma sociedade em que a informação se tornava cada vez mais o principal vetor de produção, desenvolvimento e poder. A criação do programa, por um lado, ampliou e possibilitou capacitação dos docentes da antiga Escola de Biblioteconomia e

Documentação (EBD), tendo em vista que o reduzido quadro de professores que lecionavam na graduação dificultava a saída destes em busca de qualificação no país ou no exterior, e por outro lado, colaborava com a política de qualificação emergencial do quadro docente iniciada naquele período para melhorar a qualidade do ensino, pesquisa e extensão da UFBA.

As atividades da pós-graduação tinham início previsto para o segundo semestre de 1998. Em agosto de 1998, o projeto é enviado a Capes para ser avaliado pelos consultores em outubro de 1998, ficando o mesmo em diligência durante três anos. Foi credenciado pela Capes em outubro de 2001, ficando sem seleção de novos alunos nos anos de 1999, 2000 e 2001. Durante a avaliação, foi efetuada uma reformulação na estrutura curricular do curso, acompanhada de uma mudança de nome, passando a se designar Informação Estratégica para Ciência da Informação, com a área de concentração em Estratégias de Disseminação Informação e com duas linhas de pesquisas: Estruturas e Linguagens da Informação; Informação e Contextos Socioeconômicos.

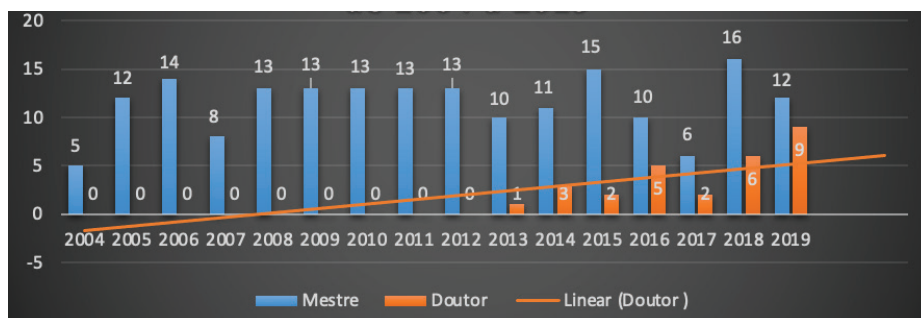
Em setembro de 2003, é proposta a reformulação de área de concentração e das linhas de pesquisas, consideradas de maior expressão para a capacitação do programa e as produções acadêmicas discentes e docentes. O Parecer nº 141/2003 da CEPGP-UFBA, que altera as ementas das disciplinas existentes, extingue algumas e cria novas disciplinas, foi aprovado em 11 de fevereiro de 2004 pelo Parecer nº 18/2004, pelo qual a área de concentração foi denominada: Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea, e as novas linhas de pesquisa: 1. Teoria e Gestão do Conhecimento; 2. Informação e Contextos socioeconômicos.

No ano de 2006, atendendo a recomendação da Capes, a linha de pesquisa denominada Teoria e Gestão do Conhecimento passou a se chamar Informação e Conhecimento em Ambientes Organizacionais. As linhas de pesquisa de cada programa de mestrado, juntamente com as áreas de concentração de cada programa, se vinculam com as disciplinas e aos projetos de pesquisa desenvolvidos por seus professores, existindo no ICI-UFBA uma constante transformação no que diz respeito à sua área de concentração e suas linhas de pesquisas. Desde a primeira proposta, enviada em 1987 até o ano de 2006, as reformulações em sua área de concentração, em suas linhas de pesquisa, visaram se adequar a uma proposta conceitual da Ciência da Informação, e também aos temas abordados por seus professores em suas pesquisas.

A maturidade alcançada ao longo de 13 anos, a partir da ampliação do corpo docente, da redefinição de sua área e suas linhas de pesquisa e, principalmente, da produção científica, culminou com a criação do doutorado em 2011 (o primeiro da região norte/nordeste), fato que sedimentou o programa no contexto nacional, com 184 mestres e 28 doutores no mercado de trabalho (Figura 2).

Atualmente, o PPGCI-ICI-UFBA possui duas linhas de pesquisa: Políticas e Tecnologia da Informação (Linha 1) e Produção, circulação e mediação da informação (Linha 2), e um quadro docente composto por 17 professores doutores permanentes, um professor visitante e quatro professores colaboradores.

Figura 2 - Egressos formados no PPGCI-ICI-UFBA de 2004 a 2019



Fonte: adaptada do site do PPGCI-UFBA (2020).

Os dados evidenciam uma tendência de crescimento tanto na formação de novos doutores, quanto na de mestres (média de 11,5). Esses resultados demonstram que, apesar dos desafios enfrentados pela pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil, especialmente nos últimos cinco anos, programas como o PPGCI-UFBA apresentam bons resultados na formação de profissionais de diferentes campos do conhecimento, que buscam qualificação na área da Ciência da Informação.

PROSPECÇÕES E DESAFIOS NA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

O cenário informacional anunciado se apresenta repleto de possibilidades, mas traz consigo uma realidade desafiadora para a CI. À medida que

a produção de informação cresce de maneira desordenada, impulsionada pelas TIC, se avolumam também os problemas e emerge a necessidade de buscar respostas para as questões ligadas ao crescente fluxo informacional decorrente da sociedade da informação e da transformação digital.

Nessa perspectiva, é premente a necessidade de realizar investigações que tenham como objeto a informação, pois em um contexto em que ela é dotada de valor estratégico em diferentes segmentos da sociedade, seu uso ganha significados distintos: gerar riquezas, produzir conhecimento, promover entretenimento, elaborar estratégias e contribuir para o bem-estar dos povos, entre outras infinitudes de usos. Porém, uma questão da atualidade intimamente ligada à CI reside na produção, disseminação e uso de informação inverídica e se constitui um desafio tanto para a CI quanto para os profissionais da informação que lidam com a desorganização informacional presente na sociedade atual.

A conjuntura delineada pela velocidade da disseminação da informação falsa, propiciadas por mecanismos automatizados, faz que o enfrentamento dessa prática crie diversas oportunidades de pesquisa na área da CI, se tornando um campo fértil de investigação. Para além disso, importa salientar que em razão das práticas e técnicas usuais para organizar, tratar e disseminar a informação, os profissionais da CI são essenciais na composição de equipes multidisciplinares de instituições que desenvolvem a ciência de dados, em razão da *expertise* para analisar, filtrar e recuperar de informações. Diante do exposto, é possível prospectar um crescimento da CI ante os problemas informacionais advindos da Era da Informação e da Transformação Digital, fato que reverbera na produção de novos conhecimentos atinentes ao desenvolvimento científico e tecnológico do país.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento e aprimoramento da pesquisa científica tem na pós-graduação o eixo central para qualificar os profissionais em suas áreas de atuação, seja para desenvolver atividades de pesquisa ou para exercer a docência no ensino superior. A Ciência da Informação expressa significativa representatividade no campo das investigações científicas, ao estudar a informação e os problemas decorrentes dos fluxos informacionais que perpassam

por diferentes setores da sociedade. Nessa perspectiva, os investigadores dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação, criados a partir da segunda metade do século XX, desenvolvem investigações no sentido de compreender a informação e as peculiaridades que envolvem sua produção, disseminação e seu uso na sociedade atual.

Ao respeitar esse desenvolvimento e o emergir de uma sociedade de densa informação e conhecimento, a pós-graduação se fez (e se faz) crucial, exatamente por permitir educação continuada, que acompanha a transitoriedade do processo de produção e, sobretudo, por promover a qualificação do profissional, tanto intelectualmente como também na sua atuação prática. Desse modo, para alargar a compreensão das contribuições decorrentes desse processo de formação acadêmica, os estudos de egressos são relevantes, sejam relativos à produção de conhecimento, sejam no tocante à inserção mercadológica dos profissionais pós-graduados.

Conforme evidenciado nos dados apresentados em este estudo, observa-se a evolução da área da CI nos últimos 20 anos. Entretanto, ainda persiste um déficit de distribuição desses cursos no território nacional, situação que reflete em uma produção de conhecimento não equitativa. As consequências geradas por essa desigualdade podem ser de duas ordens: por um lado, o conhecimento produzido não reflete a diversidade dos problemas informacionais nas diferentes regiões, provocando um sombreamento informacional; e, por outro, a necessidade de formação de um *corpus* de pesquisadores diversificado, que represente a pluralidade intelectual em um país de dimensões continentais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. L. *Estudo da atuação profissional dos egressos do curso de Mestrado de Ciência da Informação do IBICT, comparativamente à situação dos profissionais da informação na Inglaterra e nos Estados Unidos*. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1982. Disponível em: <https://bit.ly/3EAX8mc>. Acesso em: 21 abr. 2022.

BALBACHEVSKY, E. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 275-304. Disponível em: <https://bit.ly/3k4oK9H>. Acesso em: 21 abr. 2022.

- BOTOMÉ, S. P.; KUBO, O. M. Responsabilidade social dos programas de pós-graduação e formação de novos cientistas e professores de nível superior. *Interação em Psicologia*, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 81-110, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3vB5mqm>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- BRAMBILLA, S. D. S.; STUMPF, I. R. C. Interfaces da informação: tendências temáticas da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UFBA, 2007. 1 CD-ROM. Disponível em: <https://bit.ly/3k7Vdfe>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 977, de 3 de dezembro de 1965. Disponível em: <https://bit.ly/37vp0fz>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Missão e histórico*. Brasília, DF: Capes, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3rMkaRP>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Número da pós-graduação no Brasil*. Brasília, DF: Capes, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3Kc54v7>. Acesso em: 28 dez. 2020.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. GEOCAPES – Sistema de Informações Georreferenciadas | CAPES. Versão: 3.6.9. Brasília, DF: Capes, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3k3AIAz>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portal do MEC, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- BRASIL. Senado Federal. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. 7. ed. Brasília, DF: SEEP, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3Laxg2T>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- BUFREM, L. S.; PEREIRA, E. C. Os profissionais da informação e a gestão de competências. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 170-181, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3rJMd4g>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- CASTRO, M. I. C. *Contribuição dos egressos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/UFBA para a consolidação e visibilidade da ciência da informação*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/8185>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- DIAS SOBRINHO, J. *Dilemas da Educação Superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FAGUNDES, P. E. Da colônia à reforma Francisco Campos (1931): análise histórica do ensino secundário no Brasil. *História & Ensino*, Londrina, v. 17, n. 2, p. 327-338, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3xQqCLO>. Acesso em: 21 abr. 2022.

FUNDAÇÃO CASA RUI BARBOSA. *Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos*. [Brasília, DF]: Fundação Casa Rui Barbosa, [202-]. Disponível em: <https://bit.ly/3jZ1OJb>. Acesso em: 21 abr. 2022.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. *Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*. [Aracaju]: UFS, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3K8MEeV>. Acesso em: 21 abr. 2022.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, M. Y. F. F. Desafios atuais da ciência da informação no Brasil. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 190-205, set./dez. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/38e1zag>. Acesso em: 21 abr. 2022.

GONZALEZ DE GOMEZ, M. N. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 60-76, abr. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3K83cn6>. Acesso em: 21 abr. 2022.

GONZALEZ DE GOMEZ, M. N. Escopo e abrangência da ciência da informação e a pós-graduação na área: anotações para uma reflexão. *Transinformação*, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, jan./abr. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3vFir1V>. Acesso em: 21 abr. 2022.

GUIMARÃES, J. A. C. Profissionais da informação: desafios e perspectivas para sua formação. In: MUELLER, S. P. M.; BAPTISTA, S. G. (org.). *Profissional da informação: o espaço de trabalho*. Brasília, DF: Thesaurus, 2004. v. 3, p. 87-104.

KUENZER, A. Z.; MORAES, C. M. Temas e tramas na pós-graduação em educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1341-1362, set./dez. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3xMBtpJ>. Acesso em: 21 abr. 2022.

LANCASTER, F. W. Ameaça ou oportunidade? o futuro dos serviços de biblioteca à luz das inovações tecnológicas. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 7-27, jan./jun. 1994. Disponível em: <https://bit.ly/3v4N2GW>. Acesso em: 21 abr. 2022.

NORONHA, D. P. *et al.* Egresso dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação: por onde andam os doutores? *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 94-107, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3v4NG7k>. Acesso em: 21 abr. 2022.

PINHEIRO, L. V. R. Cenário da pós-graduação em ciência da informação no Brasil: influências e tendências. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DA INFORMACÃO*, 8., 2007, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UFBA, 2007. 1 CD-ROM.

PINHEIRO, L. V. R.; LOUREIRO, J. M. M. Traçados e limites da ciência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 24, n. 1, p. 42-53, 1995. Disponível em: <https://bit.ly/3L6FSaM>. Acesso em: 21 abr. 2022.

POBLACIÓN, D. A. Pesquisa e pós-graduação em ciência da informação e biblioteconomia no Brasil: duas fases (1970/1985-1986/1992). *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMACÃO*, 12., 1992, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANCIB, 1993. p. 11-23.

SÁLVIO, S. C. *Gênese e evolução do mestrado em ciência da informação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3v5H3Sa>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SANTAELLA, L. *A teoria geral dos signos: como linguagens significam as coisas*. São Paulo: Thompson Learning, 2004.

SARACEVIC, T. Tecnologia da informação e informação como utilidade pública. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 57-67, jan./jun. 1974. Disponível em: <https://bit.ly/3xO7EoK>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SANTOS, J. S. *Atuação profissional e participação no desenvolvimento do campo científico em ciência da informação: estudo dos egressos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG, 1992-2005*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3ELtCu8>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SILVA, L. S. *O perfil dos egressos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina: 2003-2010*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3rO4ldl>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SILVA, J. L. C.; FREIRE, G. H. A. Um olhar sobre a origem da ciência da informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 1-29, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3vFV8oq>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SILVA, G. O. V. O impacto dos cursos do IBICT sobre a atividade profissional dos egressos. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 11, n. 2, p. 3-12, 1982. Disponível em: <https://bit.ly/3LkJNkg>. Acesso em: 21 abr. 2022.

STUMPF, I. R. C. Programas de pós-graduação em ciência da informação no Brasil: linhas de pesquisa, avaliação e perspectivas. In: COLÓQUIO MEDIAÇÕES E USOS DE SABERES E INFORMAÇÃO: um diálogo França-Brasil. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: Rede MUSSI, 2008. p. 82-98.

SMIT, J.; BARRETO, A. A. Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTIN, M. L. (org.). *Formação do profissional da informação*. São Paulo: Pólis, 2002. p. 9-27.

SGUISSARDI, V. Reforma universitária no Brasil, 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, p. 1021-1056, out. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3xMnc7x>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SOUZA JÚNIOR, H. Acompanhamento de egressos. In: FIDALGO, F. S.; MACHADO, L. R. S. *Dicionário da educação profissional*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 13-14.

TOFFLER, A. *O choque do futuro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1970.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Programa de Pós-Graduação Ciência da Informação: PPGCINF*. Brasília, DF, [2022]. Disponível em: <https://bit.ly/39bcthI>. Acesso em: 21 abr. 2022.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*. São Paulo, [2022]. Disponível em: <https://bit.ly/3K9l6G6>. Acesso em: 21 abr. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. *Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*. Londrina, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3rK7vic>. Acesso em: 21 abr. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. *Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3v5iKnu>. Acesso em: 21 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*. Salvador, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3v675VD>. Acesso em: 21 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. *Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*. [João Pessoa], 2022. Disponível em: <https://bit.ly/37vJswR>. Acesso em: 21 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*. Maceió, [2022]. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/ichca/pos-graduacao/ciencia-da-informacao>. Acesso em: 21 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*. Belo Horizonte, c2017. Disponível em: <https://bit.ly/3vD9J47>. Acesso em: 21 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. *Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*. Recife, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3xMVk84>. Acesso em: 21 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*. Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3LaFOa1>. Acesso em: 21 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI. *Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia*. Juazeiro do Norte, c2022. Disponível em: <https://bit.ly/3v5DwmY>. Acesso em: 21 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. *Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*. Fortaleza, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3rK4VJb>. Acesso em: 21 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. *Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*. Vitória, c2013. Disponível em: <https://bit.ly/3v5ea8K>. Acesso em: 21 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Linhas de pesquisa*. UNIRIO, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3s7u4Oj>. Acesso em: 21 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*. Belém, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3MGRIJl>. Acesso em: 21 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*. Curitiba, 2022. Disponível em: <http://www.portal.ufpa.br>. Acesso em: 21 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*. Rio de Janeiro, [2021]. Disponível em: <https://bit.ly/3rJGE5U>. Acesso em: 21 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. *Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento*. Natal, c2022. Disponível em: <https://bit.ly/38e7dJs>. Acesso em: 21 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*. Porto Alegre, c2020. Disponível em: <https://bit.ly/37DSmZ4>. Acesso em: 21 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Mestrado em Ciência da Informação. *Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*, c2022. Disponível em: <https://bit.ly/3905zvu>. Acesso em: 21 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FUMEC. *Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento*. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3k1fx1Z>. Acesso em: 21 abr. 2022.

VELLOSO, J. (org.). *A pós-graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no país*. Brasília, DF: Capes, 2002. v. 1.

VIEIRA, A. S. Na janela do tempo com IBBB e Drummond: passagens, transformações e novos desafios em educação. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 24, n. 1, p. 1-8, jan./mar. 1995. Disponível em: <https://bit.ly/3MjsAYG>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SOBRE OS AUTORES

ARMANDO MALHEIRO DA SILVA

Professor catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação e da Informação, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É graduado em História pela Universidade do Porto e em Filosofia pela Universidade Católica Portuguesa, pós-graduado em Biblioteconomia e Arquivologia pela Universidade de Coimbra e doutor em História Contemporânea de Portugal pela Universidade do Minho. Atua como professor convidado e como pesquisador-colaborador em projetos científicos e programas de mestrado, doutorado e pós-doutorado em diversas universidades brasileiras, entre as quais a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), a Universidade Estadual de Goiás (UEG), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), integrando, nesta última, grupo de pesquisa interdisciplinar sobre informação e imaginário. Participa como membro de bancas de dissertações e teses de programas de mestrado e doutorado em universidades portuguesas, espanholas e brasileiras. Publicou inúmeros artigos científicos para revistas nacionais e estrangeiras e diversos livros. Participa como palestrante em congressos nacionais e internacionais discutindo os rumos das ciências sociais e humanas.

E-mail: armando.malheiro@gmail.com

CAMILA FERREIRA CAMPOS

Mestra em Ciência da Informação e graduada em Biblioteconomia e Documentação, ambos pelo Instituto de Ciência da Informação (ICI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Exerce atividade de bibliotecária na Fundação Visconde de Cairu.

E-mail: camilaufba@hotmail.com

FERNANDA MARIA MELO ALVES

Professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com estágios pós-doutorais na UFBA, Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Instituto de Estudos e Pesquisas (INEP) da Guiné Bissau. Doutora em Documentación pela Universidade Carlos III de Madrid, Espanha. Especialista em Educação a Distância (EaD) pela North Wales Access Credit Consortium, Reino Unido. Pós-graduada em Ciências Documentais pela Universidade Autônoma de Lisboa e em Ciências da Educação pela Universidade Aberta, em Portugal. Licenciada em Filologia Românica pela Universidade de Lisboa e bacharela em Letras Modernas pela Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique. É fundadora e líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Informação Digital, Ensino e Aprendizagem (Geidea), do PPGCI/UFBA.

E-mail: fmelo2@hotmail.com

GLACINÉSIA LEAL MENDONÇA

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestra em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Gestão Empresarial pela Faculdade Vale do Jaguaribe (FVJ). Graduada em Biblioteconomia pela UFC). Atualmente, é bibliotecária da Universidade Federal do Cariri (UFCA).

E-mail: glacinesia.leal@gmail.com

JOSÉ ANTONIO MOREIRO GONZÁLEZ

Catedrático de Biblioteconomía y Documentación, ha sido profesor de la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), Universidad Complutense, Universidad de Murcia y Universidad Carlos III de Madrid. Su docencia e investigación preferentes atienden al análisis de contenido documental, los vocabularios semánticos, la teoría documental y el mercado laboral en Información-Documentación.

E-mail: jamore@bib.uc3m.es

JOSELITO MANOEL DE JESUS

Doutorando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e graduado em Pedagogia pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). É professor assistente e membro do colegiado da licenciatura em Geografia, do Departamento de Ciências Humanas (DCH IV) da UNEB, em Jacobina.

E-mail: jjesus@uneb.br; joselitojoze@gmail.com

LUCIANA BOMFIM TERRA

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É mestra e graduada em Administração pela mesma instituição. Ingressou na carreira pública e atua na Comissão de Acumulação de Cargo da UFBA.

E-mail: lucianaterra0404@hotmail.com

MARIA DO CARMO OLIVEIRA RIBEIRO

Mestra e doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Responsável pela Implantação do Centro de Documentação e Informação do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas na Bahia (Sebrae-BA), da Companhia Petroquímica de Camaçari (CPC/Braskem) e do Núcleo de Informação Tecnológica do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial na Bahia (Senai-BA). Foi professora assistente da disciplina de Fundamentos de Gestão da Inovação Senai Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia (Cimatec). É consultora em propriedade intelectual e transferência de tecnologia.

E-mail: carmemcor@hotmail.com

MARIA ISABEL DE JESUS SOUSA BARREIRA

Professora associada da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Educação pela UFBA. Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduada em Direito pela Faculdade Social da Bahia e em Biblioteconomia e Documentação pela UFBA. Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA). É docente do PPGCI/UFBA e do Instituto de Ciência da Informação (ICI/UFBA) e membro da comissão editorial da revista *Ponto de Acesso*.

E-mail: isasousa2010@hotmail.com

MÔNICA IZABELE DE JESUS

Mestranda em Ciência da Informação na Universidade Federal da Bahia (UFBA), no Instituto de Ciência da Informação (ICI). Graduada em Biblioteconomia e Documentação pela UFBA. Atualmente, é bibliotecária documentalista da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Tem experiência em bibliotecas universitárias, na área de ciência da informação, atuando principalmente nos seguintes temas: produção científica e comunicação, pesquisa e gestão de pessoas.

E-mail: monicappgci@gmail.com

Formato: 17 x 24 cm
Fontes: Ashbury, Barlow Condensed
Miolo: Papel Off-Set 75 g/m2
Capa: Cartão Supremo 300 g/m2
Impressão: Gráfica 3
Tiragem: 300 exemplares

Fernanda Maria Melo Alves

É professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA), Salvador. Realizou estágios pós-doutoral na UFBA, Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Instituto de Estudos e Pesquisas da Guiné Bissau. Tem doutorado em Documentación: Archivos y Bibliotecas en Entorno Digital pela Universidad Carlos III de Madrid, Espanha; Curso de Professor-Tutor de Ensino a Distância/Telematic in Open Distance Learning pelo North Wales Access and Credit Consortium, Wales, England; Pós-Graduação em Ciências Documentais pela Universidade Autónoma de Lisboa; Pós-Graduação em Ciências da Educação pela Universidade Aberta de Lisboa; Licenciatura em Filologia Românica pela Universidade de Lisboa e Bacharelado em Línguas e Literaturas Moderna na Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. Lecionou no ensino secundário, no Instituto Español de Lisboa e na Escola de Hotelaria e Turismo do Estoril e atuou como responsável de bibliotecas escolar e universitária. Tem experiência como investigadora, docente e coordenadora de projetos de cooperação internacional na Universidad Carlos III de Madrid, sendo co-fundadora do grupo Cooperación Universitaria para la Información, Documentación, Enseanza y Aprendizaje (CUIDEA). Lecionou Literatura e Língua e Cultura Portuguesa a estrangeiros. É colaboradora da Unesco em Information Literacy, em publicações e projetos. É também tradutora e intérprete, assessora linguística em Formação em Língua Portuguesa e em Informação e Documentação para Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Exerce atividades de voluntariado em várias ONGs da Espanha, Portugal e PALOP.

A coletânea apresenta um conjunto de investigações, atividades e projetos, sendo um testemunho de um contributo de cooperação internacional, pelo que se destina à comunidade académica brasileira e internacional. O seu conteúdo desenvolve e alarga de um campo disciplinar específico, a Ciência de Informação, sempre pautado por objetivos interdisciplinares. O enlaçar de todos estes elementos confere a esta iniciativa um caráter bastante singular e meritório, quando comparado com outras obras da mesma área do conhecimento, alargando fronteiras entre comunidades académicas, povos e países, em que se confirma a possibilidade de um modelo de cooperação internacional produtivo e saudável.

ISBN 978-65-5630-421-2



9 786556 304212